



# COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL



RELATÓRIO ANUAL

2023

# RELATÓRIO ANUAL

*COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL*

2023





# MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

57<sup>a</sup> LEGISLATURA  
1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA



**PRESIDENTE**

Artur Lira

**1º VICE-PRESIDENTE**

Marcos Pereira

**2º VICE-PRESIDENTE**

Sóstenes Cavalcante

**1º SECRETÁRIO**

Luciano Bivar

**2º SECRETÁRIO**

Maria do Rosário

**3º SECRETÁRIO**

Júlio Cesar

**4º SECRETÁRIO**

Lúcio Mosquini

**1º SUPLENTE**

Gilberto Nascimento

**2º SUPLENTE**

Pompeo de Mattos

**3º SUPLENTE**

Beto Pereira

**4º SUPLENTE**

André Ferreira

**Diretor Geral**

Celso de Barros Correia Neto

**Secretário - Geral da Mesa**

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

# EQUIPE TÉCNICA

## Departamento de Comissões

DIRETOR: JOÃO BATISTA SILVA ARAGÃO JÚNIOR

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

### Secretário Executivo

FRANCISCO ALEXANDRE PIERRE B. LIMA

### 1º Substituto – Chefe do Serviço de Comissão

GUILHERME LUIZ GUIMARÃES MEDEIROS

### 2º substituto – Chefe da Sessão de Gestão de Proposição

AMAURY LEMES DA SILVA

### Serviço de Comissão

MÁRCIO MARQUES DE PAULA

DIÉZICA VARGAS

### Sessão de Gestão de Proposição

JIVAGO SPINOLA GONÇALVES FERREIRA

TIAGO VICENTE BRASIL

### Estagiária

KAROLINY SANTANA DILELIO

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados

Anexo II, Ala C, térreo, sala 34

Brasília - DF - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6401 / 3216-6402

E-mail: [capadr.decom@camara.leg.br](mailto:capadr.decom@camara.leg.br)

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>

# SUMÁRIO

## EQUIPE

## ATIVIDADES

## PROPOSTAS LEGISLATIVAS

## REUNIÕES E EVENTOS

## EMENDAS

## SUBCOMISSÕES

Equipe técnica.....	04
Palavra do presidente.....	06
Presidência.....	07
Membros titulares.....	08
Membros suplentes.....	14

Março.....	15
Abril.....	18
Maió.....	22
Junho.....	32
Julho.....	39
Agosto.....	42
Setembro.....	58
Outubro.....	79
Novembro.....	94
Dezembro.....	110

Proposições apreciadas.....	122
Reuniões realizadas.....	123
Matérias aprovadas.....	124
Matérias rejeitadas.....	131
Requerimentos aprovados e implementados.....	132
Requerimentos aprovados aguardando implementação.....	137

Audiências públicas.....	143
Audiências públicas conjuntas.....	153
Audiências com ministros.....	155
Audiências conjuntas com ministros.....	157
Reunião de homenagem.....	157
Seminários, encontros e mesas redondas.....	158
Visitas de autoridades.....	162

Emendas aos Projetos do Orçamento da União (PLOA).....	164
--	-----

Permanentes.....	165
Especiais.....	165
Expediente.....	166

# PALAVRA DO PRESIDENTE

“É com grande satisfação que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural apresenta seu Relatório Anual referente ao ano de 2023. O relatório detalhado das atividades, ora apresentado, é insuficiente para registrar o esforço e o trabalho de cada um dos parlamentares que conosco deram cabo desta tarefa. O próprio registro em áudio e vídeo de todas as reuniões da Comissão – disponível na nossa página na internet – também não contempla de maneira abrangente o tanto quanto os nobres colegas se esforçaram para promover o necessário debate e legislar sobre temas tão importantes ao conjunto da população brasileira.

A Comissão destacou-se com uma pauta de debates e decisões acerca de uma complexidade de matérias fundamentais para a vida do cidadão. A despeito da complexidade de muitos temas e das peculiaridades do processo legislativo, logramos viabilizar uma agenda positiva, frutuosa, principalmente, do exercício do diálogo e da construção de consensos.

Na atual legislatura, coube mais uma vez a um integrante da Bancada Ruralista assumir a Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Desse posto, que honra e dignifica minha história parlamentar, posso assegurar que muitos passos foram dados pelos deputados desta Comissão para que os avanços conquistados a muito custo pelos produtores rurais não retrocedessem e muitos até avançassem.

Temos nos preocupado não apenas com os assuntos agropecuários, mas com o próprio aperfeiçoamento do Estado e da democracia brasileira, a serviço da cidadania e da dignidade da população, trabalhando incansavelmente para incentivar a produção com vistas à erradicação da fome no Brasil e no mundo.

Mesmo enfrentando desafios que se arrastam há bastante tempo no setor agropecuário nacional, procuramos desenvolver os nossos trabalhos em defesa das prioridades do agronegócio, discutindo criteriosamente vários temas, tais como: segurança no campo, emprego, endividamento rural, recursos para a defesa e pesquisa agropecuária, biossegurança, defensivos, infraestrutura e logística, questão tributária, fiscalização sanitária, proteção do agricultor brasileiro, etc.

Assim, no decorrer de todo o ano, deliberamos propostas legislativas que tiveram impacto direto sobre milhões de brasileiros. As iniciativas deram visibilidade não só a este colegiado, mas também ao Poder Legislativo como um todo.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, imersa também nesse momento único de nossa trajetória democrática, não se furtou a dar sua contribuição, exercendo com zelo sua missão constitucional e institucional. Além de reuniões deliberativas extraordinárias, realizamos com esse propósito audiências públicas, encontros, mesas redondas e seminários.

Destaco, inicialmente, as audiências públicas, essenciais para orientar a posição do parlamentar nas variadas matérias. No total, a Comissão realizou 63 eventos sendo 25 audiências públicas, 7 reuniões com ministros, 14 encontros, 3 seminários, 2 mesas-redondas, 2 visitas oficiais, 5 reuniões técnicas, 1 homenagem, 1 evento técnico e 3 reuniões de sub-comissão, sempre com seus trabalhos abertos ao público, demonstrando o compromisso desse colegiado com a transparência e a participação popular.

Também, ficamos muito honrados em receber delegações parlamentares de diversos países, dentre as quais: a delegação do Paraguai; a delegação da Ucrânia e a delegação da África do Sul, cujo chefe da delegação foi o deputado Zweiville Mandlesizwe Dalibhunga Mandela - presidente da comissão de agricultura, reforma agrária e desenvolvimento rural, neto de Nelson Mandela.

Os ministros e autoridades governamentais que aqui estiveram foram respeitados, mas também intensamente cobrados e lembrados das inúmeras contradições que ainda existem nas políticas públicas e no trato das questões do campo que dificultam a sobrevivência de produtores rurais e suas famílias e ainda emperram a produção e a comercialização.

A presença de autoridades e outros participantes, que enriquecem o debate com opiniões favoráveis ou contrárias, foi uma característica das Audiências Públicas, uma das fontes mais importantes de consulta à sociedade.

Os deputados federais integrantes da Comissão tiveram, por seu lado, a oportunidade de conhecer, dos ministros e demais autoridades governamentais, a visão de governo, de modo a poder compreender mais sistematicamente a dinâmica empreendida pelas autoridades, que demonstraram preocupação e atenção igualmente às questões, como às denúncias a elas transmitidas pelos parlamentares.

Além dessas realizações na sede da Câmara dos Deputados, a Comissão promoveu 14 outros eventos, nas capitais e cidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Fortaleza, São Paulo e Santa Catarina, aproximando-se sobremaneira da realidade nacional, ouvindo industriais, produtores, trabalhadores e demais segmentos sociais interessados na atividade agropecuária e seus resultados. Somado aos esforços legislativos já mencionados, essas atividades colocam a Comissão entre as mais operantes no Congresso Nacional.

Durante o mês de novembro, a comissão apreciou as propostas de emenda à Lei Orçamentária Anual - LOA. Isso foi feito por meio de um processo democrático contando com a participação de todos os membros da comissão, os quais apresentaram o impressionante número de 84 propostas de emendas à LOA.

Evidentemente, o principal trabalho da Comissão é o legislativo, voltado para a apreciação de projetos de lei e outras proposições de interesse do setor produtivo. Na Sessão Legislativa de 2023, a Comissão funcionou a pleno vapor. O número de projetos apreciados foi bastante significativo em comparação com o mesmo período de outras sessões legislativas anteriores.

Com muita honra, cumprimento a todos os membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, ao tempo que agradeço a disposição e o compromisso para com os trabalhos realizados por este órgão. Agradeço também a colaboração incansável da equipe de servidores da Comissão, que conseguem, com habilidade, articular as ideias, as propostas e a vontade política dos deputados com as regras do processo legislativo e do Regimento Interno da Câmara. A esses e a todos os demais que contribuíam para o exercício da atividade parlamentar, deixamos o nosso agradecimento.



**TIÃO MEDEIROS (PP-PR)**  
Presidente da CAPADR

# PRESIDÊNCIA



TIÃO MEDEIROS (PP-PR)

**PRESIDENTE**



ANA PAULA LEÃO (PP-MG)

**1º VICE-PRESIDENTE**



PASTOR DINIZ (UNIÃO-RR)

**2º VICE-PRESIDENTE**



EMIDINHO MADEIRA (PL-MG)

**3º VICE-PRESIDENTE**



# MEMBROS TITULARES



**ADILSON BARROSO**  
(PL/SP)



**AFONSO HAMM**  
(PP/RS)



**ALBUQUERQUE**  
(REPUBLICANOS/RR)



**ALCEU MOREIRA**  
(MDB/RS)



**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
(REPUBLICANOS/TO)



**CORONEL MEIRA**  
(PL/PE)



**DANIEL AGROBOM**  
(PL/GO)



**DANIELA REINEHR**  
(PL/SC)



**DILCEU SPERAFICO**  
(PP/PR)



**DOMINGOS SÁVIO**  
(PL/MG)



**EVAIR VIEIRA DE MELO**  
(PP/ES)



**GABRIEL MOTA**  
(REPUBLICANOS/RR)



**GIACOBO**  
(PL/PR)



**GIOVANI CHERINI**  
(PL/RS)



**HENDERSON PINTO**  
(MDB/PA)



**JOSIAS GOMES**  
(PT/BA)



**JOSÉ MEDEIROS**  
(PL/MT)



**JOÃO DANIEL**  
(PT/SE)



**LUCIANO AMARAL**  
(PV/AL)



**LUIZ NISHIMORI**  
(PSD/PR)



**LULA DA FONTE**  
(PP/PE)



**LÁZARO BOTELHO**  
(PP/TO)



**MAGDA MOFATTO**  
(PATRIOTA/GO)



**MARCELO MORAES**  
(PL/RS)



**MARCON**  
(PT/RS)



**MARUSSA BOLDRIN**  
(MDB/GO)



**MISAEL VARELLA**  
(PSD/MG)



**MURILLO GOUVEA**  
(UNIÃO/RJ)



**MÁRCIO HONAIKER**  
(PDT/MA)



**PAULO AZI**  
(UNIÃO/BA)



**PEDRO LUPION**  
(PP/PR)



**PEZENTI**  
(MDB/SC)



**RAIMUNDO COSTA**  
(PODE/BA)



**RODOLFO NOGUEIRA**  
(PL/MS)



**RODRIGO ESTACHO**  
(PSD/PR)



**ROMERO RODRIGUES**  
(PODE/PB)



**SAMUEL VIANA**  
(REPUBLICANOS/MG)



**TONINHO WANDSCHEER**  
(PP/PR)



**ZÉ SILVA**  
(SOLIDARIEDADE/MG)



**ZEZINHO BARBARY**  
(PP/AC)



**ZUCCO**  
(REPUBLICANOS - RS)



**VALMIR ASSUNÇÃO**  
(PT/BA)







FOTO: LAYCER TOMAZ

# MEMBROS SUPLENTE

**Afonso Motta** (PDT/RS)

**AJ Albuquerque** (PP/CE)

**Alberto Fraga** (PL/DF)

**Antonio Brito** (PSD/BA)

**Antônio Doido** (MDB/PA)

**Benes Leocádio** (UNIÃO/RN)

**Beto Pereira** (PSDB/MS)

**Bohn Gass** (PT/RS)

**Carlos Veras** (PT/PE)

**Charles Fernandes** (PSD/BA)

**Claudio Cajado** (PP/BA)

**Coronel Assis** (UNIÃO/MT)

**Coronel Fernanda** (PL/MT)

**Dagoberto Nogueira** (PSDB/MS)

**Domingos Neto** (PSD/CE)

**Dr. Francisco** (PT/PI)

**Eli Borges** (PL/TO)

**Emanuel Pinheiro Neto** (MDB/MT)

**General Girão** (PL/RN)

**Geraldo Mendes** (UNIÃO/PR)

**Greyce Elias** (AVANTE/MG)

**Heitor Schuch** (PSB/RS)

**Hildo do Candango** (REPUBLICANOS/GO)

**Icaro de Valmir** (PL/SE)

**Igor Timo** (PODE/MG)

**Josivaldo JP** (PSD/MA)

**João Leão** (PP/BA)

**Juarez Costa** (MDB/MT)

**Julia Zanatta** (PL/SC)

**Lebrão** (UNIÃO/RO)

**Lucas Ramos** (PSB/PE)

**Marcel Van Hattem** (NOVO/RS)

**Marcos Pollon** (PL/MS)

**Matheus Noronha** (PL/CE)

**Merlong Solano** (PT/PI)

**Messias Donato** (REPUBLICANOS/ES)

**Murilo Galdino** (REPUBLICANOS/PB)

**Pedro Uczai** (PT/SC)

**Rafael Simões** (UNIÃO/MG)

**Roberta Roma** (PL/BA)

**Roberto Duarte** (REPUBLICANOS/AC)

**Sérgio Souza** (MDB/PR)

**Silvia Cristina** (PL/RO)

**Thiago Flores** (MDB/RO)

**Vermelho** (PL/RR)

**Vicentinho Júnior** (PP/TO)

**Vinicius Gurgel** (PL/AP)

**Waldenor Pereira** (PT/BA)

**Welter** (PT/PR)

**Zé Neto** (PT/BA)

**Zé Trovão** (PL/SC)

**Zé Vitor** (PL/MG)



The background of the entire page is a photograph of a vast agricultural field, likely a soybean field, under a dramatic sunset sky with orange, pink, and blue hues. A white grid pattern is overlaid on the image. The text is in white, bold, sans-serif font.

A CAPADR ESTÁ NO  
**TOP 3** DAS COMISSÕES  
COM MAIOR  
NÚMERO DE  
HORAS  
TRABALHADAS

**MARÇO**





15 de MARÇO

## Tião Medeiros é eleito presidente da Comissão de Agricultura



Deputado Tião Medeiros pretende avaliar propostas que já estão aguardando análise na comissão  
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O deputado Tião Medeiros (PP-PR) foi eleito nesta quarta-feira (15), com 34 votos, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Houve 2 votos em branco. Os ocupantes dos demais cargos da Mesa do colegiado (1ª, 2ª e 3ª vice-presidência) serão eleitos em outra reunião.

“A comissão tem uma repercussão nos temas de grande relevância no agronegócio brasileiro, em todas as suas escalas, pequeno, médio e grande. Sei que o produtor faz o seu papel da porteira para dentro e o setor público precisa permitir que ele continue produzindo cada vez mais”, disse Medeiros, ao assumir a presidência.

Ele afirmou ainda que pretende definir a pauta da comissão com os demais membros do colegiado, avançando, principalmente, nas propostas que já estão aguardando análise.

O deputado Tião Medeiros (PP-PR) foi eleito nesta quarta-feira (15), com 34 votos, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Houve 2 votos em branco. Os ocupantes dos demais cargos da Mesa do colegiado (1ª, 2ª e 3ª vice-presidência) serão eleitos em outra reunião.

“A comissão tem uma repercussão nos temas de grande relevância no agronegócio brasileiro, em todas as suas escalas, pequeno, médio e grande. Sei que o produtor faz o seu papel da porteira para dentro e o setor público precisa permitir que ele continue produzindo cada vez mais”, disse Medeiros, ao assumir a presidência.

Ele afirmou ainda que pretende definir a pauta da comissão com os demais membros do colegiado, avançando, principalmente, nas propostas que já estão aguardando análise.

### Perfil

O advogado Tião Medeiros, 40 anos, exerce atualmente o seu primeiro mandato como deputado federal. Antes foi deputado estadual pelo Paraná em duas legislaturas e chefe de gabinete da Casa Civil do governo do Paraná.

### O que faz a comissão

A Comissão de Agricultura debate e vota temas relacionados à política agrícola e aos atinentes à agricultura e à pesca, bem como aqueles relativos às questões fundiárias e de reforma agrária e, ainda, sobre justiça agrária e direito agrário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comissão aprova criação de Subcomissão Permanente para acompanhar o mercado da produção nacional de leite



De acordo com dados oficiais, o Brasil possui cerca de 1 milhão de propriedades leiteiras, apresentando produção de mais de 35 bilhões de litros de leite por ano.

Na manhã desta quarta-feira (29/03), foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o requerimento que propõe a criação de Subcomissão Permanente para o acompanhamento do setor da produção leiteira no mercado nacional. A autora do requerimento é a deputada Ana Paula Leão (PP/MG), com subscrição de outros 26 parlamentares.

“A cadeia produtiva do leite não tem sábado, não tem domingo e nem feriados; e é uma cadeia produtiva que precisa ser vista com muito zelo”, afirmou a deputada, em discurso. “O custo de produção é muito alto, enquanto o leite é um produto vendido a um preço muito baixo. Muitos produtores vêm deixando a profissão para vir para a cidade, fazer outra coisa”, continuou Ana Paula. Segundo dados oficiais trazidos pela deputada, 92,6% desses produtores são caracterizados como pequenos (com produção de até 200 litros diários). Atualmente, o Brasil é o 5º colocado no ranking mundial de países produtores de leite.

O objetivo da subcomissão é o de acompanhar, avaliar e propor medidas acerca da produção de leite no mercado nacional, bem como o de garantir maior segurança jurídica para o exercício da atividade econômica de natureza agrícola e estabelecer mecanismos de proteção do mercado interno de importação de produtos subsidiados e da carga tributária sobre leite in natura.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR

### COMO FUNCIONAM AS SUBCOMISSÕES

AS SUBCOMISSÕES SE DIVIDEM EM

#### PERMANENTES

É constituída pelos próprios componentes, mediante proposta da maioria deles à Comissão Permanente. **A esse "tipo" de comissão, são reservadas as matérias do respectivo campo temático.**

#### ESPECIAIS

Constituída mediante a proposição de qualquer um dos seus membros, as comissões especiais **desempenham atividades específicas ou o trato de assuntos determinados, já definidos no ato da sua criação.**

Todas as **matérias apreciadas** pelas Subcomissões (permanentes ou especiais) **resultarão em um relatório, sujeito à votação do Plenário da respectiva Comissão.**

#### MEMBROS

O número de membros é estabelecido pelo Plenário da Comissão, respeitando o princípio da representação proporcional.

#### É PROIBIDO

Haver **mais de três** Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais **simultaneamente** em uma Comissão Permanente.

**Vale reiterar que,** no funcionamento das Subcomissões irão ser aplicadas, no que couber, as mesmas disposições do Regimento interno da Câmara dos Deputados relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes.

FORAM APRECIADAS PELO PLENÁRIO

# 265 PROPOSTAS LEGISLATIVAS

# ABRIL



## Comissão aprova requerimento de audiência pública para debater o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

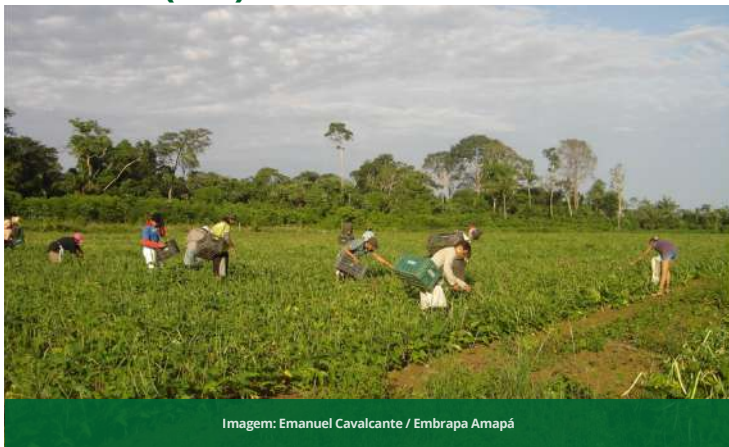


Imagem: Emanuel Cavalcante / Embrapa Amapá

Foi aprovado na manhã desta quarta-feira (12/04) pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o requerimento 30/2023, que propõe a realização de audiência pública para a discussão de medidas para o aprimoramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O autor do requerimento é o deputado Zé Silva (Solidariedade-MG), com subscrição dos deputados Evair Vieira de Melo (PP-ES), Daniel Agrobom (PL-GO), José Medeiros (PL-MT), Marcon (PT-RS) e Albuquerque (Republicanos-RR).

O Programa tem como foco a produção sustentável, industrialização e geração de renda, incentivando a agricultura familiar e a formação de cooperativas, além de fortalecer os circuitos regionais. Em discurso, o autor do requerimento destacou a importância da assistência ao pequeno produtor: “O agro familiar também é tão importante quanto o que tem a vocação para a

ados do último Censo Agropecuário do IBGE. O setor emprega 67% da força de trabalho do campo, o que corresponde a, aproximadamente, 10 milhões de pessoas.

O requerimento foi votado em conjunto com dois outros (39/2023 e 41/2023) que discutiam o tema, de autoria dos deputados Pedro Uczai (PT-SC) e Marcon (PT-RS). Ao solicitar a votação conjunta, Zé Silva viu a medida como benéfica à discussão “é um tema importante para o Brasil, e nós poderíamos fazer o mesmo debate, otimizando o tempo e garantindo a participação de todos nós dessa comissão no aprimoramento deste projeto”.

O deputado Pedro Uczai comemorou a aprovação dos requerimentos, e vê o Programa como uma política estratégica para o futuro do Brasil e da agricultura familiar: “Estou muito convencido, como os demais deputados aqui, e a subscrição de colegas mostra a importância desse tema e de como nos juntamos para fazer uma política pública de ampliação da produção de alimento, tão necessária para o mercado de consumo de massa, desde as políticas públicas até as sociais, chegando até o consumidor, que recepciona a produção agrícola já no mercado”.

Dentre os convidados sugeridos no Requerimento para discutir o assunto, estão o Ministro da Agricultura e Pecuária Carlos Fávaro, além de representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar (UNICAFES), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sistema OCB, CONTAG e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR





27 de ABRIL

## Deputados cobram de ministro medidas contra invasões de terras feitas pelo MST



Ministro Paulo Teixeira e deputados discutem prioridades da pasta para este ano  
Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Deputados cobraram do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, providências para acabar com as invasões de terra feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde o início deste ano.

O ministro, convidado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para falar sobre as prioridades da pasta nesta quarta (26), declarou que está negociando a desocupação de várias áreas, já com resultados positivos, e afirmou que o governo Lula vai apresentar, nos próximos meses, um novo programa de reforma agrária.

Um dos deputados que sugeriu a audiência pública, Evair Vieira de Melo (PP-ES), relatou que, de janeiro a abril, 33 imóveis foram ocupados pelo MST, além de 12 sedes do Incra invadidas e uma fazenda da Embrapa. Ele acusou o atual governo de ceder às pressões do movimento e cobrou uma política de titulação de terras.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), acusou o MST de ter objetivos eminentemente políticos, em vez da busca pela propriedade de terra.

“Quando a gente fala em invasões, é óbvio que a gente pensa: ‘Ah, é um movimento que está lutando efetivamente para ter direito à terra e poder ser produtor’. Não é o que nós estamos vendo. Infelizmente, o que a gente tem visto é um movimento político, buscando mandar recado para a política e buscar efetivamente atender seus anseios, como principalmente a questão de ter os cargos nas regionais do Incra, nas superintendências, nomear gente dentro do governo, dentro dos ministérios, dentro das empresas”, disse.

Deputado licenciado, o ministro Paulo Teixeira informou que foi criada uma Ouvidoria Agrária para mediar os conflitos. Ele também negou que tenha havido nomeações no Incra a partir da indicação de integrantes de movimentos sociais.

“O programa de reforma agrária está previsto na Constituição brasileira. E nós vamos implementá-lo com respeito à Constituição e às leis. E, por essa razão, vamos, sim, estabelecer paz no campo, como nós constituímos essa Ouvidoria Agrária para não ter mais conflitos que possam desbordar pra questões mais graves na sociedade brasileira”, afirmou.

O deputado Messias Donato (Republicanos-ES) disse que não se pode falar em “paz no campo” enquanto as ações do MST não forem contidas. “Os produtores rurais, da porteira para dentro, eles sabem o que fazer. São trabalhadores, acordam de madrugada, criam seus filhos dignamente. O que eles esperam é ter tranquilidade. Agora, como que vai ter paz no campo se o MST tem invadido as propriedades rurais, de norte a sul do Brasil, de leste a oeste?”, indagou.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*

## Ministro da Agricultura condena invasões de terras promovidas pelo MST



Em evento de homenagem aos 50 anos da instituição, promovido pela Comissão de Agricultura, presidentes da empresa destacam o trabalho conjunto com o setor legislativo. Imagem: Divulgação/Embrapa

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou, na manhã da quarta-feira (26/04), evento de homenagem aos 50 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. Estiveram presentes na homenagem o presidente da instituição, Celso Luiz Moretti, e a próxima presidente, Dra. Sílvia Maria Fonseca Silveira Massruhá, que compuseram a mesa ao lado do deputado Tião Medeiros (PP-PR), presidente da comissão. Os chefes das unidades da Embrapa pelo Brasil também estiveram presentes, além de pesquisadores e servidores da empresa.

O evento foi realizado mediante requerimento nº 45/2023, de autoria do deputado Tião Medeiros. Em discurso, o parlamentar destacou a atuação da empresa no desenvolvimento de soluções tecnológicas, que fortaleceram o setor agropecuário brasileiro: “Quando essa empresa nasceu, o Brasil ainda era importador de alimentos básicos. Hoje somos um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e referência mundial em tecnologia aplicada na agricultura.

A sua primeira agenda, definida há quase 50 anos como a principal justificativa para a sua criação, é a busca permanente pela eficiência produtiva da agricultura. Essa meta vem sendo plenamente alcançada”. Atualmente, o Brasil é exportador de alimentos para, aproximadamente, 200 países.

A Embrapa foi criada em 1973, com o objetivo de desenvolver um modelo de agricultura e pecuária “tipicamente brasileiro”. Hoje, a empresa possui 50 centros de pesquisa e 17 Oepas (organizações estaduais de pesquisa agropecuária) em todo o país, além da sua atuação em conjunto com universidades e institutos de pesquisa federais e estaduais, empresas privadas e fundações - o que a torna, hoje, uma das maiores instituições agropecuárias do mundo.

O atual presidente da empresa, Celso Moretti, classificou a comemoração como importante não só para a Embrapa, mas para o Brasil, já que o cenário da agricultura no país seria uma prova de que o investimento a longo prazo em tecnologia e inovação vale a pena: “Ainda temos ainda muitos anos pela frente. Mas temos certeza que, com o apoio continuado dado pela Comissão de Agricultura e pelo poder público, com a qualidade da equipe que temos, o Brasil vai alimentar cada vez mais gente no mundo, com qualidade, competitividade e sustentabilidade”. Hoje, quase 90% do quadro de pesquisadores é composto por Doutores, referências em suas áreas de atuação.

A Dra. Sílvia Massruhá, a próxima presidente da Embrapa e primeira mulher a assumir o cargo, reconheceu o agricultor como ponto principal do trabalho realizado: “O principal protagonista dessa caminhada é o homem do campo, ele é o foco desse desenvolvimento”. Ela também salientou a manutenção do protagonismo do Brasil na agricultura mundial como o grande desafio da empresa: “A Embrapa é uma empresa plural, sempre pensando na diversidade e em como desenvolver o nosso agro e manter o protagonismo do Brasil na agricultura mundial: esse é o nosso grande desafio”.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR, com alterações

FORAM TOTALIZADAS  
**347 HORAS**  
DE DEBATES E DISCUSSÕES

**MAIO**



## Ministro da Agricultura condena invasões de terras promovidas pelo MST



Carlos Fávaro ainda justificou a existência de mais de um ministério responsável pela produção agrícola no País  
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que é dever do Estado apoiar, por meio da reforma agrária, quem tem o sonho de ser produtor rural, mas condenou as ocupações de terras praticadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ressaltando que o atual governo é aberto ao diálogo com os movimentos sociais. Em audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara nesta quarta (3), vários parlamentares criticaram as ocupações feitas pelo MST.

Diante das críticas pelo compartilhamento de órgãos como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) entre os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, o ministro defendeu a transversalidade de ações entre os ministérios e lembrou das diferenças entre os diversos tipos de produtores rurais, que justificam essa ação de mais de um órgão.

“Qual a diferença e qual a necessidade de ter dois ministérios de Agricultura, um voltado aos pequenos e outros aos médios e grandes produtores? É que o médio e o grande produtor têm capacidade de contratar engenheiro agrônomo, engenheiro ambiental, têm capacidade de buscar crédito, senão do Plano Safra, mas de recursos internacionais, de trades; têm mecanismos próprios de tocar a sua propriedade e dependem menos do Estado para desenvolver sua atividade. Já o agricultor familiar, não”, explicou.

Parlamentares como o deputado Coronel Meira (PL-PE) temem que a divisão provocada por esse rearranjo administrativo prejudique as políticas públicas. “A gente não entende, a gente não quer, a gente não aceita essa divisão de Mapa, de MDA, de Ministério da Integração Regional. O produtor rural que está na sua gleba, na sua fazenda, no seu sítio produzindo, criando, ele é o início de todo esse processo que existe no Brasil”, contrapôs.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



04 de MAIO

## Comissão debate eventual revisão de marco temporal na demarcação de terras



Marco temporal foi aplicado no caso Raposa Serra do Sol

Foto: Wilson Dias/ABr

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (4) os desdobramentos de uma eventual revisão do marco temporal para a definição da ocupação tradicional da terra por indígenas. Recurso em análise do Supremo Tribunal Federal (STF) discute se a data da promulgação da Constituição Federal deve ser adotada como marco para a demarcação em todos os casos.

O deputado Coronel Assis (União-MT), que solicitou o debate, explica que a presidente do STF, ministra Rosa Weber, afirmou que irá colocar o processo em pauta na sua gestão, mas que ainda estuda uma data para que o tema seja analisado pelo colegiado.

"O marco temporal foi um entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal no caso Raposa Serra do Sol. Segundo essa tese, só poderia reivindicar direito sobre uma terra o povo indígena que já a estivesse ocupando no momento da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988", lembra o parlamentar.

Foram convidados para o debate, entre outros:

- o presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Marcelo Bertoni; e
- o coordenador de Identificação, Reconhecimento e Proteção de Quilombos e de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Juan Felipe Negret Scalia;
- o secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena; e
- a analista de Assuntos Fundiários e Indígenas da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Anny lasmin Souza Dornelles.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Mulheres serão prioridade na retomada do Programa de Aquisição de Alimentos, informa governo



Lilian Rahal: orçamento do programa diminuiu muito a partir de 2017  
Imagem: Marina Ramos / Câmara dos Deputados

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, representantes do governo destacaram que as mulheres serão prioridade na retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No debate promovido nesta quinta-feira (11) pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, eles também ressaltaram a importância do programa para o Brasil voltar a sair do mapa da fome.

Instituído originalmente em 2003, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, a entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, e para a rede pública e filantrópica de saúde, educação e justiça. O PAA foi substituído pelo programa Alimenta Brasil em 2021 e retomado pelo atual governo, por meio da Medida Provisória 1166/23, em análise na Casa.

O deputado Lula da Fonte (PP-PE), que pediu o debate, lembra que o programa, além de promover o acesso à alimentação, incentiva o pequeno agricultor familiar. “A gente fica muito feliz que o atual governo possa recuperar esse programa social que, na minha visão, é o mais importante dentro todos os programas lançados e relançados pelo atual governo”, disse.

### Mulheres e pequenos municípios

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Lilian Rahal explicou que o programa atualmente conta com 46% de agricultores familiares mulheres e, a partir deste ano, esse percentual será de no mínimo 50%. Ela destacou ainda que mais de 50% dos recursos do programa são destinados a municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes.

Segundo ela, o desafio de recuperação do programa pelo atual governo é enorme, porque o orçamento do programa diminuiu muito a partir de 2017, com exceção do ano de 2020, assim como foi caindo o número de participantes. “No ano passado nós tivemos o menor número de agricultores familiares da história do programa, com apenas 26 mil participando”, informou. Segundo ela, ano passado apenas 7 mil entidades receberam alimentos do programa, número que chegou a 25 mil em 2011.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*

12 de MAIO

## Comissão de Agricultura elege presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente do Leite (Subleite)



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou, na tarde desta quarta-feira (10/05), a reunião de instalação e eleição da Subleite, a Subcomissão Permanente responsável pelo acompanhamento do setor da produção leiteira no mercado nacional. A criação da subcomissão ocorreu mediante aprovação do requerimento nº 15/2023, de autoria da deputada Ana Paula Leão (PP/MG).

As deputadas Ana Paula Leão (PP/MG) e Marussa Boldrin (MDB/GO) foram as eleitas como presidente e vice-presidente da subcomissão, respectivamente. A votação foi composta por chapa única, e contou com o voto de 9 dos membros da Comissão.

Em discurso, as deputadas eleitas prometeram se dedicar à preservação da cadeia produtiva do setor leiteiro, que se vê ameaçada diante da realidade do mercado: “Nós praticamente

produzimos em dólar e vendemos em real. Precisamos de políticas públicas claras de governo para o produtor de leite e eles, lá no campo, vão precisar muito da ajuda dos parlamentares.”, afirmou Ana Paula. “Estamos aqui para mostrar a qualidade de um país que produz, e produz com qualidade. Cada vez que passamos essas barreiras, nós colocamos o Brasil em um lugar de destaque e qualidade internacionais”, complementou Marussa Boldrin.

O deputado Domingos Sávio (PL/MG), foi o primeiro deputado a apresentar, ainda em 2011, requerimento para a criação da Subleite. O parlamentar reforçou o compromisso permanente dos membros da Comissão de Agricultura com o produtor de leite, que, segundo ele, não é reconhecido devidamente: “Muitas vezes, o produtor não recebe, pelo litro de leite, o equivalente a um copo de água mineral; ele não recebe nem o custo de produção”, afirmou. “Eu não tenho dúvida de que nós vamos, ora defender o produtor, ora conquistar novos espaços para ele. É uma luta permanente, que se renova ano a ano”.

### A Subleite

A Subcomissão Permanente destinada a acompanhar a produção de leite no mercado nacional foi criada em 2011, mediante requerimento do deputado Domingos Sávio. Ela foi proposta diante da necessidade da defesa do setor leiteiro brasileiro, que, na época, já se via ameaçado pelo crescimento nas importações do produto, que afetam o preço do leite produzido no país.

A Subleite visa a avaliação e proposição de medidas para pautas como a fixação de preço justo para os produtores, o combate aos cartéis da produção de insumos lácteos, o estabelecimento de mecanismos de proteção de mercado interno e a redefinição tributária sobre leite in natura.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR

## Comissão de Agricultura debate melhorias para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)



Temas como a geração de empregos e desenvolvimento das tecnologias de produção foram levantados para o desenvolvimento da agricultura familiar. Imagem: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou, na manhã desta quinta-feira (11), audiência pública para a discussão de melhorias para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que será retomado por meio da Medida Provisória nº 1166/23. O autor do requerimento nº 13/2023, que solicitou o debate, foi o deputado Lula da Fonte (PP/PE). Estiveram presentes representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério dos Direitos Humanos (MDH), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e CONAB.

Promotor do debate, o deputado Lula da Fonte comemorou a discussão acerca do Programa que, segundo ele, é um dos mais importantes dentre os lançados e relançados pelo atual governo: “Fomentando o Programa de Aquisição de Alimentos, garantimos também o sustento da cadeia produtiva e, principalmente, que esses alimentos possam chegar à mesa dos que mais precisam”.

O programa foi, originalmente, instituído pela Lei nº 10.696/2003, no contexto do Programa Fome Zero. No ano de 2021, foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil. Segundo apresentado pela Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian Rahal, os objetivos do PAA são os de contribuir para reduzir a insegurança alimentar e desenvolver a agricultura familiar, gerando emprego, renda e fortalecendo a economia local: “Há uma grande diversidade de agricultores que passam pelo programa e saem para participar de mercados mais institucionalizados; ele serve como porta de entrada para a agricultura familiar”, afirmou.

A Diretora do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Agricultura Familiar do MDA, Rose Edna Mata Vianna Pondé, enfatizou outro ponto fortalecido pelo Programa, o do cooperativismo: “Todos os nossos agricultores, que começam de forma individual e passam pelo processo de fortalecimento com o cooperativismo, conseguem organizar a sua produção, aumentar a oferta desses alimentos e participar de outros mercados”.

Além do fortalecimento dos circuitos locais, o Diretor do Departamento de Comercialização do MAPA, Silvio Farnese, levantou também os temas da sustentabilidade e da integração com a agroindústria: “Isso gera não só um aumento de renda, mas também a possibilidade de que o produtor familiar possa colocar no mercado produtos que têm uma aceitação e uma valorização muito boa”, destacou.

No ano de 2023, a distribuição do Programa Aquisição de Alimentos foi de 500 milhões de reais por parte do Governo Federal, beneficiando, principalmente, as regiões Norte e Nordeste, identificadas como mais vulneráveis na questão alimentar. Sobre a distribuição do investimento entre estados, o Diretor de Política Agrícola e Informações da CONAB, Silvio Porto, afirmou a definição de cinco critérios: número de famílias, o percentual de pobreza, a presença de indígenas e povos tradicionais no estado e, por fim, a taxa de desnutrição infantil.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR, com alterações.





17 de MAIO

## Plano Safra precisará de R\$ 400 bi para custeio e investimentos, avaliam debatedores



Plano Safra é importante para o setor produtivo  
Foto: Gilson Abreu/AEN

O Plano Safra 2023-2024 precisará de aproximadamente R\$ 400 bilhões para custeio e investimento da produção agropecuária, avaliaram nesta quarta-feira (17) os participantes de debate na Câmara dos Deputados. O montante é 17% maior daquele previsto para a safra 2022-2023, que segue até 30 de junho.

O secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wilson Vaz de Araújo, disse que a previsão do governo para o Plano Safra se alinha às da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), mas poderá faltar dinheiro.

“Neste momento, não temos orçamento próprio, e as fontes de financiamento disponíveis ainda não alcançam todas essas necessidades”, observou o secretário-adjunto.

No debate, a CNA apontou a necessidade de R\$ 404 bilhões no próximo Plano Safra; a OCB, de R\$ 410 bilhões. Desse total, 70%

deveriam ser destinados ao custeio e à comercialização; os 30% restantes cobririam os investimentos.

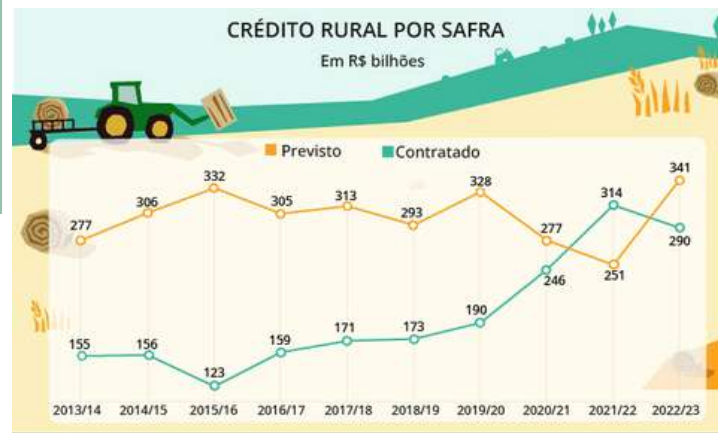
### Ministério da Fazenda

O subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, informou que o Plano Safra 2023-2024 ainda está em fase de elaboração, após as sugestões de vários setores. O valor será fechado nos próximos dias, e a proposta do governo será anunciada em junho.

O debate foi realizado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural por sugestão do deputado Sergio Souza (MDB-PR). Ele disse que, após o envio do Orçamento da União pelo governo, em agosto, o Congresso poderá fazer ajustes nos recursos públicos para a agropecuária.

A redução das taxas de juros também foi pleiteada pela Contag. A secretária de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Patrícia Vasconcelos Lima, informou que a pasta também defende mudanças na regra de enquadramento das famílias, de forma a facilitar o acesso ao crédito.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.



## Comissão debate impactos da má conservação de rodovias em Roraima na produção agrícola e exportações



Trecho da BR-174, em Roraima, em obras  
Imagem: Divulgação

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quinta-feira (25) sobre a importância da infraestrutura rodoviária de Roraima no agronegócio, na agricultura familiar e nas relações com os países vizinhos. O debate será realizado às 10 horas, no plenário 6.

O deputado Albuquerque (Republicanos-RR), um dos autores do pedido de audiência, lembrou que as relações comerciais Brasil-Venezuela e Brasil-Guiana, via Roraima, se incrementaram muitos nos últimos anos.

"As exportações de Roraima para Venezuela atingiram 274 milhões de dólares, em 2022. Exportamos, carne, dentre outros produtos. Com a Guiana também tivemos um crescimento significativo. Em 2021, as exportações brasileiras cresceram mais de 170%, atingindo, 117 milhões de dólares", disse.

Para Albuquerque, a estrada com a Guiana é importante pois é o caminho mais curto para que os produtos brasileiros cheguem aos países do Caribe e aos Estados Unidos, bem como para que os produtos do norte do país cheguem à Europa.

### Rodovia em mau estado

Já o deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), que também pediu a audiência, lembrou que Roraima é um dos estados mais isolados do restante do País.

"Atualmente, sua malha rodoviária conta com seis rodovias federais e diversas estaduais. A principal delas é a BR-174, única rodovia que liga Roraima ao restante do Brasil, e que hoje tem longos trechos sem asfaltos, com buracos e atoleiros expondo motoristas a riscos", reclamou.

Mota afirmou que a BR-174 liga não só Roraima aos outros estados do País pelo sentido sul, mas também o Brasil à Venezuela pelo norte, por isso é utilizada como corredor de exportações para o país vizinho.

### Debatedores

Confirmaram presença no debate Pedro Barros, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e a chefe da Divisão de Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Gabriela Guimarães Gazzinelli.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

 25 de MAIO

## Comissão aprova projeto sobre inclusão de mensagem contra maus-tratos a animais em produtos veterinários



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga os fabricantes e os comerciantes de produtos e serviços relacionados a animais a informar aos consumidores de que maus-tratos a animais é crime.

Pelo texto aprovado, os fabricantes de rações e produtos veterinários deverão incluir nos rótulos dos produtos a seguinte mensagem: “Abandono e maus-tratos a animais é crime. Quando se tratar de cão ou gato, a pena será de reclusão, de 2 a 5 anos, multa e proibição da guarda. Art. 32 da Lei 9.605/98”.

A mensagem de advertência também deverá ser colocada em local visível nos estabelecimentos que comercializam os produtos, em clínicas veterinárias e pet shops. O texto incluirá ainda telefone para denúncias de maus-tratos a animais.

O descumprimento das regras sujeita o infrator às punições administrativas previstas na Lei dos Crimes Ambientais, como multa e suspensão das atividades.

“É importante reforçar a divulgação de informações às pessoas, para conscientizá-las e educá-las para a necessidade do exercício da posse responsável e tratamento digno de animais domésticos”, disse o relator do projeto, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), que recomendou a aprovação da proposta.

### Mudanças

O Projeto de Lei 46/21 é dos deputados Celso Sabino (União-PA) e Rose Modesto (União-MS). O relator recomendou a aprovação do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que analisou a matéria anteriormente. O substitutivo engloba o projeto e seu apensado (PL 1432/21).

Daniel Agrobom fez duas mudanças no substitutivo. Primeiro, isentou os estabelecimentos de criação pecuária de colocar a mensagem de advertência em local visível. “Fazendas são locais de produção, em que geralmente não há circulação de consumidores”, argumentou Agrobom.

Ele também considerou inapropriado exigir a inserção da mensagem em rótulos de defensivos agrícolas. “Estes produtos são em geral fitossanitários, ou seja, destinados a plantas”, afirmou.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### Comissão aprova projeto de lei que proíbe abate de equinos para comércio de carne para consumo ou exportação



Além de questões de bem-estar animal, saúde pública e cultura foram critérios destacados pelo relator em seu parecer. Imagem: Myke Sena / Câmara dos Deputados

Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na manhã desta quarta-feira (24/05), o Projeto de Lei nº 2387/2023, que dispõe sobre a proibição do abate de animais equídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação. De autoria do deputado Ney Leprevost (UNIÃO/PR), o Projeto teve como relator o deputado Domingos Sávio (PL/MG).

O Projeto tem como objetivo a proibição de procedimentos adotados em abatedouros de cavalos, denunciadas em notícias veiculadas pela imprensa, tais como a privação de água e alimento, a administração de choques e pancadas para o abate, dentre outras práticas cruéis.

Em seu relatório, o deputado Domingos Sávio considerou ainda a submissão dos animais a condições impróprias antes mesmo do processo de abate, desde condições de transporte estressantes, até a ausência de cuidados necessários para minimizar a dor e o sofrimento. O parlamentar

destacou o fato de que, no Brasil, a criação de equinos não se dá, em maior parte, para consumo da carne, o que pode ser observado através da administração de medicamentos e esteróides impróprios para animais de açougue, que poderiam ser prejudiciais à saúde dos consumidores: “Além disso, o abate clandestino em condições totalmente insalubres e sem qualquer preocupação com o bem-estar animal também é uma realidade no País, inclusive de animais roubados, o que pode aumentar o risco de contaminações”.

Por fim, o deputado considerou ainda o valor histórico e cultural existente sobre esses animais em muitas culturas, como a brasileira, que são vistos como essenciais para trabalho ou companhia por grande parte da população: “O abate desses animais para consumo humano é visto como uma violação dessa tradição e um desrespeito à sua importância cultural”.

#### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para, em seguida, passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR

**SAIBA MAIS SOBRE A EXPORTAÇÃO DE EQUINOS NO BRASIL**

**127.000**  
É o número médio de cavalos abatidos anualmente para a exportação de carne.

**4º LUGAR**  
É a posição do país no ranking de maiores exportadores de carne de equinos na América (OCEA).

Atualmente, o Brasil possui apenas 5 abatedouros de cavalos regularizados (que possuem fiscalização federal), que podem exportar a carne para outros países.

É esse cenário que gera o risco de contaminação devido à ausência de fiscalização e a falta de controle sanitário.



# PARTICIPAÇÃO DE **8 MINISTROS** DE ESTADO



# JUNHO

## Governo deve regulamentar em breve pagamento por serviços ambientais



Carina Pimenta: governo fará uma consulta às populações interessadas  
Imagem: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A secretária nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente, Carina Pimenta, disse nesta quinta-feira (1º) que dentro de três meses o governo deve editar o decreto de regulamentação da Lei que criou a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Ela explicou aos deputados da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara que o governo Lula fez uma revisão da proposta deixada pela gestão Bolsonaro e avaliou que não foi feita uma consulta às populações interessadas, o que será feito agora.

O Pagamento por Serviços Ambientais permite a remuneração das populações em área rural e urbana, dos produtores rurais, em especial das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e dos agricultores familiares. Para viabilizar o pagamento, a lei ainda cria um cadastro nacional destes beneficiários.

O deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), que pediu a audiência, defendeu a necessidade de pagar pelos serviços das populações tradicionais:

“É um pedido que nós recebemos, principalmente do estado de Roraima, que é um estado que hoje tem 75% demarcado. Deste total, 45% é área indígena e o restante parques nacionais e áreas de conservação. Então o estado dá exemplo ao Brasil de conservação e preservação.”

### Manejo do pirarucu

O analista do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) Tiago Passos citou o exemplo do manejo do pirarucu no Amazonas.

“Com muito esforço de várias instituições parceiras, dentro de um arranjo coletivo para a comercialização do pirarucu manejado, selvagem, aumentar significativamente o valor pago para o produtor, para o manejador do pirarucu na ponta; com resultados importantíssimos para a conservação da espécie. Então, no Amazonas em particular, a gente conseguiu quase que duplicar o valor pago ao produtor pelo quilo do pirarucu que passa a ser comercializado em mercados importantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Minas Gerais”, explicou.

Segundo Tiago Passos, o pagamento complementar por estes serviços ajudaria a sustentar esta atividade em contraponto ao avanço de ações ilegais como o garimpo.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações*



14 de JUNHO

## Ministro quer incentivar brasileiro a consumir mais pescado para aumentar produção



Inclusão do pescado na merenda escolar e no cardápio dos restaurantes universitários é um dos projetos em andamento  
Imagem: Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

ministro da Pesca, André de Paula, que esteve na Comissão de Agricultura da Câmara nesta quarta-feira (14) para falar sobre as diretrizes da sua Pasta, afirmou que, diante da insegurança alimentar de parte da população, é importante fazer com que o brasileiro aumente o consumo de pescado. "É um alimento saudável, rico em ômega 3. No mundo, a média per capita de consumo é de 20 kg por pessoa. No Brasil, essa média desce pra 9 kg", ressaltou.

Segundo o ministro, há diferenças culturais a serem consideradas para transformar o hábito alimentar da população. "Na região Norte do País, a média [de consumo de peixe] é de 20 kg por pessoa, mas na região Sul essa média desce para 4 kg".

O ministro levou para a audiência pública os secretários das áreas temáticas da Pasta, que apresentaram os principais projetos em

andamento. Um deles é justamente a inclusão do pescado na merenda escolar e também no cardápio dos restaurantes universitários, como explicou o Secretário Nacional de Pesca Artesanal, Cristiano Ramalho.

A Secretária Nacional de Aquicultura, Tereza Nelma disse que a produção pode triplicar nos próximos anos, sendo uma ferramenta para alavancar a economia e combater a fome. Ela falou de ações para desburocratizar licenças ambientais, reverter um quadro de falta de dados e investir em educação, usando, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Na audiência pública, foi destacado ainda o potencial da produção brasileira, já que o País tem 12% das reservas de água doce do planeta, um litoral com 8,5 mil quilômetros de extensão e uma diversidade de raças e ecossistemas.

Entre os desafios da pasta, o ministro citou a melhoria no recadastramento dos pescadores, a busca de isonomia tributária para a ração usada na aquicultura e a retomada das exportações de pescado para a União Europeia, interrompidas em 2018 por conta de exigências sanitárias.

### Problemas

Deputados levaram à cúpula do Ministério da Pesca problemas do setor em vários estados. Parlamentares de Santa Catarina, por exemplo, reclamaram de uma portaria interministerial que, segundo eles, inviabilizou a pesca da tainha. O deputado Albuquerque (Republicanos-RR) falou dos resultados de uma audiência pública que teve a participação de 2 mil pescadores do estado.

O ministro da Pesca salientou a importância de manter a estrutura da pasta, recriada pelo governo Lula, acrescentando que as mudanças geram instabilidade para o setor. A secretária de Aquicultura, Tereza Nelma, pediu aos integrantes da Comissão de Agricultura reforço no orçamento de 2024 para garantir a continuidade dos programas. Ela afirmou que a próxima fronteira do agro são as águas.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.



14 de JUNHO

## Comissão de Agricultura realiza encontro na maior exposição de pecuária leiteira da América Latina, a Megaleite 2023



A iniciativa visou o diálogo entre parlamentares e os principais atores do mercado leiteiro nacional.

Foto: Divulgação / CAPADR

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou, durante os dias 07, 08, 09 e 10 de junho, encontro na Megaleite 2023, que é atualmente a maior exposição de pecuária leiteira da América Latina. O encontro foi realizado mediante aprovação do requerimento nº 68/2023, de autoria da deputada Ana Paula Leão (PP/MG).

A iniciativa teve como objetivo o de proporcionar o diálogo entre parlamentares e produtores, cooperativas, indústrias do setor e visitantes, acerca dos problemas enfrentados pelo setor leiteiro. Em sua 18ª edição, o evento contou com cerca de 100 das principais empresas do setor, bem como a realização de leilões, mostra de animais, eventos técnicos e culturais. A ocasião foi marcada pela apresentação de inovações do setor no âmbito nacional.

Em discurso realizado no evento, a deputada Ana Paula Leão defendeu o

mercado nacional, que sofre diante do aumento de importações de leite de países vizinhos, principalmente vindos da Argentina e Uruguai. Segundo ela, a melhora desse cenário é a razão da atuação dos parlamentares que almejam nova realidade ao setor e dão voz a cada produtor de leite no Congresso Nacional: “Com toda certeza, faremos com que a nossa pecuária leiteira nacional seja reconhecida, respeitada, valorizada e, mais ainda, aplaudida”, afirmou a parlamentar.

A Megaleite 2023 também foi cenário de um importante marco para o programa Mais Genética, de iniciativa do deputado Emidinho Madeira (PL/MG), atual vice-presidente da Comissão de Agricultura. O programa, realizado desde 2017 em parceria com o Governo de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Agricultura, Prefeituras e EMATER-MG, disponibiliza aos agricultores familiares o acesso gratuito a tecnologias de melhoramento genético do rebanho leiteiro e de corte, proporcionando maior produtividade e aumento de renda aos produtores atendidos. No evento, o deputado celebrou a marca histórica de 200 mil vacas inseminadas pelo programa no Brasil.

*Fonte: Assessoria de Imprensa da Comissão de Agricultura*



14 de JUNHO

## Comissão de Agricultura recebe Ministro da Pesca para debater as diretrizes da pasta



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural recebeu em audiência pública, na manhã desta quarta-feira (14), o Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula, para debater as diretrizes da pasta. O autor do requerimento nº 24/2023, que solicitou o debate, foi o deputado Albuquerque (REPUBLICANOS/RR).

Criado em 2009, o Ministério da Pesca e Aquicultura havia sido extinto e incorporado a outros órgãos, como o Ministério da Agricultura e a Presidência da República. O ministro pontuou a geração de instabilidade institucional trazida devido a essas mudanças, o que prejudicou a categoria: “Nosso desafio é fazer com que as pessoas que atuam no setor entendam a importância da estrutura do ministério”, afirmou André.

Uma das reivindicações do Ministério é por melhorias de gestão e sistemas, como o cadastro de pescadores. Segundo a Secretária

Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa, Flávia Lucena, a medida é essencial para que os principais líderes da pesca artesanal sejam ouvidos.

Em conjunto com a atualização de atos normativos, foi criado novo sistema de registro, que será lançado em julho, com maior facilitação para o seu principal público. Para o Ministro, essas melhorias são fundamentais para o fornecimento de pescados para o mercado europeu, principal meta da pasta atualmente.

Outra das metas do ministério é a de fazer com que o brasileiro perceba a importância de consumir o pescado, que hoje ocupa um local estratégico na soberania alimentar de vários municípios e comunidades, de acordo com o Secretário Nacional da Pesca Artesanal, Cristiano Ramalho. Por isso, haverá o lançamento do plano de ação para a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal, na 1ª Semana Nacional da Pesca Artesanal.

Diante do cenário de desejo de retomada das exportações, a pesca industrial, representada pelo Diretor de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, Édipo Cruz, também ganhou destaque, tendo como ações prioritárias as negociações com a União Europeia, o fortalecimento das condições sanitárias das embarcações e a modernização da política de subvenção econômica para o diesel das embarcações pesqueiras. Autor do requerimento, o deputado Albuquerque apontou que o intuito do requerimento havia sido justamente o de que os parlamentares conhecessem a programação do Ministério para o futuro do setor da pesca e aquicultura no Brasil.

Em suas falas, os membros da Comissão trouxeram questões presentes em seus estados, como restrições, proibições de pesca e dificuldades para credenciamento. André de Paula, destacou a importância desse diálogo com a base, representada pelo Parlamento: “O nosso objetivo é zerar rapidamente a fila de demandas que angustiam os pescadores”. Para ele, essa comunicação direta ajuda o Ministério a tocar com mais eficiência as melhorias propostas. “Vocês são a extensão de uma equipe que quer trabalhar pelo bem do país, que é o objetivo comum, independentemente de partidos. Aqui, só temos um partido, que se chama Brasil, com a pesca e a aquicultura cada vez mais sustentáveis”, finalizou.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR, com alterações.



15 de JUNHO

## Comissão de Agricultura debate compromisso do Brasil no controle do tabaco



Moreira defende que a Comissão de Agricultura participe da conferência  
Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quinta-feira (15) para discutir a participação do Brasil na Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

O deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que requereu a realização do debate, lembra que a Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para Controle do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da OMS.

"No mês de novembro, o Brasil participará da 10ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que este ano será realizada no Panamá. Esclarecer e debater previamente o posicionamento do País nesse encontro mundial é imprescindível, visto que o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco", disse.

Moreira também defende que o governo brasileiro abra espaço para a Comissão de Agricultura na delegação oficial brasileira, na condição de instituição observadora, representante da sociedade brasileira e dos produtores da agricultura familiar do tabaco.

Foram convidados para a audiência pública representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura e Pecuária e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além de integrantes de entidades relacionadas à produção do fumo.

A audiência pública será realizada às 10 horas, no plenário 6.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

22 de JUNHO

## Comissão de Agricultura recebe Delegação Sul-Africana para intercâmbio em pautas do setor



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural recebeu, na manhã desta quarta-feira (21), a visita da Delegação Sul-Africana composta por deputados membros da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da Assembleia Nacional do país. Atualmente, o colegiado é presidido pelo deputado Zwelivelile Mandela, neto de Nelson Mandela. O encontro ocorreu mediante solicitação da Embaixada Sul-Africana, e teve como objetivo estabelecer intercâmbio sobre pautas como a questão agrária, agricultura familiar e o apoio governamental ao setor agrícola.

A comitiva, constituída por cinco parlamentares, foi recebida pelo presidente da Comissão de Agricultura, o deputado Tião Medeiros (PP/PR), e pelos deputados Roberto Duarte (Republicanos/AC), Albuquerque (Republicanos/RR) e Heitor Schuch (PSB/RS). Em reunião, foram abordadas pautas relativas ao setor agropecuário,

o associativismo rural e o papel desempenhado pelo poder público no apoio à produção rural nacional: “Essa troca de informações e de experiências é enriquecedora para ambos os países”, destacou o presidente da Comissão.

A parceria entre o Brasil e a África do Sul é marcada pela participação dos dois países no BRICS e pelo Acordo Preferencial de Comércio, firmado entre a União Aduaneira da África Austral (SACU) e o Mercosul, no ano 2000. Essa foi a primeira parceria consolidada pela entidade africana. Entretanto, a Delegação vê no Brasil a possibilidade de parcerias também no âmbito legislativo, principalmente para o setor agropecuário: “Brasil e África do Sul são grandes parceiros no BRICS; nós queremos garantir também a conexão entre os parlamentares das duas nações”, afirmou o deputado Zwelivelile Mandela.

Segundo o Relatório do Agronegócio da África do Sul de 2022, desenvolvido por correspondentes do Ministério da Agricultura e Pecuária da Embaixada do Brasil em Pretória, o setor agrícola do país é composto por 200 mil pequenos agricultores e 2 milhões de agricultores de subsistência. Esses números preocupam as autoridades, que procuraram conhecer as estratégias brasileiras de enfrentamento às divisões sociais e econômicas no âmbito da agricultura, como a exploração do cooperativismo. “Eles vieram entender e conhecer um pouco mais como a agricultura brasileira se organiza e, de maneira muito particular, a agricultura familiar”, sublinhou Tião Medeiros.

Atualmente, a África do Sul possui a melhor infraestrutura portuária e de transportes da África Meridional, o que favoreceu, ao longo dos anos, as relações comerciais com o Brasil; até 2022, o país era o quinto principal importador de carne de aves brasileiras, que é o principal produto agrícola exportado para o mercado. O país sul-africano recebe também carne suína, café, papel e celulose brasileiros. Segundo relatório da Embaixada Brasileira, estão em curso também negociações bilaterais para a abertura do mercado sul-africano para uma maior gama de produtos agropecuários, tendo em vista também a recente entrada em vigor da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA).

*Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR*

A COMISSÃO REALIZOU

**18 EVENTOS**

EXTERNOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

**JULHO**



11 de JULHO

## Audiência debaterá lei europeia contra desmatamento e seu eventual impacto nas exportações brasileiras



A Câmara dos Deputados vai debater nesta terça-feira (11) a recente legislação antidesmatamento da União Europeia e seu eventual impacto nas cadeias produtivas e nas exportações brasileiras. O tema será discutido em audiência conjunta das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Indústria, Comércio e Serviços.

A reunião foi solicitada pelo deputado Heitor Schuch (PSB-RS), presidente da Comissão de Indústria, Comércio. Ele lembra que o Parlamento Europeu aprovou por ampla maioria a lei que proíbe a importação de produtos oriundos de zonas desmatadas. "A aprovação dessa lei, no último mês de abril, é objeto de grande preocupação de governo e empresários, pois pode ser transformada em uma barreira às exportações do Brasil, que poderá perder competitividade com o aumento de custos e da burocracia", diz o deputado.

Heitor Schuch explica que, após 18 meses da entrada em vigor dessa norma, as empresas que vendem produtos para a União Europeia deverão entregar uma declaração de devida diligência e informações verificáveis que certifiquem que seus produtos não têm origem em terras desmatadas após dezembro de 2020. Esse prazo será de 24 meses para micro e pequenas empresas.

"A medida será aplicada a empresas que vendem produtos como café, carne bovina, soja, cacau, óleo de palma, borracha, madeira e carvão vegetal, além de produtos que contenham, sejam alimentados ou elaborados com essas commodities", diz o parlamentar.

### Debatedores

Entre os convidados para o debate estão o embaixador-chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez; e a secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária, Renata Miranda.

Também foram convidados representantes de outros três ministérios (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Meio Ambiente e Mudança do Clima; e Relações Exteriores), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A audiência será realizada a partir das 15h30, no plenário 5.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



11 de JULHO

## Diante de impactos comerciais, Brasil pode recorrer à OMC contra lei europeia sobre desmatamento



Tatiana Prazeres: o Brasil poderá questionar a legalidade da medida nos foros apropriados  
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O Brasil poderá recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), já aprovado pelo Parlamento Europeu e com aplicação prevista a partir de dezembro de 2024.

Os impactos da nova lei europeia nos produtos brasileiros foram debatidos nesta terça-feira (11) em audiência conjunta das comissões de Agricultura; e de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres, afirmou que a medida é unilateral, tem efeito extraterritorial e impactaria 34% dos produtos que o Brasil exportou para a União Europeia em 2022. “É uma conversa que nós temos com o Itamaraty: a possibilidade de o Brasil questionar a legalidade dessas medidas nos foros apropriados, questionar as novas exigências europeias à luz das regras internacionais de comércio.”

### Classificação "arbitrária"

O diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty, embaixador Fernando Pimentel, também chamou de “arbitrária” a classificação de países por risco de desmatamento, prevista na lei europeia. Segundo ele, pode haver uma “espiral de retaliação” ao redor do mundo, fragilizando o comércio internacional, além da imposição de custos aos exportadores que não existem para os produtores locais.

“Infelizmente, a OMC demora muito: você tem que sofrer o dano para ir reclamar. A gente quer resolver isso de maneira proativa. Mas, a gente tem dúvida, sim. Vários países em desenvolvimento estão olhando essa lei com cuidado”, disse Pimentel.

Os representantes do governo também apontaram reflexos negativos dessa lei nas negociações em torno do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

O presidente da Comissão de Indústria e Comércio, deputado Heitor Schuch (PSB-RS), criticou a legislação europeia. “Queríamos que a União Europeia entendesse a complexidade da nossa legislação ambiental. Eu fico imaginando como deve ser fácil fazer uma lei lá para nós cumprirmos aqui. E eu não me conformo muito com isso”, afirmou.

A audiência também contou com representantes das confederações nacionais da Indústria (CNI) e da Agricultura (CNA), que enfatizaram os riscos de prejuízo para o Brasil diante da nova lei europeia.

O gerente de Recursos Naturais da CNI, Mário Cardoso, também manifestou preocupação com outro ponto da lei europeia: em até dois anos após a entrada em vigor, a Comissão Europeia vai avaliar a inclusão de outras mercadorias e produtos derivados, outros ecossistemas e instituições financeiras no regulamento.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações

RECEPÇÃO DE  
**DELEGAÇÕES PARLAMENTARES**  
DA ÁFRICA DO SUL, UCRÂNIA E PARAGUAI



**AGOSTO**



11 de AGOSTO

## Comissão aprova projeto com preferência para o uso de madeira certificada pela administração pública



Medeiros fez alterações no projeto original para evitar “distorções de mercado”  
Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto pelo qual a madeira usada pela administração pública em papelaria, móveis e obras deve ser certificada, desde que tenha preço inferior à madeira legal.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado José Medeiros (PL-MT), ao Projeto de Lei 2852/19, do deputado Felipe Carreras (PSB-PE). Ele optou por condicionar a opção pela madeira certificada aos critérios de preço, já que a versão original tornava a compra obrigatória, ainda que o produto certificado fosse o mais caro.

O relator disse que a mudança foi para evitar “distorções de mercado” ou “criação de grupo econômico favorecido com verbas públicas exclusivas”.

Além disso, argumentou Medeiros, o objetivo é evitar a “marginalização de produtores de madeira legal, que atuam dentro da lei e constitucionalmente não podem ter seu sustento negado por ação estatal direcionada e pessoalizada a favor de um produto específico”.

A madeira legal é aquela extraída em áreas permitidas pela legislação, e para seu transporte e comercialização é exigido o Documento de Origem Florestal (DOF) emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Já a madeira certificada tem como diferencial o manejo com menor impacto ambiental e social, além de ter código de identificação por meio do qual é possível verificar se a certificação é verdadeira e rastrear toda a cadeia de produção.

### Tramitação

A proposta, que já foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, será analisada agora, de forma conclusiva, pelas comissões de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*





11 de AGOSTO

## Comissão aprova debate sobre impactos negativos das importações de leite e derivados sobre o mercado nacional



Segundo o autor, os regramentos vigentes atualmente no Brasil sobre as importações de leite e derivados estão sendo prejudiciais ao mercado nacional.

Imagem: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, na manhã desta quarta-feira (09/08), o requerimento nº 109/2023, que propõe a realização de audiência pública para debater o preço da produção do leite e as importações predatórias de leite do Mercosul. O autor do requerimento é o deputado Emidinho Madeira (PL/MG).

Segundo o deputado, a permissão para a importação de leite e derivados de países do Mercosul tem sido prejudicial aos pequenos e médios produtores brasileiros, além das cooperativas e laticínios de todo o país, impactando negativamente o mercado nacional.

A isenção dos impostos de importação de diversos insumos,

aprovada em 23 de maio de 2022 pela resolução nº 353 do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, é apontada como um dos fatores negativos à cadeia nacional do leite. As diferenças dos custos de produção entre o Brasil e outros países do Mercosul também são prejudiciais à cadeia produtiva do leite.

O objetivo da audiência, segundo o deputado, será “debater o assunto para buscar medidas efetivas que visem minimizar os impactos das importações e os custos da produção nacional”.

Dentre os convidados sugeridos no Requerimento para discutir o assunto, estão o presidente da Associação Brasileira do Leite (ABRALEITE), Geraldo de Carvalho Borges, o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins e o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, bem como representantes dos ministérios da agricultura, desenvolvimento agrário familiar, relações exteriores e desenvolvimento, indústria, comércio e serviços.

A audiência irá ocorrer no dia 31 de agosto.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR



11 de AGOSTO

## Comissão aprova Projeto de Lei que inclui técnicos rurais entre beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural



O relator do Projeto foi o deputado Márcio Honaiser (PDT/MA)  
Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Foi aprovado na manhã desta quarta-feira (09/08) pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o Projeto de Lei 2782/2019, de autoria do deputado Giovani Cherini (PR/RS), que propõe a inclusão de técnicos agrícolas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), um dos subprogramas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O relator do Projeto foi o deputado Márcio Honaiser (PDT/MA).

O Programa Nacional de Habitação Rural tem como objetivo a viabilização de construção e reforma de imóveis da área rural, atendendo agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e comunidades tradicionais, com renda de até 60 mil reais por ano. Até o momento, os técnicos agrícolas não haviam sido incluídos entre os beneficiários.

Segundo o relator, as políticas públicas federais não dão a devida

valorização aos técnicos agrícolas, embora a atuação dos profissionais tenha importância fundamental no desenvolvimento do agronegócio, contribuindo para a segurança alimentar da população e, indiretamente, também para a geração de empregos e renda para milhões de famílias.

O autor do PL 2782/2019 ressalta ainda o fato de que, por serem responsáveis pelo desenvolvimento de atividades no campo, grande parte desses técnicos optam por residir nas áreas rurais de milhares de municípios brasileiros, o que torna ainda mais alarmante a falta de assistência aos profissionais: “É preocupante constatar que os técnicos agrícolas, que tanto contribuem para o desenvolvimento do agronegócio nacional, que cresce a um ritmo seis vezes maior que a média da economia brasileira, sequer são merecedores de atenção por parte do Governo Federal no tocante à sua inclusão no rol de benefícios inerentes aos financiamentos habitacionais oferecidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida”, afirma o deputado Giovani Cherini.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano para, em seguida, passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR*



17 de AGOSTO

## Comissão aprova debate acerca de desafios e oportunidades da aviação agrícola no Brasil



Segundo o autor do requerimento, o debate é essencial para desmistificar o tema no cenário nacional.  
Imagem: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Na manhã desta quarta-feira (16/08), foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o requerimento nº 114/2023, que propõe a realização de audiência pública para debater os desafios para as oportunidades da aviação agrícola no país, frente à legislação em vigor. O autor do requerimento é o deputado Tião Medeiros (PP/PR).

O debate foi motivado por recente decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve dispositivo de lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado do Ceará. O deputado ressaltou a presença de erro técnico na decisão, já que todo e qualquer processo de pulverização se dá de forma aérea, seja ele realizado através do uso da aviação agrícola ou de bombas manuais - procedimento adotado, principalmente, pelos pequenos produtores.

Segundo o deputado, o objetivo do debate é o de convidar especialistas no assunto, especialmente sobre a pulverização por aviação, para que esclareçam o tema ao público leigo, principalmente acerca da sua evolução nos últimos anos: “Precisamos entender que o mundo e a agricultura avançaram, e os mecanismos de pulverização também”, afirmou Tião Medeiros. “A pulverização aérea é utilizada na Europa, nos Estados Unidos. O que difere de lá para cá? Quero entender quais são as diferenças dos mecanismos de pulverização dos outros continentes para o Brasil, e tentar desmistificar o que é fato e o que é fake sobre o tema”.

Regulamentada pelo Decreto 86.765 de 22 de dezembro de 1981, a aviação agrícola brasileira possui lugar de destaque mundial, apresentando a segunda maior frota do mundo. Além da aplicação aérea de fertilizantes e defensivos, as operações aeroagrícolas exercem importante papel na promoção do plantio de sementes, no combate a incêndios e no repovoamento de rios e lagos, através da deposição de novos espécimes.

A aviação agrícola também exerce importante papel no aumento da eficiência produtiva sustentável, já que, por ser feita 75 vezes mais rapidamente que as aplicações terrestres, apresenta consumo de água oito vezes menor. “É o método com a menor pegada de carbono, pois é a que menos consome por hectare”, destacou o deputado. “Existem uma série de ganhos que não são tratados”.

Dentre os convidados sugeridos no Requerimento para discutir o assunto, estão a presidente do conselho de administração do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), pesquisadores especialistas da Universidade Federal de Lavras e da EMBRAPA, representantes de empresas de equipamentos agrícolas e associações brasileiras dos produtores de algodão (ABRAPA), soja (APROSOJA BRASIL) e Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA).

A audiência irá ocorrer no dia 30 de agosto.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR

## Comissão debate condições das rodovias de Minas Gerais



Algumas rodovias mineiras apresentam problemas de manutenção  
Foto: DER-MG

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quinta-feira (17) sobre as condições das rodovias de Minas Gerais e o impacto no transporte agropecuário.

O deputado Zé Vitor (PL-MG), que solicitou o debate, explica que Minas Gerais possui a mais extensa malha rodoviária do Brasil, mas a maior parte das rodovias apresenta problemas. Ele destaca que não é raro os motoristas encontrarem pelo caminho pontes caídas, buracos, erosões e queda de barreiras.

"Segundo estudo publicado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), devido às condições precárias do pavimento, o custo do transporte rodoviário nas vias de Minas Gerais sofre acréscimo de 32,4%, tendo em vista que as rodovias com

problemas têm menos segurança, exigem mais manutenção dos veículos e maior consumo de combustível", afirma o parlamentar.

Foram convidados:

- a coordenadora regional de fiscalização da infraestrutura rodoviária de Minas Gerais, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Raquel Correa Lacerda Dutra;
- o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabricio Galvão; e
- o assessor de gestão estratégica do do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), Rodrigo Santos Colares.

O debate será realizado às 10 horas, no plenário 6.

Fonte: Agência Câmara de Notícias





21 de AGOSTO

## Comissão aprova alteração do período de ocupação prévia exigido para a regularização de terras da União na Amazônia Legal



Alexandre Guimarães: "Regularização é meio para se alcançar a justiça fundiária"

Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que define 5 de maio de 2014 como data limite para a comprovação do exercício de ocupação e exploração direta nos casos de regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Legal.

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Alexandre Guimarães (Republicanos-TO), para o Projeto de Lei 3915/21, do deputado Zé Vitor (PL-MG).

"A alteração [na data limite da ocupação] busca definir um marco temporal que garanta a segurança jurídica, evite o acirramento de tensões no meio rural e permita a inclusão de um número maior de famílias no processo de regularização fundiária", afirmou o autor da proposta, o deputado Zé Vitor (PL-MG).

Por coerência, segundo o relator, o substitutivo aprovado altera três trechos da Lei da Regularização Fundiária, que atualmente exige comprovação do exercício de ocupação e exploração direta ("mansa e pacífica, por si ou por antecessores") anterior a 22 de julho de 2008. A versão original do projeto incluía a nova data em apenas dois artigos da norma atual.

"Não temos dúvidas de que a regularização é meio para se alcançar a justiça fundiária no Brasil, impulsionando a produção econômica e o desenvolvimento social de forma sustentável. Com a regularização, valoriza-se aquele que trabalha a terra, concedendo-lhe o devido título, ao mesmo tempo em que se permite identificar o responsável por eventuais infrações ambientais ocorridas", defendeu Guimarães em seu parecer.

Ele lembrou que, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), existem hoje 9.469 assentamentos em uma área de quase 88 milhões de hectares da Amazônia Legal. Do total de assentamentos desde 1970, somente 5% foram consolidados e apenas 6% das famílias receberam título definitivo da terra.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comissão aprova projeto que altera regra de contratos de parceria rural para confinamento de animais



O relator, deputado Daniel Agrobom, recomendou a aprovação da proposta  
Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite ao pecuarista que contratar serviço de confinamento de animais – o chamado “boitel” – em regime de parceria ter a inscrição de produtor rural vinculada ao estabelecimento contratado.

Boitel é um estabelecimento que atua na engorda do gado em confinamento. O cliente contratante paga, em geral, uma diária por animal por dia confinado. O boitel se responsabiliza pela alimentação e cuidados veterinários do rebanho.

Foi aprovado o texto substitutivo elaborado pelo relator, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), para o Projeto de Lei 1098/21, do

deputado Fausto Pinato (PP-SP). “A proposta garante maior segurança jurídica aos pecuaristas”, disse o relator. O substitutivo altera o Estatuto da Terra.

Pelo texto, o boitel responderá pelas obrigações trabalhistas e ambientais, salvo se o contrato dispuser de outra forma. O relator incluiu dispositivos para que a inscrição não seja vitalícia, exigindo prazo de duração da parceria ou de uso do estabelecimento de alojamento dos animais.

Segundo o autor da proposta, as alterações são reivindicadas por pecuaristas. “A insegurança jurídica hoje refere-se a eventuais riscos de alojamento de gado em estabelecimento cuja inscrição de produtor rural esteja em nome de terceiros, apenas com a garantia do contrato realizado entre as partes”, disse Fausto Pinato.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



22 de AGOSTO

## Comissão aprova projeto que permite uso de crédito presumido por produtores de mel



O relator, deputado Giovani Cherini, recomendou a aprovação do projeto  
Imagem: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite aos produtores de mel utilizar o saldo remanescente do crédito presumido do PIS/Pasep e da Cofins. O texto aprovado altera a legislação tributária federal (Lei 10.925/04).

Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Giovani Cherini (PL-RS), para o Projeto de Lei 1937/22, do deputado Vermelho (PL-PR). O relator decidiu unificar em só um texto a proposta original e os dois pensados.

“As medidas são complementares, pois corrigem incoerência em nosso sistema tributário”, disse Giovani Cherini. “Os benefícios serão percebidos também pelos consumidores, dada a menor carga tributária no mercado interno”, assegurou.

Assim, o substitutivo aprovado também reduz a zero as alíquotas

de PIS/Cofins na importação de mel e nas vendas no mercado interno. Por fim, o texto excetua das atuais regras do crédito presumido o recebimento, por cooperativa, de arroz de cooperado, medida que o relator também considerou adequada e oportuna.

### Cronograma

Crédito presumido é uma modalidade de benefício fiscal que reduz o valor do imposto a ser pago pelas empresas. Atualmente os produtores de mel acumulam créditos na isenção de impostos de exportação, tendo em vista que em torno de 70% a 80% da produção brasileira é vendida no exterior.

O texto aprovado permite que o saldo dos créditos seja usado para compensar débitos próprios ou mesmo ser ressarcido em dinheiro. Os produtores poderão apresentar os pedidos de ressarcimento conforme o seguinte cronograma:

- para créditos apurados em 2017, a partir da data de publicação da lei;
- para créditos apurados em 2018, a partir de 1º de janeiro de 2023;
- para créditos apurados em 2019, a partir de 1º de janeiro de 2024;
- para créditos apurados em 2020, a partir de 1º de janeiro de 2025; e
- para créditos apurados entre 1º de janeiro de 2021 e o dia anterior à publicação da lei, a partir de 1º de janeiro de 2026.

“Os benefícios serão imensos para as pequenas e médias empresas, pois não há comprometimento do orçamento público” disse o autor da proposta, deputado Vermelho, ao defender as mudanças. “O projeto de lei colocará à disposição das empresas mais recursos para que possam desenvolver as atividades”, avaliou.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comissão aprova projeto de lei que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais



O autor do projeto, o deputado Alberto Fraga (PL/DF).  
Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião deliberativa na manhã desta quarta-feira (23/08), o parecer do relator ao projeto de lei nº 464/2023, que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais. O autor do projeto é o deputado Alberto Fraga (PL/DF). O deputado Pedro Lupion (PP/PR) foi o relator do projeto.

Autor do projeto, o deputado Alberto Fraga afirma que o aumento dos índices de criminalidade nas áreas rurais, principalmente furtos e roubos de animais, implementos agrícolas e cargas produtivas (como soja, café e trigo), foram motivadores para a criação do PL. Ao todo, de acordo com dados das Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública, foram registrados aproximadamente 71 mil furtos e roubos nos últimos dois anos, apenas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Dentre os crimes no campo, o Observatório da Criminalidade da

Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apurou que 49% são furtos, seguidos por 33% de roubos, 12% de depredação, 3% de assassinatos e 3% de queimas. Para o relator do projeto, a criação das delegacias especializadas nesses crimes será fundamental para fortalecer a segurança e proteção das áreas, por atender às demandas específicas do campo: “Essas delegacias contribuirão para a redução da impunidade, o fortalecimento da relação com a comunidade e preservação do patrimônio, atuando incisivamente para desestimular a prática de delitos, proteger as vítimas e garantir a aplicação da lei”, afirmou Pedro Lupion.

De acordo com o PL, as delegacias deverão ser viabilizadas pelas Polícias Cíveis dos estados e Distrito Federal, sendo precedidas de diagnóstico de criminalidade no campo e de consulta às entidades de moradores das áreas a serem implantadas, bem como associações de produtores e prefeituras.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e de Finanças e Tributação para, em seguida, passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR





23 de AGOSTO

## Comissão aprova projeto de lei que confere à Brejetuba-ES o título de Capital Nacional do Café Arábica



Segundo o relator, a medida reconhece e valoriza as contribuições do município para o desenvolvimento da cafeicultura de qualidade no cenário nacional  
Imagem: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, em reunião deliberativa na manhã do dia 09/08 (quarta-feira), o parecer do relator ao projeto de lei nº 5718/2019, que confere ao município de Brejetuba, no estado do Espírito Santo, o título de “Capital Nacional do Café Arábica”. A autora do projeto é a ex-senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). O deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES) foi o relator do projeto.

Localizado a 145 quilômetros da capital do Espírito Santo, Vitória, o município de Brejetuba está entre os 48 municípios do estado que realizam o cultivo do café arábica, representando 80% das propriedades rurais. O cultivo do café arábica é, atualmente, fonte de renda para 53 mil famílias capixabas.

Desde 2013, Brejetuba possui o título de “Capital Estadual do Café Arábica”, sendo um dos principais produtores do grão no Brasil.

Tendo apenas 800 propriedades rurais especializadas - sendo 73% constituídas pela agricultura familiar -, o município atinge a marca de 450 mil sacas de café produzidas anualmente, o que o coloca entre os dez maiores produtores nacionais. A produção local de cafés especiais também ganha destaque mundial, gerando agregação de valor anual de, aproximadamente, 50 milhões de reais.

A conferência do título também será importante para o fortalecimento do turismo rural na região, que hoje recebe visitantes interessados em aprender sobre o plantio, cultivo, colheita, preparo e sabor do café. No dia 24 de maio, data em que se comemora o Dia Nacional do Café, também é possível acompanhar a coagem do “Maior Cafezinho do Mundo”. “A medida que confere ao município de Brejetuba, no Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica, reconhece e valoriza as contribuições desta cidade para o desenvolvimento da cafeicultura de qualidade no estado e no Brasil”, afirmou o relator do projeto.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR*

## Comissão de Agricultura debate projeto que proíbe pesca de arrasto no País



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quinta-feira (24) para discutir os impactos ambientais, produtivos e socioeconômicos do Projeto de Lei 347/22. O texto está em análise na comissão e o debate foi solicitado pelo deputado Raimundo Costa (Pode-BA), relator da matéria.

O PL proíbe a pesca de arrasto – puxada por embarcações motorizadas – em águas continentais (rios e lagos), no mar territorial (22 km do litoral) e na zona econômica exclusiva do País (até 370 km da costa). A proposta altera a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/09) também para prever um sistema nacional de controle da origem do pescado. O projeto já foi

pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

"O debate é de suma importância para formação de juízo acerca do mérito e dos impactos ambientais, produtivos e socioeconômicos que a possível aprovação dessa lei pode produzir. A citada proposta de lei altera drasticamente o modo como a grande indústria de pescado produz como também o modo de vida de milhões de pescadores e pescadoras artesanais", argumenta Raimundo Costa.

### Convidados

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros:

- o diretor do Departamento Pesqueiros e Ordenamento, do Ministério da Pesca e Aquicultura, Jocemar Tomasio Mendonça;
- o presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA), Edivando Soares de Araújo;
- o diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca), Jairo Gund.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

28 de AGOSTO

## Comissão aprova projeto que determina instalação de delegacias especializadas em crimes rurais



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 464/23, segundo o qual a Polícia Civil nos estados e no Distrito Federal, como norma geral, deverá prever a instalação de delegacias e de unidades especializadas em crimes rurais.

O relator, deputado Pedro Lupion (PP-PR), recomendou a aprovação da proposta. “Estudos da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA), baseados em dados das secretarias de Segurança Pública, indicam que só em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram 70.966 furtos e roubos nos últimos dois anos”, disse.

### Diagnóstico da criminalidade

Pela proposta, a criação dessas delegacias deverá ser precedida de diagnóstico de criminalidade no campo, sendo obrigatória uma

consulta pública às entidades de moradores em áreas rurais, às associações de produtores rurais e às prefeituras, observados ainda os critérios de regionalização e a expressão agropecuária local.

“O Brasil vive nos últimos anos uma verdadeira explosão de crimes cometidos nas áreas rurais, particularmente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, num processo acelerado de migração do crime urbano para as localidades produtoras do interior”, afirmou o autor da proposta, deputado Alberto Fraga (PL-DF).

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova divisão da fração mínima de imóvel rural em caso de sucessão familiar



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que possibilita o desmembramento da propriedade rural abaixo da fração mínima de parcelamento (FMP) nos casos de divisão do imóvel entre familiares.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Pezenti (MDB-SC) para o Projeto de Lei 2266/19 e seus apensados. O projeto é do deputado Toninho Wandscheer (PP-PR) e insere a medida no Estatuto da Terra.

A FMP é a menor área em que um imóvel rural pode ser dividido. O valor varia por município. Segundo o relator, a proposta aprovada beneficia principalmente os filhos de pequenos agricultores.

"Herdar a propriedade dos pais é a forma mais usual entre as populações camponesas de garantir a reprodução social, cultural e econômica das famílias", explicou o relator." Diante desse cenário, a proposição assume papel importantíssimo, dando condições aos parentes diretos de

agricultores, que desejam permanecer na atividade agropecuária, de se manterem produtivos", disse Pezenti.

### Agricultura familiar

O texto aprovado na comissão também permite o desmembramento abaixo da fração mínima dos imóveis rurais destinados à atividade agrícola familiar, desde que autorizados previamente pelo órgão fundiário competente.

O Cartório de Registro de Imóveis fará constar a divisão do imóvel. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) poderá prover financiamentos para viabilizar a aquisição da integralidade da área por um ou mais condôminos.

### Turismo

A proposta estabelece ainda que a fração mínima de parcelamento será de mil metros quadrados (0,1 hectare) no entorno dos reservatórios de abastecimento de água ou de geração de energia.

O objetivo dessa medida é beneficiar os imóveis rurais que são destinados a atividades turísticas, e não agropecuárias, como os localizados no entorno de lagos de reservatórios de hidrelétricas.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*





29 de AGOSTO

## Comissão de Agricultura debate experiências brasileiras com polos produtivos de fruticultura



Deputado lembra que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de frutas  
Foto: Divulgação/Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados debate nesta terça-feira (29) as experiências brasileiras com polos produtivos de fruticultura. O deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que solicitou a audiência pública, destaca que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de frutas do mundo, pois possui uma diversidade climática e geográfica que possibilita o cultivo de diversas frutas em diferentes regiões ao longo do ano.

"A fruticultura no Brasil valoriza a riqueza vegetal e cultural do País, baseando-se nos três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental –, preservando a biodiversidade, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento regional", afirma.

Segundo Vieira de Melo, a produção brasileira de frutas ultrapassa as 41 milhões de toneladas e ocupa em média 2,6 milhões de hectares. "Ou seja, apenas 0,3% do território nacional é ocupado pela fruticultura, diante dos 7,8% ocupados por lavouras", compara.

"São mais de 940 mil estabelecimentos agropecuários distribuídos em todas as regiões do País, dos quais, 81% se enquadram como agricultura familiar. Em 2021, a atividade frutícola empregou 193,9 mil trabalhadores formais, o que corresponde a 11,5% do total de postos de trabalho na agropecuária", detalha.

Vieira de Melo diz que, atualmente, apenas sete variedades de frutas representam mais de 80% do faturamento do setor no mercado externo e que há potencial para aumentar a produção, a oferta e a participação no cenário global. E ressalta ainda a importância da promoção do consumo de frutas no mercado interno para o fortalecimento da cadeia produtiva.

### Convidados

Foram convidados para debater o assunto com os parlamentares, entre outros:

- o pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura Domingo Haroldo Rudolfo Conrado Reinhardt;
- o coordenador de programa na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Luiz Antonio Palladini;
- o diretor de inovação e conhecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), André Vicente de Sanches.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comissão de Agricultura debate desafios e oportunidades da aviação agrícola no Brasil



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou, na manhã desta quarta-feira (30), audiência pública para tratar sobre os desafios e as oportunidades da aviação agrícola no país, diante da legislação em vigor. O autor do requerimento nº 114/2023, que solicitou o debate, foi o deputado Tião Medeiros (PP/PR). Estiveram presentes representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA Brasil), Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e empresários do setor.

A audiência teve o objetivo de desmistificar questões acerca da aviação agrícola no Brasil, especialmente sobre os problemas atribuídos à categoria devido ao uso de defensivos agrícolas.

O debate foi motivado por recente decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve dispositivo de lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado do Ceará.

### Rigor na legislação

O pesquisador da Embrapa, o engenheiro agrônomo Décio Karam reforçou a importância do uso de defensivos agrícolas para o aumento do rendimento da produção. Ele ainda salientou a necessidade de aprovação prévia da legislação do Ministério da Agricultura, Anvisa e IBAMA para a disponibilização dos químicos utilizados.

Os cuidados empregados para a aplicação dos químicos também ganharam destaque, dentre eles a obrigatoriedade da presença de um responsável técnico: “Não é qualquer pessoa que pode fazer essa aplicação”, enfatizou Karam.

“Não podemos deixar que casos de mau uso ou imperícia sejam utilizados para proibir uma tecnologia tão importante para o Brasil”, afirmou o diretor executivo da APROSOJA Brasil, Fabrício Rosa.

### Importância econômica

Pesquisador do Instituto Mato-grossense do Algodão, o Dr. Guilherme Rolim demonstrou que, sem a aviação agrícola, muitas culturas ficam inviabilizadas devido a pragas, como é o caso do algodão. Ainda hoje, o Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de algodão, que é uma das principais culturas do país.

O deputado Tião Medeiros reforçou a importância do desenvolvimento da aviação agrícola a economia brasileira: “Enquanto a lavoura estiver presente, a agricultura vai precisar de um mecanismo de pulverização eficiente, com baixo impacto de carbono, preciso, com baixo custo, para que nós possamos continuar sendo competitivos mundo afora”. Presidente da Comissão de Agricultura, ele ainda reforçou a necessidade de discussão do tema, mostrando, principalmente ao meio urbano, a evolução da cadeia produtiva dos produtos agrícolas.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR, com alterações.



O AGRONEGÓCIO RESPONDE POR  
**24,4% DO PIB**  
DO PAÍS EM 2023

**SETEMBRO**

## Comissão de Agricultura vai debater área indígena demarcada em MT e PA



Segundo Coronel Fernanda, parte da área demarcada não atende legislação  
Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados vai debater nesta terça-feira (12) a delimitação da Terra Indígena Kapôt Nhinore (MT e PA), ocupada pelos povos Mebêngôkre e Yudjá. A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, foi convidada para participar da audiência.

O requerimento de convocação foi apresentado pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT). Ela argumenta que delimitação abrange uma área que não preenche as regras previstas na Constituição.

"Trata-se de uma área reivindicada pelo movimento indigenista, com a assistência e o apoio da Funai, no qual o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria do antropólogo Pedro Rocha de Almeida e Castro apontam vícios

no processo, o que pode causar prejuízo aos produtores e à economia da região", disse.

Segundo ela, existem 201 propriedades rurais produtivas nessa área, "que respeitam as leis ambientais, submetem-se à intensa e vigorosa fiscalização do Ibama, respeitam, enfim, todas as normas legais que se aplicam às suas atividades produtivas, pagam impostos e geram renda para as suas famílias e emprego para toda a comunidade local. São, portanto, propriedades que cumprem a sua função social".

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



12 de SETEMBRO

## Ministra e Funai defendem processo de demarcação da terra indígena onde nasceu o cacique Raoni



Ambas se comprometeram a responder questionamentos apresentados por deputados em até 30 dias  
Imagem: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, detalharam nesta terça-feira (12), em debate na Câmara dos Deputados, os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Kapôt Nhĩnore, entre Mato Grosso e Pará.

Ambas asseguraram que serão cumpridas todas as regras previstas no Decreto 1.775/96, que trata do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. Já houve a publicação dos estudos no Diário Oficial da União, e logo mais será aberto prazo de 90 dias para a contestação de quaisquer interessados.

O debate foi realizado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara por sugestão da deputada Coronel Fernanda (PL-MT). Segundo a parlamentar, a publicação dos estudos da Funai causou apreensão entre pessoas

na região. “São muitos os arrendatários”, afirmou.

### Kapôt Nhĩnore

Segundo a Funai, a Terra Indígena Kapôt Nhĩnore abrange 362.243 hectares nos municípios de Vila Rica e Santa Cruz do Xingu, em Mato Grosso, e São Félix do Xingu, no Pará. Sagrada para os Yudjá (Juruna) e Mebengokrê (como se nomeiam os Kayapó), ali nasceu o cacique Raoni, liderança que reivindica a área há 40 anos.

### Ocupação atual

Os estudos da Funai, coordenados pelo antropólogo Pedro Rocha de Almeida e Castro, indicam uma população de 60 indígenas naquela área. Atualmente, existem pelo menos 201 imóveis com presença de não indígenas, cuja situação varia entre propriedade (153) e posse (32) – não há informações sobre 16.

“Há essa questão de como ficarão as pessoas que ocupam as terras hoje, mas a gente precisa questionar também como ficarão os indígenas expulsos delas que vivem na beira das estradas, entre a cerca do latifúndio e o asfalto”, analisou a ministra, após parlamentares citarem variados processos de demarcação no País.

Os deputados Tião Medeiros (PP-PR), presidente da Comissão de Agricultura, e Domingos Sávio (PL-MG), coordenaram os trabalhos. Também participaram do debate os deputados Albuquerque (Republicanos-RR), Célia Xakriabá (Psol-MG), Coronel Assis (União-MT), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Daniela Reinehr (PL-SC), General Girão (PL-RN), Marcon (PT-RS), Sílvia Waiãpi (PL-AP), Valmir Assunção (PT-BA), Vicentinho Júnior (PP-TO) e Welter (PT-PR).

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*



## Comissão aprova isenção de ITR para geração renovável em propriedade rural



Dilceu Sperafico recomendou a aprovação de substitutivo  
Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que isenta do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) as propriedades que produzem energia elétrica a partir de biomassa, biogás, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) com potência de até 30 megawatts (MW) ou placas fotovoltaicas com capacidade de geração até 3 MW.

O Projeto de Lei 6146/19 foi relatado pelo deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), que apresentou um substitutivo. Originalmente, a proposta prevê a isenção do ITR apenas aos produtores rurais que utilizam biomassa na geração de energia. Sperafico incluiu as outras fontes renováveis.

Ele disse que a proposta contribui para o autossuprimento nas propriedades e a conservação do meio ambiente. “Diversos países, incluindo o Brasil, têm se comprometido com protocolos ambientais voltados para o aumento da utilização de fontes alternativas de energia”, disse o relator.

O texto aprovado altera a Lei 9.393/96, que regulamenta o ITR, imposto de competência federal pago anualmente pelos proprietários de imóveis rurais.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



14 de SETEMBRO

## Comissão aprova proposta que prorroga até 2025 o vencimento de dívidas de pequenos agricultores



O relator, deputado Daniel Agrobom, recomendou a aprovação do projeto  
Imagem: Renato Araujo/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que autoriza, até 2025 e após regulamento, a prorrogação de dívidas da agricultura familiar contraídas em 2020. Não haverá tributação (IOF) sobre os valores postergados, nem restrição a novos financiamentos.

O relator, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), sugeriu a aprovação, com emendas, do Projeto de Lei 1543/20, oriundo do Senado. A versão original visava operações financeiras da agricultura familiar feitas em 2020 e previa a prorrogação por, pelo menos, 12 meses. Com as alterações, o relator fixou o prazo até 2025.

Daniel Agrobom lembrou que o objetivo, quando a iniciativa foi apresentada, era amenizar efeitos negativos da pandemia de Covid-19, pois o Congresso Nacional havia reconhecido o estado de

calamidade pública. Posteriormente, inclusive, os parlamentares aprovaram outras medidas em benefício da agricultura familiar.

“A Lei 14.275/21 mostrou-se insuficiente para resolver a situação dos agricultores familiares”, disse Daniel Agrobom. “O texto aprovado é crucial para possibilitar a retomada das atividades dos pequenos produtores, fundamentais para garantir a segurança alimentar e a geração de empregos e de renda”, avaliou o relator.

“A prorrogação é fundamental para socorrer os pequenos produtores rurais”, defendeu o autor da proposta, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR). Segundo ele, durante a pandemia, esses agricultores passaram por apreensão e incerteza, de um lado, e por dificuldades financeiras, de outro.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova projeto que acaba com exigência de guia para transporte de peixes ornamentais



Pezenti recomendou a aprovação da proposta.  
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que acaba com a exigência de uma guia específica para o transporte de peixes ornamentais coletados com fins comerciais, emitida pelo Ibama.

O relator, deputado Pezenti (MDB-SC), recomendou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 117/15, que susta parte de uma instrução normativa do Poder Executivo que traz a exigência. Segundo ele, a norma extrapola ao imputar ao infrator as penalidades e sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais, sem que exista a tipificação da conduta a ser apenada.

“Essa norma impõe obrigações ao cidadão sob pena de restrição de liberdade cumulado com multa sem nenhum suporte legal”, disse o autor, deputado Cleber Verde (MDB-MA), ao defender a revogação da instrução normativa. Segundo ele, a medida causa transtornos burocráticos para criadores de peixes ornamentais.

### Tramitação

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário da Câmara. Em 2019, a iniciativa foi rejeitada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*





15 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto que regulamenta destinação de terras devolutas



Sergio Souza foi o relator da proposta na comissão  
Imagem: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto do deputado Lucio Mosquini (MDB-RO) que regulamenta a destinação das terras devolutas. O objetivo é permitir que os estados assumam áreas não prioritárias para a União.

O Projeto de Lei 5843/16 foi relatado pelo deputado Sergio Souza (MDB-PR), que deu parecer favorável.

Terras devolutas são terras sem destinação pública e que também não fazem parte de nenhum patrimônio particular. Portanto, são áreas sem titulação.

Atualmente, a Constituição estabelece que as terras devolutas indispensáveis são propriedade da União. As demais pertencem aos estados. As indispensáveis são aquelas destinadas à defesa das fronteiras, aos militares, às vias federais de comunicação e à

preservação ambiental.

O problema, segundo Mosquini, é que a União não discrimina as áreas indispensáveis, deixando um vazio legal sobre a questão. O projeto procura resolver essa questão.

### Procedimento

Pelo texto aprovado, a União deve declarar previamente, depois de ouvir o Conselho de Segurança Nacional, o seu interesse ou não em áreas localizadas em terras devolutas pleiteadas por estados. Aquelas que não forem definidas como indispensáveis passarão para os estados.

O relator do projeto disse que a medida pode acelerar os processos de regularização fundiária das terras devolutas que são objeto de questionamento jurídico.

“Sem essa definição, o estado não pode realizar a discriminação e destinação dessas áreas com a certeza de que a União não irá argumentar futuramente que essas terras são indispensáveis, por exemplo, para a criação de uma unidade de conservação ambiental”, disse Souza.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*

## Comissão aprova projeto de auxílio financeiro para famílias de baixa renda atingidas por desastres



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê socorro financeiro, com até cinco parcelas no valor máximo de um salário mínimo (R\$ 1.320) cada, a famílias com renda de até cinco salários mínimos atingidas por desastre ou seca.

Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), para o Projeto de Lei 5180/20, do ex-deputado Celso Maldaner (SC). O texto altera a Lei 10.954/04, que criou um auxílio emergencial para a população dos municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência.

O benefício deverá ser regulamentado em portaria do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a partir de normas elaboradas por um comitê gestor. Os recursos para os pagamentos sairão do orçamento do ministério.

“Esta proposta será um passo significativo no apoio aos agricultores familiares, cuja subsistência é frequentemente ameaçada por períodos de estiagem”, disse Alceu Moreira. “Estaremos não apenas protegendo essas famílias, mas também contribuindo para a segurança alimentar das comunidades locais”, ressaltou.

A versão original do texto, do ex-deputado Celso Maldaner, previa ajuda aos agricultores familiares atingidos por secas, com até três parcelas de um salário mínimo cada. “A ideia é assegurar ao pequeno produtor o sustento da família, de forma digna, quando for impedido de exercer a principal atividade econômica”, comentou.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias.*



19 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto de lei que torna de utilidade pública as áreas destinadas à irrigação



Relator do projeto, Coronel Meira destaca nova perspectiva à agricultura irrigada  
Imagem: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou em reunião deliberativa, na manhã desta quarta-feira (13/09), o parecer do relator ao projeto de lei nº 399/2022, que altera a lei nº 12.651, tornando de utilidade pública as áreas destinadas à irrigação. O autor do projeto é o deputado Jerônimo Goergen(PP/RS). O deputado Coronel Meira (PL/PE) foi o relator do projeto.

Autor do projeto, Jerônimo Goergen afirma que muito do potencial agrícola do país é perdido, já que algumas regiões possuem disponibilidade de água apenas no período chuvoso. “Atualmente, 116,8 milhões de brasileiros estão sem acesso permanente a alimentos”, argumentou Goergen em justificativa. Diante disso, ele acredita ser necessário permitir e viabilizar a expansão das áreas destinadas ao plantio irrigado.

Em contraponto, Goergen ressalta que um obstáculo para a expansão é a legislação ambiental, já que o atual Código Florestal Brasileiro (Lei nº12.651, de 2012) restringe essa possibilidade de intervenção, o que pode levar ao entendimento de que os procedimentos necessários para o acúmulo de água para a irrigação nas calhas de córregos e rios se enquadrem como procedimento ilegal.

Em seu relatório, o deputado Coronel Meira destacou a importância da atualização do Código Florestal, que autorizou a intervenção sobre a vegetação nativa em área de preservação permanente, na hipótese de utilidade pública. Devido à alteração, foi aberta a possibilidade da alteração proposta pelo PL. “A agricultura irrigada possui agora uma nova perspectiva”, afirmou o parlamentar.

O relator votou pela aprovação, apresentando também substitutivo para considerar as obras de infraestrutura de irrigação como de interesse social, abrangendo também aquelas voltadas à dessedentação animal. Os conceitos de obras de infraestrutura de irrigação também foram expandidos, se estendendo ao barramento ou represamento de curso d’água.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para, em seguida, passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR.*

## Comissão rejeita projeto de lei que proíbe marcação a ferro em animais de produção



Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião deliberativa na manhã desta quarta-feira (13/09), o parecer do relator pela rejeição ao projeto de lei nº 2658/2022, que proíbe a marcação a ferro candente em animais de produção. O autor do projeto é o deputado Célio Studart (PSD/CE). O deputado Vicentinho Júnior (PP/TO) foi o relator do projeto.

Autor do projeto, Célio Studart destacou o art. 32 da Lei Federal nº 9.605/98, que prevê como crime ambiental a prática de abuso e maus-tratos aos animais. O PL ainda acrescenta a pena de detenção de três meses a um ano e multa a quem adotar a prática. “É evidente que a marcação por ferro candente pode ser substituída por outras formas de marcação que causem menos ou nenhuma dor”, argumentou Studart.

Relator do projeto, o deputado Vicentinho Júnior ressalta que existem outros métodos de identificação animal, mas que, em determinadas circunstâncias, a marcação a ferro pode ser o mais adequado: “Esse

método demonstrou ser particularmente eficaz em ambientes em que outros procedimentos, como brincos de orelha e tatuagens, são menos eficazes ou trazem riscos adicionais, como infecção e miíase, também conhecida como ‘bicheira”, afirma o parlamentar.

O deputado ainda lembra que a marcação é parte do protocolo de vacinação contra brucelose, identificando animais vacinados contra a doença, que é nociva também aos seres humanos. Além disso, Vicentinho Júnior observa ainda que a marcação a ferro é bastante utilizada em outros países com forte produção pecuária, como Estados Unidos e Argentina, o que sugere um reconhecimento global sobre a utilidade do método: “pode ser executado de forma ética e humana”.

Em seu relatório, o parlamentar afirma que o bem-estar animal é, acima de tudo, interesse também do produtor rural. “Animais com bem-estar elevado são mais produtivos e, portanto, mais rentáveis. Nesse sentido, é lógico supor que os produtores rurais optem por métodos de identificação que minimizem o sofrimento animal, uma vez que isso está alinhado com seus próprios interesses econômicos”.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e passará pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR.





21 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto que estimula turismo rural explorado por famílias



O relator, deputado Emidinho Madeira, recomendou a aprovação do projeto  
Imagem: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que equipara as receitas da hotelaria e turismo rural, quando explorados em regime familiar, às da atividade rural, para fins de Imposto de Renda (IR). A medida assegura alguns benefícios, como dedução das despesas e investimentos, reduzindo a tributação. O texto altera a Lei 8.023/90, que regulamenta a cobrança de IR na atividade rural.

O relator, deputado Emidinho Madeira (PL-MG), deu parecer favorável. “Devido à burocracia e à carga tributária desfavorável, inúmeras famílias operam na informalidade, prejudicando investimentos e a sustentabilidade dos negócios”, disse Madeira.

O Projeto de Lei 1761/23 ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Turismo; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Estímulo

O projeto é de autoria do deputado Marco Brasil (PP-PR). Ele afirma que a medida estimula a saída da informalidade das famílias que exploram o turismo rural nas suas propriedades.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



21 de SETEMBRO

## Fortalecimento da pesca artesanal será tema de audiência em comissão



Albuquerque é o autor do requerimento para a realização da audiência  
Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados vai realizar audiência pública nesta quinta-feira (21) para discutir a criação da Semana Nacional da Pesca Artesanal, para conscientizar a sociedade da importância econômica e cultural do setor para o Brasil.

A audiência está marcada para as 10 horas, no plenário 6.

O autor do requerimento para a realização do evento é o deputado Albuquerque (Republicanos-RR). Ele cita dados do Registro Geral da Pesca, que contabiliza mais de 1 milhão de pescadores no país, sendo 99,1% identificados como pescador artesanal, que respondem por 70% do pescado consumido no Brasil.

"Queremos debater com as entidades representativas deste importante setor da nossa economia e com o governo quais são as medidas necessárias para estimular mais a produção e gerar mais renda para o país e as famílias", definiu o deputado.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



21 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto de lei que confere a Guarapuava-PR o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte



Em destaque há mais de 13 anos no setor, a cidade abriga a maior malteria da América Latina, atendendo 90% do mercado nacional de cervejarias artesanais.

Imagem: V Início Loures/Câmara dos Deputados

Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião deliberativa na manhã do dia 20/09 (quarta-feira), o parecer do relator ao projeto de lei nº 2181/2023, que confere ao município de Guarapuava, localizado no estado do Paraná, o título de “Capital Nacional da Cevada e do Malte”. O autor do projeto é o deputado Marco Brasil (PP/PR). O deputado Tião Medeiros (PP/PR) foi o relator do projeto.

Localizado a 219 quilômetros da capital do Paraná, Curitiba, o município de Guarapuava é há 13 anos o maior produtor nacional de cevada, conforme dados de 2021 do IBGE, sendo responsável por 21% da produção nacional.

Essencial para a obtenção do malte, a abrangência da cevada na região rendeu ao Paraná o mérito de ser também o maior produtor

e fornecedor de malte às cervejarias brasileiras, conforme publicado em 2022 pela Agência de Comunicação do Sistema Fiep.

Desde 2017, Guarapuava possui o título de “Capital Paranaense da Cevada e do Malte”. Em seu relatório, Tião Medeiros reforça que a concessão do título nacional não irá trazer benefícios sociais e econômicos apenas a quem atua na cadeia produtiva, também será importante para o comércio municipal, na gastronomia e no turismo, que irão ganhar dinamismo e diversificação.

Segundo o autor da proposta, Marco Brasil, o título também trará maior facilidade na captação de investimentos nos setores público e privado da região, principalmente quanto à formatação de roteiros turísticos ligados ao setor cervejeiro para a integração das regiões turísticas do Brasil.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



21 de SETEMBRO

## Comissão rejeita projeto de lei que proíbe pesca de arrasto



O deputado Raimundo Costa (PODE/BA) foi o relator do projeto.

Foto: Cléia Viana/Câmara dos Deputados

Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião deliberativa na manhã desta quarta-feira (20/09), o parecer do relator pela rejeição ao Projeto de Lei nº 347/2022, que veda a pesca de arrasto tracionada por embarcações motorizadas. O autor do projeto é o deputado Carlos Gomes (REPUBLICANOS/RS). O deputado Raimundo Costa (PODE/BA) foi o relator do projeto.

Em seu relatório, o deputado Raimundo Costa destacou o objetivo da atual Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que é o de promover o desenvolvimento sustentável da atividade como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade.

Apresentando alguns trechos da legislação vigente, o parlamentar ressaltou a já existente preocupação com as práticas sustentáveis,

mantendo também o resguardo dos recursos pesqueiros, para que haja aproveitamento econômico.

“Nunca é demais reforçar que a análise de impacto regulatório de uma norma proposta não pode se limitar ao aspecto ambiental, pois, para ser sustentável, os impactos econômicos e sociais merecem igual atenção”, argumentou o deputado.

Ele ainda enfatiza que a aprovação do projeto impactaria diretamente milhares de famílias em sua principal fonte de renda, bem como a segurança alimentar de comunidades que dependem da atividade para a obtenção de proteína para as suas famílias.

“O caminho para produzir alimentos de forma sustentável, minimizando os impactos ambientais negativos, passa pela gestão eficaz dos recursos pesqueiros, incentivos para diminuição da fauna acompanhante, redução do consumo de combustíveis (através de tecnologias) e proteção de ambientes sensíveis”, concluiu o parlamentar.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e passará pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAPADR.





22 de SETEMBRO

## Projeto aprovado prorroga prazos para renegociação de dívidas de crédito rural



Medeiros: amplia as possibilidades de conquista do sustento pelos agricultores assentados  
ImagemZeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4347/2019, que prorroga os prazos para adesão à renegociação de dívidas de crédito rural. O texto beneficia produtores rurais, agroindústrias e agricultores familiares.

A medida foi aprovada na forma de um substitutivo do relator, deputado José Medeiros (PL-MT), que reuniu o projeto aos nove apensados. A nova versão amplia prazos já expirados de renegociação previstos nas leis 13.340/16 e 13.606/18.

Além disso, estende os benefícios aos agricultores com débitos no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

O texto ainda será examinado, em caráter conclusivo, em duas comissões: Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

### Seca

O relator explica que muitos produtores, que tiveram as lavouras atingidas por secas prolongadas nos anos de 2016 e 2017, não conseguiram aderir às medidas de estímulo à liquidação e à renegociação de dívidas de crédito rural.

“Queremos promover o resgate de agricultores que tiveram suas lavouras afetadas por condições climáticas adversas, com a impossibilidade de exercer sua atividade de forma digna,” disse Medeiros.

### Regras

A proposta estende o prazo para que produtores rurais que atuem na área de abrangência das superintendências de desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), renegociem dívidas com operações de crédito rural para custeio e investimento, com base nas regras da Lei 13.606/18.

Os produtores terão até 30 de dezembro de 2024 para solicitar a renegociação das dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2011.

A amortização da dívida ocorrerá em prestações anuais, com o vencimento da primeira parcela em 2026 e da última em novembro de 2035. A carência será até 2024, independentemente da data de formalização da renegociação.

O relator incluiu um dispositivo para isentar os produtores de honorários sucumbenciais relativos a renegociações com base na Lei 13.340/16.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



22 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto que incentiva alternativas ecológicas para o tratamento de esgoto em área rural



Texto aprovado é substitutivo do relator, Coronel Meira  
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que institui uma política de incentivo à instalação de sistemas descentralizados de tratamento de esgoto nas áreas rurais brasileiras, com o objetivo de estimular o tratamento ambientalmente adequado de dejetos humanos nas propriedades rurais.

Esses sistemas descentralizados usam tecnologia aplicada no tratamento do esgoto do vaso sanitário (água com urina e fezes humanas), em locais onde a rede coletora não é viável econômica ou tecnicamente.

Uma dessas tecnologias previstas na proposta é o uso de fossa séptica biodigestora, que trata o esgoto e produz um efluente que pode ser utilizado no solo como fertilizante.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Coronel Meira

(PL-PE), ao Projeto de Lei 3879/21. Meira alterou a versão original para incluir novas formas de tratamento do esgoto, as quais podem ser aplicadas em áreas rurais, como jardim filtrante, tanque séptico, filtros anaeróbicos, sumidouros e vala de infiltração.

A proposta original previa apenas o incentivo à instalação de fossa séptica biodigestora.

“A iniciativa legislativa em análise é oportuna e adequada, pois contribui para a superação da lacuna deixada pela inviabilidade técnica e econômica de se estabelecerem redes tradicionais de saneamento em áreas rurais”, defendeu Coronel Meira.

### Legislação

Pelo texto aprovado, a nova política de incentivos deve estar em harmonia com as políticas nacionais voltadas ao saneamento básico, como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/20).

Ainda pelo texto caberá à Fundação Nacional da Saúde (Funasa) a alocação dos recursos destinados à política de incentivo aos sistemas descentralizados de tratamento de esgoto, os quais serão aplicados pelo município, desde que haja previsão em seu Plano de Saneamento Básico.

### Tramitação

A proposta que tramita em caráter conclusivo será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



22 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto que isenta IPI de pessoa com deficiência na compra de trator



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3231/21 que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, fabricados no Brasil ou em outros países do Mercosul, quando comprados por pessoas com deficiência ou seu representante legal.

A isenção poderá ser utilizada uma vez a cada três anos e ficará condicionada a comprovação, pela Receita Federal do Brasil, de que o comprador preenche os requisitos quanto à deficiência. A venda do bem antes de três anos exige o pagamento prévio do tributo.

Relator da matéria, o deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR) recomendou a aprovação da medida com emendas de

redação que substituem o termo 'veículo', por 'máquina, equipamento e trator'. A proposta foi apresentada pelo ex-deputado Ênio Verri (PR).

### Tramitação

O projeto será ainda analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



22 de SETEMBRO

## Comissão aprova estímulo à produção de madeira certificada em lotes da reforma agrária



Medeiros: amplia as possibilidades de conquista do sustento pelos agricultores assentados  
Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 4387/20, que permite o uso de até 50% da área dos lotes individualizados de assentamentos da reforma agrária como áreas de reflorestamento, para produção de madeira certificada e sustentável.

O projeto foi apresentado pelo ex-deputado Christino Áureo (RJ) e inclui a medida na Lei da Reforma Agrária. O parecer do relator, deputado José Medeiros (PL-MT), recomendou a aprovação, com uma emenda que desobriga os assentados de fazer o plano de manejo da área reflorestada para produção de madeira.

### Manejo

Segundo Medeiros, o Código Florestal não exige o plano de manejo na exploração de florestas plantadas. “Não se faz manejo para retirar aquilo que se plantou para fins de produção”, disse.

O relator afirmou que o projeto “amplia as possibilidades de conquista do sustento e da dignidade pelos agricultores assentados”.

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

### Regras

O projeto prevê que a produção florestal madeireira de cada lote individualizado será administrada pelos produtores assentados com supervisão de órgãos federais envolvidos e parcerias com a iniciativa privada. A atividade deverá seguir as regras da política ambiental.

O plano de desenvolvimento sustentável do assentamento de reforma agrária definirá os critérios técnicos de implantação das unidades produtivas, a assistência técnica de produção e a comercialização da madeira produzida.

As atividades serão financiadas por linhas de crédito oficial, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*





22 de SETEMBRO

## Comissão aprova projeto que prevê maior apoio do Estado à agricultura familiar



O relator, deputado Heitor Schuch, recomendou a aprovação do projeto  
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 426/22, que inclui assistência material aos agricultores familiares por parte do Estado. O projeto define assistência material como "o apoio consistente em doação ou empréstimo de insumos e equipamentos".

O texto aprovado ainda prevê que a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais terá uma linha específica voltada à recuperação de solos e de pastagens em propriedades familiares, também com apoio do Estado.

O relator, deputado Heitor Schuch (PSB-RS), recomendou a aprovação da proposta. "A medida reconhece a importância dos agricultores familiares para a diversidade nutricional e segurança

alimentar da população", disse. Além disso, continua Schuch, a proposta também ajuda a enfrentar os desafios do êxodo rural e do envelhecimento no campo.

"É imprescindível estabelecer medidas que auxiliem a agricultura familiar, para que a população rural tenha condições de permanecer na atividade e todos nós tenhamos acesso aos alimentos", afirmou o autor da proposta, deputado Marreca Filho (Patriota-MA).

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova projeto que cria programa de apoio ao cultivo do óleo de dendê



O relator, deputado Gabriel Mota, recomendou a aprovação do projeto  
 Imagem: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3601/23, que institui o Programa Nacional de Incentivo e Comercialização do Dendê (PNICD). A ideia é promover o desenvolvimento das cadeias produtivas do dendê no Brasil.

O relator, deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), recomendou a aprovação da proposta. Ele afirma que a cultura do dendê é importante na geração de emprego e de renda em diversas localidades, sobretudo da região Norte. “No entanto, ainda é pouco explorada em relação ao potencial existente”, acrescenta.

“O Brasil dispõe do maior potencial mundial para a produção do óleo de dendê”, afirma o autor do projeto, deputado Raimundo Santos (PSD-PA). Ele ressalta que o País tem quase 75 milhões de hectares de terras aptas à dendeicultura, com destaque para o Pará, a Bahia e o Amapá, que já são os principais estados produtores.

### Objetivos

A proposta estabelece princípios e diretrizes para o programa, visando:

- Ampliar a produção e o processamento;
- treinar mão de obra empregada nas cadeias produtivas;
- ampliar o acesso de produtores à educação financeira e à assistência técnica;
- estimular o associativismo e o desenvolvimento econômico e social sustentável nas regiões produtoras; e
- promover pesquisas e o desenvolvimento tecnológico no setor.

O projeto de lei também autoriza a criação de parcerias com entidades públicas e privadas, a destinação de recursos e a abertura de linhas de crédito específicas para os produtores do dendê.

O Poder Executivo deverá regulamentar o programa.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

**28 de SETEMBRO**

## Comissão de Agricultura debate mudança nas regras de importação de amêndoa de cacau



Zé Neto é o autor do requerimento para a realização da audiência  
Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quinta-feira (28) sobre o impacto de uma instrução normativa do Executivo na produção brasileira de cacau.

Confira a lista de convidados da reunião, que está marcada para as 10 horas no plenário 6.

O autor do requerimento para a realização da audiência é o deputado Zé Neto (PT-BA). O foco de sua preocupação é a Instrução Normativa 125/21 da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. O texto atualiza os requisitos fitossanitários para importação de amêndoas de cacau, fermentadas e secas, produzidas na Costa do Marfim.

A norma eliminou o brometo de metila do tratamento dessas amêndoas, que era aplicado no controle de pragas comuns no continente africano. Zé Neto teme que essas pragas possam "contaminar as plantações no Brasil, até mesmo de outras culturas".

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

PRODUÇÃO APRESENTOU VALOR BRUTO DE

**R\$ 1,24 TRILHÃO**

EM 2023

**OUTUBRO**





05 de OUTUBRO

## Subcomissão Permanente do Leite (Subleite) da Comissão de Agricultura realiza reunião para votação do Plano de Trabalho



O documento propõe ações referentes ao segundo semestre de 2023  
Imagem: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

A Subcomissão Permanente do Leite (Subleite), responsável pelo acompanhamento do setor da produção leiteira no mercado nacional, realizou na tarde desta terça-feira (03/10) a reunião de discussão e votação do seu Plano de Trabalho. O documento tem como objetivo definir as ações a serem executadas no segundo semestre de 2023.

Atualmente, o setor possui produção de mais de 35 bilhões de litros de leite por ano, empregando 4 milhões de pessoas no país, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária. Porém, o mercado nacional se vê ameaçado diante da importação de leite de países do Mercosul e da alta nos custos de produção. “A gente sabe que o problema piora a cada dia e nós precisamos ter uma definição”, afirmou a presidente da subcomissão, a deputada Ana Paula Leão (PP/MG).

Os propósitos da subcomissão incluem a avaliação e propostas de

medidas acerca da produção brasileira de leite, abrangendo também a segurança jurídica para o exercício dessa atividade econômica. Uma das abordagens propostas no Plano é o acompanhamento da política externa referente à importação de leite e seus derivados, visando a sustentabilidade da produção nacional.

O mapeamento da relação entre produtores e indústrias também é uma preocupação da Subleite, que vê como cenário ideal o equilíbrio e a segurança jurídica aos atores da cadeia produtiva. “Não adianta nós travarmos uma queda de braço com a indústria, da forma que estamos”, ressaltou o deputado Emidinho Madeira (PL/MG), relator da Subcomissão. “Esse jogo não vai a lugar nenhum”.

Outra temática abordada pelo Plano de Trabalho é o mapeamento de programas e políticas públicas federais de apoio e fomento à produção nacional de leite, bem como o aprimoramento do já existente Programa Mais Leite Sustentável, que beneficia os participantes com crédito presumido para desconto na contribuição para o PIS/Pasep e na Cofins. O acompanhamento das normas de fiscalização, de sanidade e técnicas também é alvo da Subcomissão.

*Fonte: Assessoria da CAPADR*

## Comissão vai debater manejos de pecuária regenerativa



Zé Neto é o autor do requerimento para a realização da audiência  
Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados vai realizar audiência pública nesta quinta-feira (5) para debater a expansão da chamada pecuária regenerativa, que é um conjunto de técnicas de manejo que busca reduzir os impactos ambientais da atividade.

Confira a lista dos convidados para a reunião, que está marcada para as 10 horas, no plenário 6.

O autor do requerimento para a realização da audiência é o deputado Pedro Uczai (PT-SC). Ele destaca que "inúmeros problemas ambientais estão sendo desencadeados em virtude da expansão da fronteira agropecuária e da utilização de métodos para o cultivo e criação de animais".

"Diante da necessidade de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, preservar a natureza, é necessário que métodos sustentáveis sejam implantados na agropecuária, de forma a reduzir os problemas ambientais provocados pela atividade", acrescentou.

A norma eliminou o brometo de metila do tratamento dessas amêndoas, que era aplicado no controle de pragas comuns no continente africano. Zé Neto teme que essas pragas possam "contaminar as plantações no Brasil, até mesmo de outras culturas".

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



11 de OUTUBRO

## Deputados, empresas e trabalhadores rurais buscam solução para crise financeira do Sistema Itaparica



Reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
Imagem: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A falta de água que afeta os projetos de irrigação do Sistema Itaparica, bem como as dificuldades financeiras para manutenção dos empreendimentos, foi discutida pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (11).

O problema afeta a rotina de mais de 45 mil agricultores familiares, que vivem numa faixa de 150 quilômetros entre Pernambuco e Bahia. No fim dos anos 80, eles foram realocados em assentamentos nessa região devido à construção da usina hidrelétrica Luiz Gonzaga, que inundou uma área de 83.400 hectares para formar o Lago Itaparica.

### Repasse de recursos

Secretária-executiva da área de gestão de empreendimentos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Andréa Sousa destacou que o sistema opera

hoje no vermelho. “O lado baiano continua rodando graças a uma emenda parlamentar. Então, a situação da Bahia é um pouco melhor do que a de Pernambucano”, disse.

De acordo com ela, a estimativa de gasto em 2023 foi de R\$ 87 milhões. “Só fazendo essa operação, nós já temos R\$ 61 milhões negativos. Entrando a emenda e mais R\$ 4 milhões de crédito suplementar, nós ficamos com 36 milhões negativos. É a situação de Itaparica hoje”, afirmou.

### Gestão compartilhada

O coordenador-geral do Polo Sindical de Pernambuco e Bahia, José Dionísio da Silva, que representa os reassentados do Sistema Itaparica, apresentou uma proposta de cogestão para os projetos de irrigação. “Nós estamos propondo que nós, irrigantes, assumimos no primeiro e segundo ano a operação básica. O governo continua mantendo os funcionários profissionais, de elétrica e mecânica, e a gente assume principalmente a mão de obra básica.”

Essa proposta chegou a ser apresentada também ao governo no dia anterior, como ressaltou o deputado Josias Gomes (PT-BA). “Eu quero falar da importância desses dois eventos [discussão na Câmara e com o governo] pela maneira como está sendo retomada essa discussão. O valor bruto da produção, se não me falha a memória, é da ordem de R\$ 400 milhões, uma importante alavanca na economia de Pernambuco. Nós tivemos clareza de que, desta vez, o governo federal abraçou integralmente”, concluiu.

O secretário nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Giuseppe Vieira, disse que o governo vem mobilizando esforços para buscar alternativas de viabilidade dos projetos de irrigação do Sistema Itaparica, não apenas com aportes emergenciais, mas enfrentando o problema e recuperando a área.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*

## Ministro diz que crédito do BNDES a atingidos por enchente no RS será ampliado para grandes empresas



O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, anunciou nesta terça-feira (17) que a linha de crédito do BNDES criada para socorrer cidades do Rio Grande do Sul afetadas pelas enchentes vai ser estendida para grandes empresas.

Ele discutiu o tema em reunião conjunta das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Desenvolvimento Urbano; e de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

O Programa BNDES de crédito solidário atualmente se destina a pequenos empreendedores e a agricultores familiares atingidos pela calamidade pública, o que, segundo Pimenta, representa 98% da economia local.

"Queremos criar um programa específico para empresas que têm faturamento de até R\$ 300 milhões, uma linha específica do BNDES que está sendo regulamentada, num modelo parecido com esse que nós

para a reestruturação das cooperativas. Então, nós vamos atender também aquelas empresas maiores", disse o ministro.

### Esforço conjunto

Na avaliação do ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, o esforço conjunto dos governos federal, estadual e de prefeituras foi crucial para mitigar os efeitos da calamidade.

"Há uma sinergia muito forte entre o governo federal com a defesa civil estadual e as defesas civis municipais. O que tiver que ser feito para passar os recursos ao governo do estado nós vamos passar, o que for decidido passar para prefeitura, vamos passar para as prefeituras", reiterou.

### Burocracia

Durante a reunião, diversos prefeitos de cidades gaúchas atingidas pelas enchentes reclamaram da burocracia para liberação do dinheiro destinado à recuperação da economia local.

O diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, Leandro Evaldt, pediu urgência para atender às 14 grandes empresas afetadas do Vale do Taquari. "A gente precisa que as empresas atingidas tenham não privilégio, mas sim a prioridade de serem as primeiras atendidas", disse.

Ele acrescentou que as operadoras de crédito regionais deveriam ser autorizadas a operar esses recursos, o que daria mais rapidez aos repasses.

O ministro Waldez Góes reconheceu os entraves da burocracia, mas reforçou o compromisso do governo federal em executar as etapas de reestruturação e prevenção de tragédias naturais. "Tem uma burocracia, infelizmente, mas ela tem que ser vencida por nós, não pode vencer a gente", disse.

Ele citou pacto federal para monitoramento e retomada de construção de barragens que deve ser firmado por todos os estados até o final do mês.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.





19 de OUTUBRO

## Deputados cobram do Ibama a volta das autorizações para caça a javalis



Comissão de Agricultura debate impactos da fauna exótica na agropecuária  
Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Os deputados Marcos Pollon (PL-MS) e Ismael Alexandrino (PSD-GO) pediram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a retomada urgente do Sistema Integrado de Manejo de Fauna (Simaf).

O presidente da Associação Brasileira de Caçadores, Rafael Salerno, afirmou que a suspensão temporária do Simaf poderá prejudicar o controle da população de javalis. Salerno estima que são hoje 3 milhões deles espalhados pelo País.

O sistema do Ibama está parado desde julho, quando o Decreto 11.615/13 alterou as regras sobre armas de fogo no Brasil. Entre as novidades está o modelo de autorização do órgão ambiental para a caça excepcional.

Agora, os caçadores deverão anexar ao pedido feito no Ibama a dos donos das propriedades onde a atividade será executada. Isso não existia, e havia atrito entre caçadores e fazendeiros que criticavam eventuais invasões.

“O Simaf é antigo e está defasado, precisamos de um novo”, disse a diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, Livia Martins. Segundo ela, uma atualização do sistema já foi pedida, mas não há prazo para entrega.

### Fauna exótica

O assunto foi analisado nesta quinta-feira (19) na Câmara dos Deputados, em debate da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural sobre os impactos da fauna exótica na agropecuária brasileira.

O javali (*Sus scrofa*), um porco selvagem nativo da Europa, da Ásia e da África, foi introduzido na América do Sul no início do século 20, tornando-se espécie exótica invasora. O cruzamento com outros animais originou, por exemplo, o javaporco.

Atualmente, o javali é considerado responsável por prejuízos à produção agrícola, por riscos sanitários especialmente na suinocultura e por danos à fauna e à flora nativas, além de favorecer processos erosivos e assoreamento de corpos d’água.

### Críticas e alertas

“O fato de o órgão ambiental não ter uma política focada no controle do javali, ou então criar problemas em vez de soluções, contribui para o avanço da espécie”, disse Rafael Salerno. Para ele, caçadores prestam serviço de utilidade pública.

“Essa é uma questão de Estado e não de governo”, ressaltou Marcos Pollon, ao cobrar dos envolvidos o enfrentamento da situação sem restrições ideológicas. “Precisamos do Ibama para solucionar esse problema com urgência”, afirmou.

“Olhando para a Covid-19 e os impactos dela – sanitários, econômicos e sociais –, não podemos menosprezar os riscos de que uma espécie exótica invasora transmita doenças que poderão ficar fora de controle”, disse Ismael Alexandrino.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*

## Comissão aprova projeto de lei para criar Regime Especial Tributário dos Silos, o RESILOS



Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião deliberativa na manhã do dia 25/10 (quarta-feira), o parecer do relator ao Projeto de Lei nº 2069/2021, que altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para criar o Regime Especial Tributário dos Silos (RESILOS). O autor do projeto é o deputado Gustavo Fruet (PDT/PR). O deputado Tião Medeiros (PP/PR) foi o relator do projeto.

O PL propõe a suspensão de tributos federais, pelo período de 5 anos, para viabilizar a construção de novos silos, solucionando o problema da falta de espaço para o armazenamento de grãos no Brasil. Segundo o relator, esse incentivo fiscal contribuiria para a criação de uma reserva estratégica de produtos, sendo um modo de enfrentar as variações de preço do mercado, protegendo a economia e o produtor nacional. De acordo com dados atuais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a falta de Unidades Armazenadoras é responsável por 45,52% das perdas pós-colheita.

Em seu texto original, o Projeto propõe a suspensão da cobrança de tributos como o PIS/Pasep, COFINS, CSLL, IPI e impostos de importação, que ocorreria a partir do dia 1º de janeiro de 2022. Porém, devido à ultrapassagem do prazo proposto, foi apresentado pelo relator substitutivo ao projeto, para que os efeitos da suspensão passem a produzir efeitos seis meses após a data oficial de publicação da lei que cria o Regime. “O Regime Especial Tributário dos Silos terá duração de apenas cinco anos, tempo suficiente para um aumento significativo da capacidade de armazenagem brasileira”, afirmou o deputado Tião Medeiros.

O relator também acatou à emenda apresentada pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), que previa a extensão da suspensão dos tributos aos bens e serviços importados destinados à armazenagem, promovendo a desoneração tributária integral dos investimentos e assegurando aos fabricantes nacionais o devido crédito dos impostos e contribuições pagos na aquisição de insumos utilizados na sua produção.

Contudo, o parlamentar não incorporou dispositivo que condicionava a suspensão dos tributos aos bens e serviços importados àqueles sem similares nacionais: “Entendo que essa limitação iria de encontro ao objetivo de fomentar o aumento da capacidade de armazenamento”, sublinhou o parlamentar.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, e será analisado pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Assessoria da CAPADR



25 de OUTUBRO

## Comissão aprova suspensão de pagamentos de financiamentos de produtores do Acre afetados por enchentes



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1513/23, que suspende por 36 meses o pagamento de financiamentos rurais contratados por produtores do Acre afetados pelas enchentes de 2023.

Apresentada pelo deputado Roberto Duarte (Republicanos-AC), a proposta busca dar um alívio aos produtores do estado que perderam a safra em decorrência das inundações de março e abril. O rio Acre, o principal da região, chegou a subir mais de 17 metros. A cheia é considerada a segunda maior da história na região.

O relator na comissão, deputado Zezinho Barbary (PP-AC), foi favorável à aprovação da proposta. “Os produtores rurais amargam prejuízos com a enchente, em diversos casos a produção agrícola das famílias atingidas com os alagamentos foi totalmente comprometida, o que é muito preocupante por ser a única fonte de renda e meio de sobrevivência da população residente nas

comunidades rurais situadas às margens do manancial”, disse. Regras

O texto elenca as linhas de financiamento que terão o pagamento postergado, como custeio agropecuário em geral, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

O montante não pago será posteriormente dividido em seis parcelas iguais, com vencimento anual. Os pequenos produtores rurais que perderam a produção agropecuária receberão anistia total das dívidas contraídas em programas de financiamento rural.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova alteração de regra da Previdência para produtor rural



Gabriel Mota diz que proposta corrige injustiça no setor  
Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3833/23, que inclui como segurado especial da Previdência Social a pessoa que exerce atividade em imóvel rural com área aproveitável de até quatro módulos fiscais.

A Lei de Benefícios da Previdência Social já trata como segurados especiais da Previdência Social, entre outros, o produtor rural familiar em área total de até quatro módulos fiscais, o pescador artesanal e o seringueiro.

A mudança do projeto se refere ao termo "aproveitável". Assim, para efeito previdenciário, áreas da propriedade que não podem ser exploradas, como as de proteção ambiental, deixam de ser consideradas nesse cálculo.

### Correção de injustiça

A modalidade de segurado especial contribui conforme o valor de venda da produção, obtida pelo trabalho individual ou em regime de economia familiar.

O relator na comissão, deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), considera que a medida "corrige uma injustiça" ao permitir a ampliação do enquadramento do agricultor de menor porte. Ele recomendou a aprovação da proposta.

"A classificação para a tributação do imóvel rural é feita pela área aproveitável, e não por toda a extensão da propriedade", disse o autor da proposta, deputado Pezenti (MDB-SC). "Assim, o projeto determina que a legislação previdenciária passe a considerar aquela lógica da legislação tributária", explicou o parlamentar.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias





26 de OUTUBRO

## Comissão debate posição do Brasil em convenção internacional para controle do tabaco



Plantação de tabaco no Rio Grande do Sul  
Imagem: Karline Viana/Palácio Piratini

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove mesa-redonda nesta quinta-feira (26) sobre a posição que o Brasil ira adotar na Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Controle do Tabaco, reunião que será realizada no Panamá, entre 20 e 25 de novembro.

O debate foi sugerido pelos deputados Alceu Moreira (MDB-RS) e Pezenti (MDB-SC). Eles querem que o governo debata previamente o posicionamento do País nesse encontro mundial. "Em oportunidade anterior, a Comissão de Agricultura abrigou audiência pública para tratar do tema, entretanto os convidados do governo foram evasivos em suas repostas, alegando que ainda não havia posição brasileira, visto que o evento só seria realizado em novembro", justificam os deputados no pedido para a audiência.

### Comitiva de deputados

Eles também pedem que a Comissão de Agricultura envie representação à reunião no Panamá. Segundo os deputados, é "imprescindível" que o colegiado acompanhe os debates, visto que o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco. "São mais de 465 milhões de toneladas exportadas, mais que o dobro da produção do segundo colocado", afirmam Moreira e Pezenti no documento.

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco é um tratado internacional de saúde pública organizado pela OMS que determina a adoção de medidas que impactam cidadãos e produtores rurais.

A reunião ocorre às 10 horas, no plenário 6. Confira a lista de convidados.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova projeto que reduz tributação de produtor de cacau cabruca



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda de cacau cabruca de categoria superior (bruto ou torrado) e suas preparações (pasta, manteiga, gordura e óleo). Esse cacau é plantado sob a sombra de árvores nativas da Mata Atlântica ou Amazônia.

Conforme a proposta aprovada (PL 3472/21), para ter direito ao benefício, a pessoa jurídica deverá utilizar cacau adquirido de agricultores ou cooperativas detentores do “Selo Verde Cacau Cabruca Bahia e Amazônia”, na forma de regulamento futuro. O selo será concedido ao produtor que cumprir leis ambientais e cultivar o cacau de maneira sustentável.

O relator, deputado Márcio Honaiser (PDT-MA), recomendou a aprovação da proposta apresentada pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) com duas emendas. “A redução de tributos retém na cadeia produtiva do cacau a parcela da renda da atividade cacauicultora que atualmente é arrecadada pelo fisco”, disse Honaiser.

### Tramitação

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



27 de OUTUBRO

## Comissão aprova diretrizes para elevar a qualidade do gengibre



O relator, deputado Daniel Agrobom, recomendou a aprovação do projeto  
Imagem: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1737/23, que cria a Política Nacional de Incentivo à Produção de Gengibre de Qualidade e de seus Processados.

A proposta, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), prevê as diretrizes da política e os instrumentos para a sua execução. O objetivo é elevar a qualidade do gengibre ofertado ao consumidor e o aperfeiçoar os sistemas produtivos.

O relator, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), deu parecer favorável. “A proposta prioriza a concessão de financiamentos a pequenos produtores, organizados ou não em associações e cooperativas, que agreguem valor à produção”, explicou.

Agrobom apresentou uma emenda apenas para deixar a redação do projeto mais clara. O projeto ainda será analisado em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

### Principais medidas

Entre as diretrizes da Política Nacional de Incentivo à Produção de Gengibre de Qualidade e de seus Processados estão:

- a sustentabilidade da produção e do processamento;
- a geração de emprego e renda;
- o desenvolvimento e uso de tecnologias que melhorem a qualidade do produto.

Os instrumentos previstos na proposta para a nova política incluem o crédito rural em condições mais favoráveis para a produção, comercialização e o processamento do produto in natura; o seguro rural e a assistência técnica, entre outros.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova nova regra para contratação de empregados eventuais por pequeno produtor rural



Pezenti apresentou substitutivo  
Imagem: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que flexibiliza a contratação de empregados eventuais por segurados especiais que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar.

Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, pequenos produtores rurais, pescadores artesanais e extrativistas vegetais.

O projeto prevê que o grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado de até 240 pessoas por dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Pezenti (MDB-SC), ao PL 1059/22, do ex-deputado Rogério Peninha Mendonça (SC).

Pezenti optou por manter o texto principal e incluir a possibilidade de contratação de empresas de trabalho temporário por parte dos segurados especiais, iniciativa prevista no PL 1060/22, do mesmo autor.

O tema é regulamentado pelas lei sobre a organização da Seguridade Social (8.212/91) e lei que trata dos planos de benefícios da Previdência Social (8.213/91). "Ao restringir a contratação a 120 dias, a legislação atual discrimina esses agentes econômicos ao não amparar a contratação dessa força de trabalho por meio de empresas terceirizadas, como há décadas ocorre nos demais setores da economia", argumentou o parlamentar.

### Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



31 de OUTUBRO

## Comissão aprova projeto que garante desconto em passagem de ônibus para famílias de área rural



Guimarães recomendou a aprovação do projeto com ajustes  
Imagem: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1366/23, que institui o Programa Passagem Solidária. A iniciativa vai garantir desconto de 50% nas passagens de ônibus para famílias de baixa renda que residem em áreas rurais.

O benefício é voltado para as famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda igual ou inferior a um salário mínimo mensal por pessoa.

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Viação e Transportes; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Custo para empresas

O projeto é de autoria do deputado Marco Brasil (PP-PR) e foi aprovado com parecer favorável do relator, deputado Alexandre Guimarães (Republicanos-TO).

Guimarães apresentou um substitutivo determinando que o Programa Passagem Solidária seja custeado pelo Orçamento da União. Os estados e municípios vão receber os recursos federais e repassá-los às empresas de ônibus, conforme regulamento.

“Assim, preservamos o objetivo social relevante do programa, sem gerar impactos financeiros negativos para as empresas de transporte coletivo e sem sobrecarregar os demais usuários desses serviços”, disse o relator.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



## Comissão aprova projeto que isenta de IPI os defensivos agrícolas de baixa toxicidade



Márcio Honaiser fez ajustes na redação do projeto original  
Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os defensivos agrícolas de baixa toxicidade.

Pelo texto, também serão isentos de IPI os equipamentos, as máquinas e outros bens, inclusive as peças, as ferramentas e os acessórios relacionados, destinados à pesquisa, à experimentação e ao desenvolvimento desses defensivos.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo elaborado pelo relator, deputado Márcio Honaiser (PDT-MA), que fez ajustes de redação no texto do Projeto de Lei 4356/21, do deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA). “A proposta atende às necessidades de sustentabilidade, viabilidade econômica e interesse público”, disse Honaiser.

“Precisamos criar incentivos para indução do uso de defensivos que possuam menor toxicidade, e essa alteração no comportamento social poderá se dar com a redução do IPI”, justificou Otto Alencar Filho, autor do projeto original.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



FORAM APRECIADAS  
**84 PROPOSTAS**  
DE EMENDA À LOA

**NOVEMBRO**



07 de NOVEMBRO

## Comissão aprova projeto que isenta produtor rural pessoa física de pagar salário-educação



Alberto Fraga recomendou a aprovação da proposta  
Imagem: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que isenta do pagamento de salário-educação os produtores rurais que se enquadram na categoria pessoa física, sem inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O colegiado aprovou o parecer do deputado Alberto Fraga (PL-DF), ao Projeto de Lei 3955/23.

A proposta é de autoria do deputado Jonas Donizette (PSB-SP) e altera a Lei 9.766/98, que disciplina o salário-educação – contribuição social paga por empresas para financiar a educação básica.

O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Segurança jurídica

O relator afirmou que o objetivo do projeto é deixar claro que somente as sociedades e firmas individuais com CNPJ devem pagar o tributo. Hoje existem decisões judiciais que prejudicam produtores pessoa física.

“O projeto busca aclarar definitivamente a legislação sobre a contribuição social e, com isso, dar maior segurança jurídica ao produtor rural”, disse Alberto Fraga.

A proposta estabelece ainda que o produtor rural só será contribuinte se for comprovado que ele também atua como sócio-administrador de empresa do mesmo ramo.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



09 de NOVEMBRO

## Comissão aprova projeto que inclui a modernização da agricultura familiar entre as metas da extensão rural



Gabriel Mota relatou a proposta  
Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 952/21, que inclui a modernização da agricultura familiar entre os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater).

A proposta insere dispositivos na Lei 12.188/10, que instituiu a Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

O relator, deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), recomendou a aprovação do projeto. “Parte considerável das restrições enfrentadas pela agricultura familiar poderá ser superada pela adoção de inovações tecnológicas”, defendeu.

“A capacitação tecnológica direcionada às realidades locais se apresenta como um desafio que só poderá ser transposto sob a liderança da assistência técnica e da extensão rural”, disse o autor, deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO).

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão aprova proposta que deixa a cargo dos municípios a fixação dos limites da zona rural



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3038/19, que deixa a cargo dos municípios a definição de zona rural para fins de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

O relator, deputado Giovani Cherini (PL-RS), apresentou parecer favorável. O texto aprovado define zona rural como qualquer área fora da zona urbana "prevista em lei municipal ou Plano Diretor".

"A legislação atual, que se limita a aplicar o ITR em imóveis localizados 'fora da zona urbana', abre margem para que municípios passem a cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre propriedades rurais", disse o relator.

A proposta altera o Código Tributário Nacional, pelo qual o ITR é, em parte, dividido com os municípios. Segundo o autor da proposta, ex-deputado Rafael Motta (RN), o projeto de lei preenche lacuna no código, impedindo diferentes interpretações.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias





20 de NOVEMBRO

## Comissão de Agricultura vai debater refinanciamento das dívidas de pescadores



A pesca é fonte importante de alimentos, fornecendo proteínas para a população  
Foto: Divulgação / Ibama

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta segunda-feira (20) sobre o refinanciamento das dívidas de pescadores e aquicultores junto às instituições financeiras.

A sugestão para realização do debate é do deputado Domingos Neto (PSD-CE). "Muitos pescadores e aquicultores enfrentam dificuldades financeiras devido a dívidas acumuladas ao longo do tempo. O refinanciamento das dívidas permitirá que eles recuperem sua estabilidade financeira e continuem suas atividades produtivas", destacou.

O deputado lembra ainda que o aumento da produção contribui para a segurança alimentar no País. "A pesca e a aquicultura são fontes importantes de alimentos, fornecendo proteínas de alta qualidade para a população. Ao facilitar o acesso a crédito e refinanciamento, os pescadores e aquicultores teriam condições de melhorar suas produções e aumentar a oferta de peixes frescos e saudáveis", completou.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



21 de NOVEMBRO

## Deputados apresentam queixas a Marina Silva, que diz apoiar maioria do agronegócio



Rodolfo Nogueira: “Para a senhora, nós somos o agronegócio”  
Foto: Vinícius Loures / Câmara dos Deputados

Convocada para depoimento na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, rebateu nesta terça-feira (21) uma série de denúncias do agronegócio, defendeu consensos com o setor e reafirmou as ações do governo para o enfrentamento das mudanças climáticas.

A convocação partiu dos deputados Rodolfo Nogueira (PL-MS) e Zé Vitor (PL-MG), que acusam o ministério de “represália aos produtores rurais”, responsáveis por 1/3 do PIB e 28 milhões de empregos diretos.

Nogueira citou dois exemplos: “Para a senhora, nós somos o ‘agronegócio’, os vilões do campo. Vi recentemente ações absurdas, como ameaçar suspender o Cadastro Ambiental Rural dos produtores. É um escárnio com quem coloca comida na mesa do Brasil e do mundo. Outro absurdo foi o confisco de gado por parte do Ibama, órgão ligado ao seu ministério. Essa ação pode facilmente ser vista como apropriação indébita, ou seja, crime”, disse ele.

Nas respostas, Marina Silva destacou o foco do ministério no combate a ilegalidades praticadas por uma minoria do setor agropecuário. “Aqueles que defendem queimadas e grilagem não podem ser os porta-vozes do agro brasileiro, porque eles vão trancar as portas e as oportunidades que o Brasil tem de cumprir com a missão de ajudar na segurança alimentar do planeta”, disse ela.

Segundo Marina, o gado confiscado pelo Ibama estava ilegalmente em área protegida da Serra do Cachimbo, no Pará; a hipótese de suspensão do CAR foi citada para casos de incêndios florestais criminosos; e a “lista positiva” do ministério premia os produtores rurais com boas práticas.

A ministra manifestou respeito pelo agronegócio e os esforços de modernização tecnológica, sobretudo por meio da Embrapa. Lembrou ainda ações recentes do governo em apoio ao setor, como o Plano Safra focado na transição para a agricultura de baixo carbono.

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado Pedro Lupion (PP-PR) criticou “políticas autofágicas” do governo, que, segundo ele, alimentam polêmicas do agronegócio brasileiro com competidores estrangeiros. No entanto, Lupion também reconheceu a “relação cordial” da frente com o Ministério do Meio Ambiente e aposta em convergências.

“Me preocupa muito quando a gente vê o empoderamento excessivo do Conama e um enfraquecimento do nosso Código Florestal. Nessa COP de agora, em Dubai, a própria CNA, que é a maior entidade representativa dos produtores, estará lá. Mas o que precisamos é ter esse diálogo aberto, sem a dificuldade de tratar um e outro como adversário ou inimigo”, afirmou Lupion.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonte: Agência Câmara de Notícias

22 de NOVEMBRO

## Comissão de Agricultura aprova emendas ao PLOA 2024



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou, na manhã do dia 22 de novembro, Reunião Extraordinária para a discussão e votação das sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 (PLN 29/2023).

Neste ano, cinco emendas receberam aprovação do colegiado por unanimidade. Das emendas aprovadas, há quatro emendas de apropriação de despesa e uma emenda ao texto da lei. No total, a Comissão contemplou 87 sugestões individuais de emendas ao PLOA, propostas por 26 parlamentares.

Entre os temas contemplados, estão segurança alimentar e nutricional, pesquisa e inovação agropecuária e a valorização de profissionais do setor.

Na reunião, o deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG) definiu o como estratégico para o agro brasileiro, mesmo diante de tantos desafios, tanto para a agricultura familiar, quanto para a agricultura empresarial.

Em concordância, o deputado Domingos Sávio (PL/MG) destacou ainda a importância do investimento em assistência e pesquisa rural, de grande apoio para o pequeno produtor, que não possui orçamento para investir na tecnologia necessária.

O parlamentar sugeriu a criação de um programa de assistência técnica que utilize atendimento online, expandindo o suporte dado aos produtores: “Se formos fazer isso com assistência individualizada, buscando um profissional para cada produtor, não alcançamos 0,001% dos milhões de produtores rurais que temos no Brasil”.

A atuação da Embrapa também foi apontada como fundamental, inclusive na melhoria da imagem do agronegócio em relação ao impacto sobre o meio ambiente, levando a uma produção agrícola cada vez mais sustentável através do fortalecimento tecnológico.

As emendas aprovadas pela comissão seguem para a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

*Fonte: Assessoria da CAPADR*

## Ministro diz que as questões do Enem foram elaboradas em 2021, durante governo Bolsonaro



O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou nesta quarta-feira (22) que não há interferência do MEC e do governo federal nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em resposta aos deputados, ele disse que as questões foram elaboradas por professores contratados pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2021.

"Não há a menor interferência do MEC, do governo, nas provas do Enem. Aliás, a comissão que elaborou essa prova foi do seu governo (Bolsonaro). Os professores foram selecionados em 2020, os itens foram criados em 2021", reforçou Santana.

Ele foi ouvido nesta manhã pelas comissões de Educação; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Uma questão da prova sobre territorialização da produção trazia como a afirmativa de "cerco a camponeses inviabilizando manutenção da vida". Questionado pelo deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) sobre a depreciação do setor agropecuário, Camilo afastou alinhamento ideológico: "Este governo tem valorizado e apoiado o agronegócio brasileiro. Nós estamos tratando aqui de uma questão de interpretação. Isso não significa dizer que é um posicionamento do governo nem do Ministério da Educação", reforçou Camilo.

### Sistema Nacional de Educação

Camilo defendeu a aprovação, pela Câmara, do Projeto de Lei Complementar (PLP) 235/19, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE) com o objetivo de articular políticas, programas e ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na área educacional. O texto já foi aprovado pelo Senado.

O titular do MEC informou que o governo deve enviar ao Congresso propostas sobre o novo Fies e a bolsa poupança para o ensino médio.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias, com alterações.*

 23 de NOVEMBRO

## Comissão vai discutir com Cemig falta de energia em áreas rurais de Minas



Ana Paula Leão: "Sérios impactos e danos à produção agrícola e à segurança rural"  
Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quinta-feira (23), às 10 horas, para discutir a falta de energia elétrica em áreas rurais de Minas Gerais. Deverão comparecer ao debate no plenário 6 representantes da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).

A audiência foi proposta pela deputada Ana Paula Leão (PP-MG). Ela considera a situação insustentável principalmente na região Sul do estado, incluindo cidades como Aiuruoca, Baependi, Caxambu, Cruzília, Minduri e São Vicente de Minas.

A deputada busca providências imediatas para resolver o problema. "A instabilidade e a ausência reiteradas e duradouras do fornecimento de energia em áreas rurais causa sérios impactos e danos à produção agrícola e à segurança rural. A inexistência ou

intempestividade de atendimento aos usuários caracterizam um cenário de caos, de abandono e de absoluto inadimplemento", lamenta.

### Reclamações constantes

Ana Paula Leão conta que recebe diariamente inúmeras reclamações sobre os serviços da Cemig. "Não se nota qualquer movimento de acorrer adequadamente aos chamados dos usuários, com destaque aos produtores rurais. São horas e mais horas sem qualquer solução", relatou.

Os pequenos produtores são os principais prejudicados, já que não têm condições de instalar geradores ou outras fontes de energia. A falta de energia, alerta a parlamentar, tem causado aumento do custo do produto e da insegurança no campo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



## Comissão promove debate sobre uso de arroz enriquecido no combate à "fome oculta"



A fome oculta é a deficiência de vitaminas e minerais e pode ocorrer entre pessoas que não se alimentam de forma nutritiva.  
Imagem: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (30) o uso do arroz enriquecido no combate da "fome oculta" no Brasil. A fome oculta é a deficiência de vitaminas e minerais e se diferencia da fome clássica, pois pode ocorrer mesmo entre pessoas que ingerem calorias em quantidades suficientes, mas não de forma nutritiva.

O deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) explica que a deficiência de micronutrientes tem como base unicamente na mensuração de níveis de anemia da população. No Brasil 20,9% da crianças menores de 5 anos têm anemia e, considerando apenas do recortes de 6 a 23 meses, esse índice chega a 24,1%.

Evair Vieira de Melo acrescenta que o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil de 2019 indicou que metade das

em idade pré-escolar (6-59 meses) e 2/3 mulheres não grávidas em idade reprodutiva (15- 49 anos) apresentaram algum nível de deficiência de micronutrientes.

"Frente a esse cenário, a fortificação do arroz se apresenta como uma forma eficaz para melhoria da saúde da população e da ingestão dos micronutrientes. Diversos estudos que atestam a eficácia e a aceitabilidade do consumidor ao arroz enriquecido, devido, principalmente, ao arroz ser um componente central da dieta de diversas culturas", avalia.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

 30 de NOVEMBRO

## Comissão aprova política nacional de incentivo à produção de vinho e ao cultivo da uva



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 9759/18, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Vinhos e Derivados da Viticultura (cultivo da uva).

O relator, deputado Afonso Hamm (PP-RS), recomendou a aprovação do texto. “O cultivo da uva e a destinação da produção ao consumo in natura ou à transformação em sucos, vinhos e derivados são atividades relevantes em várias localidades”, afirmou.

“Essa política dedicada ao setor poderá trazer benefícios para agricultores, processadores e consumidores, com incremento da qualidade, dinamismo do mercado interno e ampliação das exportações”, completou Hamm.

### Diretrizes

Conforme o texto aprovado, a política nacional terá diretrizes como:

- o aproveitamento das diversidades cultural e ambiental do País;
- a sustentabilidade da viticultura; e
- o estímulo às economias locais.

O projeto prevê ainda crédito rural para a produção, o processamento e a comercialização de derivados da viticultura; assistência técnica e extensão rural; zoneamento da produção; e padronização de uvas, vinhos e derivados.

Entre outras ações, o governo deverá incentivar o enoturismo e a implantação de rastreabilidade de vinhos produzidos, além de combater fraudes e falsificações.

Segundo o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), autor da proposta, a política nacional é fundamental para aumentar a competitividade e a renda dessa cadeia produtiva. Ele defendeu foco na produção de vinhos e derivados, devido à rentabilidade.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



30 de NOVEMBRO

## Comissão aprova projeto que aumenta prazos para definição de área rural consolidada



Vieira de Melo: "A proposta promove um ajuste necessário no Código Florestal"  
Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4648/20, que altera o Código Florestal e amplia os prazos para definição de área rural consolidada e pousio.

O relator, deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), recomendou a aprovação. "A proposta promove um ajuste necessário no Código Florestal, tornando mais factível o texto legal sem que haja perda na proteção das formações florestais que realmente devem ser preservadas", analisou o parlamentar.

Hoje, conforme o Código Florestal, uma área rural consolidada é aquela com ocupação anterior a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, considerado ainda eventual regime de pousio.

Na atual definição, o pousio é a prática de interrupção temporária, limitada a cinco anos, de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo.

O texto aprovado permite que a suspensão das atividades nas áreas ocupadas até 2008 tenha ocorrido por até 20 anos, desde que em razão de processo judicial, motivo de força maior ou caso fortuito. Atualmente, esse prazo é de cinco anos.

"O legislador esqueceu-se da biodiversidade necessária para a recuperação do ecossistema, além dos impedimentos que fogem à vontade do proprietário", argumentou a ex-deputada Jaqueline Cassol (RO), autora da proposta.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 30 de NOVEMBRO

## Comissão aprova projeto que isenta agricultores familiares do IPI na compra de equipamentos



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2618/23, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os bens de uso agrícola para os cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A isenção de IPI valerá para veículos de carga, máquinas e equipamentos. Exceto nos casos de destruição completa, furto ou roubo, o benefício poderá ser usado uma única vez a cada três anos. Se houver venda antes de três anos, o imposto deverá ser recolhido.

O relator, deputado Albuquerque (Republicanos-RR), recomendou a aprovação do texto. “A agricultura familiar é essencial para o Brasil, garantindo segurança alimentar, preservação do meio ambiente e estímulo às comunidades rurais”, afirmou.

“É necessário incentivar a profissionalização e a inclusão tecnológica, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e o sucesso econômico dos agricultores familiares”, disse o autor da proposta, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comissão aprova projeto que cria Política Nacional de Apoio à Reconversão da Citricultura



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4083/19, que cria a Política Nacional de Apoio à Reconversão da Citricultura (Pnarc). A ideia é apoiar citricultores que se enquadram no conceito de agricultura familiar ou de mini, pequeno ou médio produtor rural.

A citricultura é o nome dado à plantação de frutas cítricas como limão, laranja, lima, tangerina e cidra.

O relator, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), recomendou a aprovação do projeto. “Mais do que oportuna, a proposta é necessária”, disse. Daniel Agrobom destacou ainda que, hoje, os citricultores precisam de recursos para renovar os pomares.

Segundo o ex-deputado Valdevan Noventa (SE), autor da proposta, as medidas são necessárias porque os citricultores enfrentam dificuldades para manter o equilíbrio da atividade, após uma concentração no setor de indústrias processadoras.

### Principais pontos

Entre as diretrizes da Política de Reconversão da Citricultura estão:

- a substituição dos pomares por outros sistemas produtivos, economicamente eficientes e ambientalmente responsáveis;
- a organização dos produtores na forma de associações ou cooperativas; e
- a integração com políticas estaduais e municipais.

O texto estabelece ainda que a política de apoio à citricultura seja mantida por:

- concessão de crédito rural sob condições favorecidas;
- mecanismos de garantia e sustentação de preços;
- prestação de assistência técnica e extensão rural; e
- sistemas públicos de pesquisa agropecuária.

### Taxas de juros

Os financiamentos obtidos na nova política de citricultura deverão ter taxas de juros de, no máximo, 5% ao ano, no caso de custeio agrícola ou comercialização. Nas hipóteses de operações de investimento, o limite será de 7% ao ano.

Não poderão se beneficiar dessas taxas os produtores rurais que tenham praticado desvio de recursos ou que tenham sido caracterizados como depositários infielis.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



30 de NOVEMBRO

## Comissão aprova incentivo à permanência de trabalhadores rurais no campo



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3150/21, que cria o Programa de Incentivo à Permanência no Campo (Proinp-Campo).

A ideia desse programa é estimular a permanência dos trabalhadores rurais em seu ambiente, garantindo o acesso dessa população aos meios de produção, ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades socioeconômicas.

O relator, deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), recomendou a aprovação. “As ações previstas são essenciais para a qualidade de vida no campo”, avaliou.

O texto aprovado prevê linhas de crédito específicas para o meio rural; estímulo à construção de habitações rurais; e melhorias na infraestrutura, no transporte, no escoamento da produção e no

acesso à educação, à cultura e ao lazer.

### Êxodo rural

Segundo o autor da proposta, deputado Pinheirinho (PP-MG), apesar de o Brasil ser considerado o “celeiro do mundo”, o agronegócio convive com os riscos do êxodo rural, devido à ausência de condições para permanência digna no campo.

“A falta de infraestrutura, de acesso aos bens de consumo e às tecnologias modernas, associada a outros fatores, têm levado ao envelhecimento do campo, com o deslocamento dos mais jovens para as cidades”, lamentou o parlamentar.

O texto aprovado altera a Lei 4.829/65, que institucionaliza o crédito rural, e a Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida, para que as condições de financiamento da habitação rural tenham de seguir os mesmos parâmetros do meio urbano.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado por duas comissões: a de Finanças e Tributação e a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



30 de NOVEMBRO

## Comissão aprova projeto que restringe ao Ministério da Agricultura a definição de parâmetros de preços agropecuários



Afonso Hamm sugeriu que a comissão aprovasse o projeto  
Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7155/17, que atribui apenas ao Ministério da Agricultura a definição dos parâmetros para garantia e sustentação dos preços de produtos agropecuários.

O relator, deputado Afonso Hamm (PP-RS), recomendou a aprovação da proposta. “A situação atual obstaculiza a ação tempestiva do poder público, prejudicando, sobretudo, o atendimento de demandas emergenciais”, disse o relator ao apoiar a mudança.

O texto altera a Lei 8.427/17. Assim, o Ministério da Agricultura será o único responsável por estabelecer o preço de exercício (preço previamente definido), os limites, as condições e os critérios da subvenção econômica sob a forma de equalização de preços destinada a produtores rurais e cooperativas.

“A lei hoje exige a edição de uma portaria interministerial, o que envolve de três a cinco ministérios conforme o caso”, explicou o autor da proposta, deputado Covatti Filho (PP-RS). Para ele, a mudança agilizará as decisões do governo e a resposta do poder público às demandas do mercado de produtos agropecuários.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BATERAM O RECORDE DE

**US\$ 139,58 BILHÕES**

NOS DEZ PRIMEIROS MESES DO ANO

**DEZEMBRO**



## Comissão aprova linha de crédito especial para pequenos e médios produtores rurais



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui uma linha de crédito especial para financiar investimentos realizados por pequenos e médios produtores rurais.

A medida beneficia participantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Luciano Amaral (PV-AL), ao Projeto de Lei 348/21, do deputado Zé Silva (Solidariedade-MG), e aos cinco apensados. O texto engloba todas as propostas.

“A aprovação desses projetos é de grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, que desempenha um papel crucial na segurança alimentar”, disse Amaral.

O texto aprovado também estende para 2025 os prazos de renegociação de dívidas rurais previstos na Lei Assis Carvalho II. Aprovada durante a pandemia de Covid-19, essa lei beneficiou agricultores familiares.

### Condições

Os prazos e condições da nova linha de crédito serão os seguintes:

- taxa de juros de 3% ao ano (Pronaf) ou 4,5% a.a. (Pronamp);
- taxa de juros de 2% a.a. quando for para mulher agricultora;
- limite de financiamento por ano agrícola de R\$ 50 mil (Pronaf) ou R\$ 100 mil (Pronamp);
- prazo de pagamento não inferior a 10 anos, incluídos dois anos de carência;
- risco assumido pelo fundos constitucionais ou dos bancos, conforme o caso; e
- financiamento destinado preferencialmente a máquinas e equipamentos nacionais.

### Outros pontos

O projeto aprovado também incorpora a energia renovável e inclusão digital entre os princípios da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Além disso, o substitutivo autoriza a União a transferir recursos não reembolsáveis aos agricultores familiares que se comprometerem a implementar um projeto simplificado de estruturação (melhoria) da unidade produtiva familiar. O valor é limitado a R\$ 5 mil por unidade familiar.

### Tramitação

O texto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CC).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 05 de DEZEMBRO

## Comissão aprova manutenção do Bolsa Família a trabalhador contratado por safra



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 715/23, que assegura ao trabalhador safrista o direito de continuar recebendo benefícios sociais, como o Bolsa Família, durante a execução do contrato de safra.

Os contratos de safra, previstos na Lei 5.889/73, são aqueles cuja duração varia conforme a atividade agrária, compreendendo o período entre o preparo do solo e a colheita.

Relator, o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) defendeu a aprovação do texto na forma de substitutivo pelo qual a manutenção dos benefícios sociais valerá para contratos de safra que não superem o período de seis meses. No texto original, esse período é de três meses.

Segundo ele, a proposta contribui para formalizar o trabalho no campo: “O Projeto de Lei corrigirá uma lacuna legislativa, fomentando a formalização dos vínculos de curta duração e trazendo maior segurança jurídica tanto ao empregador como ao trabalhador rural”, frisou Vieira de Melo.

### Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



## Ministro da Agricultura diz que negocia com equipe econômica mais R\$ 500 mi para seguro rural



Carlos Fávaro participou de audiência pública da Comissão de Agricultura  
Imagem: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse nesta quarta-feira (6), na Câmara dos Deputados, que está negociando com a equipe econômica do governo mais R\$ 500 milhões para o programa de subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Segundo o ministro, neste ano já foi consumido o valor reservado no Orçamento, de R\$ 933 milhões, mas há necessidade de mais recursos devido às dificuldades climáticas enfrentadas pelos produtores rurais e o aumento do preço das apólices.

“Não podemos fechar o ano sem aportar, pelo menos, mais 500 milhões para o seguro rural. É prioridade total, e não há nenhuma insensibilidade do governo com relação a isso”, disse Fávaro.

Fávaro participou de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O debate foi proposto pelo ministro, para apresentar os resultados da pasta e estreitar a relação com os parlamentares.

### Cortes

O seguro rural é um auxílio fornecido pelo governo para que o produtor possa contratar uma apólice para cobrir riscos à safra, como estiagens. O orçamento para essa ação tem girado em torno de R\$ 1 bilhão desde 2020.

O deputado Afonso Hamm (PP-RS) defendeu o fim do contingenciamento dos recursos reservados no Orçamento para o PSR.

### Leite

Durante a audiência pública, deputados pediram apoio do ministro à cadeia de leite, segmento que enfrenta uma crise devido à alta das importações e a queda do preço aos produtores brasileiros. O deputado Domingos Sávio (PL-MG) lamentou que o decreto editado para ajudar o segmento só vai produzir efeitos a partir de janeiro.

O ministro reconheceu que houve aumento nas importações após o decreto. Outros deputados também criticaram a noventena ou pediram mais apoio à cadeia leiteira, como Welter (PT-PR) e Zé Trovão (PL-SC).

### Trabalho temporário

O ministro da Agricultura também disse aos deputados, após questionamentos, que o governo está aberto a discutir o trabalho temporário no campo para participantes do Bolsa Família. O objetivo é permitir que o beneficiário trabalhe no período da colheita, sem perder o benefício.

“O trabalhador temporário não quer carteira assinada, porque ele vai perder o Bolsa Família. Isso leva o empresário, que precisa da mão de obra, à ilegalidade. Nós não queremos isso, o governo está aberto”, disse Fávaro.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



07 de DEZEMBRO

## Comissão aprova projeto que reforça financiamento ao setor do agronegócio



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que busca elevar a oferta de crédito para o setor agropecuário. O texto aprovado permite que os bancos emitam Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) lastreadas nos recursos de crédito rural repassados para outros bancos emprestarem (os chamados repasses interfinanceiros).

Segundo o relator da proposta, deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), a mudança aprovada tem potencial de carrear cerca de R\$ 60 bilhões para o setor agropecuário. Com a medida, a carteira de repasses interfinanceiros de um banco poderá ser convertida em títulos (as LCAs) negociáveis no mercado. Os valores captados junto aos investidores serão transformados em novos empréstimos e financiamentos para o setor do agronegócio.

Gabriel Mota recomendou a aprovação de um texto que reuniu o Projeto de Lei 3992/23, do deputado Sidney Leite (PSD-AM), e seu apensado, PL 4253/23, do deputado Tião Medeiros (PP-PR). O substitutivo inclui a nova regra na Lei 11.076, de 2004, que criou as LCAs.

O projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

### Limitação

Mota explica que, hoje, somente bancos cooperativos e cooperativas de crédito podem emitir LCA com base em repasses interfinanceiros feitos a cooperativas singulares de crédito. A proposta beneficia os bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que costumam repassar recursos para outros bancos emprestarem (os agentes financeiros).

“Para exemplificar, várias operações de crédito rural, contratadas com recursos repassados pelo BNDES a seus agentes financeiros, estão impedidas de respaldar emissões de LCAs, seja pelo próprio BNDES ou pelas entidades que recebem esses recursos”, disse Mota. “Essa limitação não está alinhada com os objetivos de fortalecer o agronegócio”, completou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comissão aprova emendas a projeto que regulamenta setor de controle de pragas urbanas



A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou as emendas do Senado ao projeto que regulamenta o controle de pragas urbanas, como ratos, baratas e pernilongos, realizado por empresas especializadas.

Trata-se do Projeto de Lei 1367/22, que anteriormente tramitou como PL 6098/13. A proposta foi aprovada pelos deputados e remetida ao Senado, onde recebeu quatro emendas.

O relator das emendas na comissão, deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), deu parecer favorável. Segundo ele, as emendas aprimoram o texto, mas sem fazer mudanças substanciais de conteúdo. Uma delas acaba com a obrigação de o “responsável técnico da empresa” ter curso superior.

As emendas do Senado serão analisadas agora pelas comissões de Saúde de Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Estruturação do setor

De autoria do ex-deputado Laercio Oliveira (SE), atual senador, o PL 1367/22 visa estruturar o setor de controle de pragas e vetores urbanos, já que as empresas atuam obedecendo a normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas sem legislação específica.

Pelo texto, o controle dessas pragas deverá ser feito por empresas especializadas e licenciadas pelas vigilâncias sanitária e ambiental. Elas poderão usar apenas produtos registrados no Ministério da Saúde.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



12 de DEZEMBRO

## Comissão discute pesquisas para aumentar a produção pescados no Brasil



O deputado Luiz Nishimori  
Foto: Cléia Viana / Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados avalia nesta terça-feira (12) pesquisas da Embrapa para aumentar a produção pescados.

A audiência será realizada no plenário 6, a partir das 10 horas, a pedido do deputado Luiz Nishimori (PSD-PR).

O parlamentar afirma que os investimentos em pesquisa melhoram os processos produtivos, otimizam a eficiência, reduzem custos e aumentam a competitividade no mercado nacional e internacional.

"Além disso, a busca por tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis impulsiona a modernização do setor aquícola, permitindo uma produção mais eficiente e ecologicamente

responsável", acrescenta Nishimori, que também é presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

## Comissão debate implicações da redução do teor máximo de umidificação da soja



Hoje, teor de umidade dos grãos pode chegar a 14%  
Imagem: Jaelson Lucas/Agência de Notícias do Paraná

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (13) proposta do Ministério da Agricultura de alterar o Padrão Oficial de Classificação da Soja, com redução do teor máximo de umidade dos grãos de 14 para 13%.

De acordo com deputado Sérgio Souza (MDB-PR) a alteração traria grande prejuízo aos produtores pois a menor umidade pode provocar a deterioração e elevação da incidência de patógenos na produção de semente. "Além disso, quanto mais seca estiver a lavoura, maior poderá ser a deiscência (abertura natural da vagem de soja), com redução acentuada na qualidade do produto", explica.

Segundo o parlamentar, a soja colhida com umidade entre 13% e 14% tem minimizados os problemas de danos mecânicos e latentes nos grãos.

"Precisamos de metas e padrões que sejam factíveis dentro de nossa realidade produtiva. Trata-se de conciliar os pontos de interesse nacional, a fim de evitar a perda de competitividade de nossa produção, que já sofre com tantos outros gargalos relacionados ao Custo Brasil", defende o parlamentar.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*





19 de DEZEMBRO

## Comissão discute consequências da queda do preço da arroba do boi



A Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados discute nesta terça-feira (19) a queda no preço da arroba do boi gordo em todo País. A audiência será realizada no plenário 6, a partir das 10 horas, a pedido do deputado Marcos Pollon (PL-MS).

"A pecuária brasileira é uma das mais relevantes do mundo, desempenhando um papel fundamental na economia nacional e internacional", afirma Pollon. "Contudo, recentemente, os produtores e a indústria enfrentaram desafios substanciais devido à dramática redução no valor da arroba do boi gordo."

Esses impactos, continua o deputado, não se restringem apenas aos produtores. "Afetam toda a cadeia de produção pecuária, incluindo casas agropecuárias, fábricas de rações, produtores de sal mineral e empresas de inseminação artificial."

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*



20 de DEZEMBRO

## Comissão aprova criação de linha de crédito para caminhoneiro autônomo



Pedro Lupion relatou a proposta  
Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro projeto de lei que institui um programa de crédito a juros baixos a caminhoneiros autônomos. Os recursos poderão ser aplicados na manutenção dos veículos, na contratação de seguro e no pagamento de consórcios, de parcelas ou de tributos federais ou estaduais.

A medida foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Pedro Lupion (PP-PR) ao Projeto de Lei 1242/23, do deputado Zé Trovão (PL-SC), que, entre outras medidas, direcionava o crédito apenas para pagamento de IPVA, seguro, parcelas e manutenção do veículo.

Pelo substitutivo, o Programa Nacional de Fortalecimento do Transportador Autônomo (Pronat) disponibilizará linha de crédito de R\$ 80 mil a R\$ 160 mil para motorista com até três caminhões, com juros anuais de 5,5%, 12 meses de carência e até 48 meses para pagamento. A fonte de recursos da linha será o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Pedro Lupion também alterou o texto original para retirar a inclusão do Pronat ao Plano Safra. Segundo ele, se isso fosse mantido, o programa a ser criado poderia concorrer com os recursos destinados anualmente ao financiamento da atividade agropecuária.

“A proposta se alinha com a necessidade de oferecer melhores condições de trabalho a esses profissionais, contribuindo para a eficiência do transporte de carga no país”, explica o parlamentar.

### Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho; de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

20 de DEZEMBRO

## Comissão aprova proibição de benefício fiscal para empresas que usam leite importado



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro o Projeto de Lei Complementar (PLP) 217/23, que proíbe a concessão de qualquer benefício fiscal a pessoas jurídicas que usam leite e derivados importados para a fabricação de produtos.

O relator, deputado Pezenti (MDB-SC), recomendou a aprovação das mudanças. “Com certa frequência, leite e derivados chegam aqui com preços artificialmente reduzidos pelas políticas adotadas nos países de origem”, afirmou o relator.

“A produção de leite no Brasil vem sofrendo prejuízos com as importações de leite e derivados”, reforçou o autor da proposta, deputado Heitor Schuch (PSB-RS). “Isso afeta diretamente o valor pago aos produtores no País”, alertou.

Além de atingir tributos federais, a proposta altera ainda as leis complementares 87/96, que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e 116/03, que trata do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

### Tramitação

O projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias*

# PROPOSTAS LEGISLATIVAS



# PROPOSIÇÕES APRECIADAS

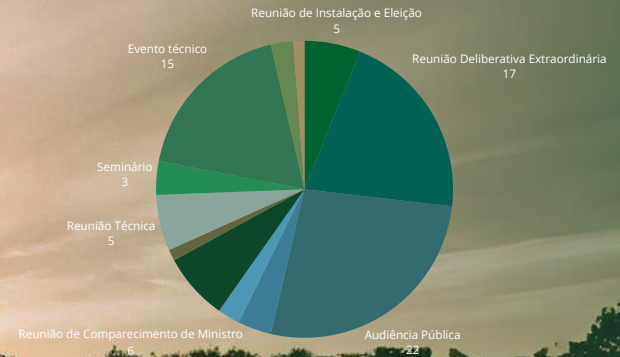
## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

TIPO DE PROPOSIÇÃO	TOTAL DE PROPOSIÇÕES	RESULTADOS		
		APROVADOS	REJEITADOS	PREJUDICADOS
PRINCIPAL				
Mensagem (MSC)	1	1	0	0
Projeto de Decreto Legislativo (PDL)	9	2	7	0
Projeto de Lei (PL)	95	84	8	3
Projeto de Lei Complementar (PLP)	2	1	1	0
Emendas do Senado	4	4	0	0
Emendas adotadas por outra Comissão	1	1	0	0
Substitutivos adotados por outra Comissão	2	2	0	0
Emendas apresentadas na Comissão	2	1	1	0
Emendas a substitutivo do Relator	2	2	0	0
Emendas de Relator	11	11	0	0
Subemendas de Relator	2	2	0	0
Substitutivos de Relator	19	19	0	0
Sugestões de emenda ao orçamento	87	5	0	82
<b>TOTAL POR RESULTADO:</b>		135	17	85
<b>TOTAL GERAL.....</b>		<b>242</b>		



# REUNIÕES REALIZADAS

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL



### COMISSÃO

Reunião de Instalação e Eleição	1
Reunião Deliberativa Extraordinária	16
Audiência Pública	22
Audiência Pública Conjunta	3
Mesa Redonda	2
Reunião de Comparcimento de Ministro	6
Reunião Conjunta de Comparcimento de Ministro	1
Reunião Técnica	5
Seminário	3
Evento técnico	15
Visita Oficial de Delegação Estrangeira	2
Homenagem	1

### SUBCOMISSÕES

Reunião de Instalação e Eleição	2
Reunião Deliberativa Extraordinária	1
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>80</b>



## MATÉRIAS APRECIADAS

## APROVADAS

## PROJETO DE LEI - PL



MAIO

**PL 46/2021** - Celso Sabino - PSDB/PA e Rose Modesto - PSDB/MS  
Torna obrigatória a divulgação, pelos meios que especifica, de mensagem relativa às penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato, apontando formas para efetuar denúncias. (Apensado: PL 1432/2021)

Aprovado em 24/05/2023

**PL 1432/2021** - Alencar Santana - PT/SP  
Determina a obrigatoriedade de propaganda contra maus-tratos a animais nos locais que especifica.

Aprovado em 24/05/2023

**PL 2.387/2022** - Ney Leprevost – UNIÃO/PR  
Dispõe sobre a proibição do abate de animais eqüídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação.

Aprovado em 24/05/2023



AGOSTO

**PL 5.718/2019** - Senado Federal (Rose de Freitas – MDB/ES)  
Confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica.

Aprovado em 09/08/2023

**PL 2.782/2019** - Giovani Cherini – PR/RS  
Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para os fins de incluir os técnicos agrícolas no âmbito do subprograma denominado Programa Nacional de Habitação Rural - PNRH".

Aprovado em 24/05/2023

**PL 2.852/2019** - Felipe Carreras – PSB/PE  
Estabelece a obrigatoriedade do uso de madeira certificada por todos os órgãos da Administração Pública.

Aprovado em 09/08/2023

**PL 1.098/2021** - Fausto Pinato – PP/SP  
Altera o art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para dispor sobre parcerias pecuárias.

Aprovado em 16/08/2023

**PL 3.915/2021** - Zé Vitor - PL/MG  
Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências

Aprovado em 16/08/2023

**PL 1.937/2022** - Vermelho – PL/PR  
Dispõe sobre o aproveitamento de créditos presumidos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por entrepostos apícolas. (Apensados: PL 1976/2022 e PL 1283/2023)

Aprovado em 16/08/2023

**PL 1.976/2022** - Bibo Nunes - PL/RS  
Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o Pis/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de mel natural.

Aprovado em 16/08/2023

**PL 1283/2023** - Daniel Freitas - PL/SC  
Dispõe sobre o aproveitamento de créditos presumidos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por empresas e cooperativas de produção e comercialização de mel natural.

Aprovado em 16/08/2023

**PL 77/2020** - Senado Federal (Zequinha Marinho – Podemos/PA)  
Confere ao Município de Medicilândia, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacaú.

**Aprovado em 23/08/2023** 

**PL 2.266/2019** - Toninho Wandscheer – PP/PR  
Dispõe sobre os empreendimentos de turismo rural da agricultura familiar.

**Aprovado em 23/08/2023** 

**PL 2567/2019** - Carlos Chiodini - MDB/SC  
Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências.

**Aprovado em 23/08/2023** 

**PL 5505/2019** - Charles Fernandes - PSD/BA  
Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 65, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

**Aprovado em 23/08/2023** 

**PL 700/2020** - Tito - AVANTE/BA  
Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para possibilitar o parcelamento da propriedade rural em dimensões inferiores ao módulo rural nos casos que especifica.

**Aprovado em 23/08/2023** 

**PL 464/2023** - Alberto Fraga – PL/DF  
Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais.

**Aprovado em 23/08/2023** 

 **SETEMBRO**

**PL 1.543/2020** - Senado Federal (Mecias de Jesus - Republicanos/RR)  
Autoriza a prorrogação de dívidas rurais em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

**Aprovado em 13/09/2023** 

**PL 5.843/2016** - Lucio Mosquini – MDB/RO  
Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.

**Aprovado em 13/09/2023** 

**PL 6.146/2019** - Schiavinato – PP/PR  
Acrescenta o inciso III, ao artigo 3º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

**Aprovado em 13/09/2023** 

**PL 2.265/2020** - Danrlei de Deus Hinterholz – PSD/RS  
Institui isenção do Imposto Territorial Rural - ITR para imóvel localizado em municípios que tenham declarado estado de emergência ou calamidade pública e homologados pelas autoridades competentes. (Apensado: PL 854/2023)

**Aprovado em 13/09/2023** 

**PL 854/2023** - José Nelto - PP/GO  
Institui isenção de Imposto Territorial Rural - ITR para imóvel localizado em área que esteja sob declaração de estado de emergência ou calamidade pública, bem como do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas - IRPF de habitantes que recebem até 4 (quatro) salários mínimos.

**Aprovado em 13/09/2023** 

**PL 5.180/2020** - Celso Maldaner – MDB/SC  
Autoriza o Ministério da Economia a criar o “Bolsa-Estiagem”, em amparo aos produtores rurais e agricultores familiares que dispuseram de perdas na safra e na renda por conta da estiagem que assola o estado de Santa Catarina.

**Aprovado em 19/10/2022** 

**PL 399/2022** - Jerônimo Goergen – PP/RS  
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para tornar as áreas destinadas à irrigação como de utilidade pública e de interesse social.

**Aprovado em 13/09/2023** 

**PL 5.202/2019** - João Daniel - PT/SE  
Altera o Artigo 36, da Lei nº 13.606, de 09 de janeiro de 2018; os Artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, e dá outras providências.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 4.347/2019** - Frei Anastacio Ribeiro – PT/PB e Paulo Guedes – PT/MG

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar os prazos para adesão à renegociação de dívidas de operações de crédito rural que especifica. (Apensados: PL 5202/2019, PL 6269/2019, PL 6276/2019, PL 1723/2020, PL 2373/2021, PL 2029/2023, PL 2119/2023, PL 6076/2019 e PL 3304/2023)

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 6.269/2019** - Arthur Oliveira Maia - DEM/BA

Dispõe sobre a renegociação de dívidas de que trata a Lei nº 13.340, de 28 de setembro 2016, a Lei nº 13.606, de 09 de janeiro de 2018 e dá outras providências.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 6.276/2019** - Heitor Freire - PSL/CE

Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e dá outras providências.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 1.723/2020** - Nivaldo Albuquerque - PTB/AL

Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 e dá outras providências

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 2.373/2021** - Sebastião Oliveira - AVANTE/PE

Prorroga para 30/12/2021 o prazo de liquidação e renegociação das dívidas a que se referem a Lei nº 13.340, de 2016.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 2.029/2023** - João Daniel - PT/SE

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos remanescentes da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e dá outras providências (Lei Assis Carvalho III).

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 2.119/2023** - João Daniel - PT/SE, Valmir Assunção - PT/BA, Luiz Couto - PT/PB e outros

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos remanescentes da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e dá outras providências (Lei Assis Carvalho III).

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 6.076/2019** - João Roma - REPUBLIC/BA, Lafayette de Andrada - REPUBLIC/MG, Abelardo Lupion - DEM/PR e outros  
Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 3.304/2023** - José Guimarães - PT/CE

Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para prorrogar o prazo de liquidação de dívidas vencidas junto à CODEVASF e o DNOCS.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 4.387/2020** - do Sr. Christino Aureo

altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 para criar o Programa de Geração de Ocupação e Renda, com atividades de produção madeireira certificada em projetos de assentamento de reforma agrária e dá outras providências

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 3.231/2021** - Enio Verri – PT/PR

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos agrícolas e tratores, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 3.879/2021** - Paulo Bengtson – PTB/PA

Institui a Política de Incentivo à Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras nas Áreas Rurais e dá outras providências. (Apensado: PL 1554/2023)

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 1.554/2023** - Júlio Cesar - PSD/PI

Cria a Política de Incentivo ao saneamento básico de áreas rurais mediante a instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras e Jardins Filtrantes.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 426/2022** - Marreca Filho – Patriota/MA

Altera a Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, para dispor sobre a assistência técnica e material ao agricultor familiar.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 1.761/2023** - Marco Brasil – PP/PR

Dispõe sobre a inclusão das receitas decorrentes do serviço de hotelaria e turismo explorado em regime de economia familiar na zona rural como atividade rural.

**Aprovado em 20/09/2023** 

**PL 2.181/2023** - Marco Brasil - PP/PR

Confere ao município de Guarapuava, Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte.

**Aprovado em 23/08/2023** 

**PL 3.601/2023** - Raimundo Santos – PSD/PA

Institui o Programa Nacional de Incentivo e Comercialização do Dendê (PNICD).

**Aprovado em 23/08/2023** 

 **OUTUBRO**

**PL 1.039/2020** - Senado Federal (Espiridião Amin – PP/SC)

Concede ao Município de Irineópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Trator.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 2.069/2021** - Gustavo Fruet – PDT/PR

Altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para criar o Regime Especial Tributário dos Silos – RESILOS.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 3.472/2021** - Félix Mendonça Júnior – PDT/BA

Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de cacau de categoria superior e de suas respectivas preparações.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 4.356/2021** - Otto Alencar Filho – PSD/BA

Determina a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados como incentivo aos defensivos agrícolas de baixa toxicidade.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 1.059/2022** - Rogério Peninha Mendonça – MDB/SC

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir aos segurados especiais a contratação de empregados à razão de até 240 (duzentos e quarenta) pessoas por dia no ano civil. (Apensado: PL 1060/2022)

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 1.060/2022** - Rogério Peninha Mendonça – MDB/SC

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para autorizar aos segurados especiais a contratação de empresa de trabalho temporário.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 2.760/2022** - Alceu Moreira – MDB/RS

Confere ao Município de Capão Bonito do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco de Cordeiro Mamão".

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 547/2023** - Zé Vitor – PL/MG

Confere ao Município de Araguari, localizado no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Cafeicultura Irrigada.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 674/2023** - Luciano Ducci – PSB/PR

Confere o título nacional de “Capital da Camomila” ao município de Mandirituba, no Estado Paraná.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 1.366/2023** - Marco Brasil – PP/PR

Institui o Programa Passagem Solidária, com o objetivo de conceder desconto de 50% nas passagens de ônibus às famílias carentes, que residem em áreas rurais.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 1.513/2023** - Roberto Duarte – Republicanos/AC

Dispõe sobre a suspensão de pagamento de financiamentos relacionados à atividade rural em virtude das inundações nos municípios do Estado do Acre.

**Aprovado em 25/10/2023** 



**PL 1.737/2023** - Evair Vieira de Melo – PV/ES

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Gengibre de Qualidade e de seus Processados.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 2.314/2023** - Afonso Motta – PDT/RS

Confere ao Município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Língua Tradicional Campeira

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 2.488/2023** - Gerlen Diniz – PP/AC

Confere ao Município de Sena Madureira, no Estado do Acre, o título de Capital Nacional da Castanha do Brasil

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 3.116/2023** - Nicoletti – UNIÃO/RR

Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para estabelecer que não se aplicam as disposições referentes às operações de transporte terrestre de cargas perigosas nos casos de transporte de produtos perigosos que se destinem ao uso em propriedades rurais nas operações relacionadas à agricultura e à pecuária.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 3.833/2023** - Pezenti – MDB/SC

Altera o art. 11 da Lei n 8.213, de 24 de junho de 1991.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 3.955/2023** - Jonas Donizette – PSB/SP

Inclui §§ 4º e 5º no art. 1º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências, para estabelecer que o produtor rural pessoa física, sem inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, não é contribuinte da respectiva contribuição social.

**Aprovado em 25/10/2023** 

**PL 3.955/2023** - Jonas Donizette – PSB/SP

Determina a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados como incentivo aos defensivos agrícolas de baixa toxicidade.

**Aprovado em 25/10/2023** 


**NOVEMBRO**
**PL 486/2020** - Senado Federal (Zequinha Marinho – Podemos/PA)

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao poder público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 3.038/2019** - Rafael Motta – PSB/RN

Altera a Lei n 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, e dá outras providências.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 952/2021** - Coronel Chrisóstomo – PL/RO

Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que “Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências”.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 2.185/2023** - Juninho do Pneu – UNIÃO/RJ

Institui Tanguá/RJ como a capital Nacional da Laranja.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 2.743/2023** - Celso Sabino – UNIÃO/PA

Confere ao Município de Moju, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Dendê.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 2.823/2023** - Capitão Augusto – PL/SP

Confere ao Município de Marília, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Alimento.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 3.061/2023** - Celso Sabino – UNIÃO/PA

Confere ao Município de Cametá, no estado do Pará, o título de Capital Nacional do Peixe Mapará.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 3.062/2023** - Celso Sabino - UNIÃO/PA

Confere ao Município de Xinguara, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Boi Gordo.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PL 7.155/2017** - Covatti Filho – PP/RS

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 2017 (Atribui ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a responsabilidade para definição dos parâmetros para a concessão de subvenção nas operações de crédito rural).

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 9.759/2018** - Evair Vieira de Melo – PL/ES

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Qualidade de Vinhos e Produtos Derivados da Viticultura.

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 4.083/2019** - Valdevan Noventa – PL/SE

Institui a Política Nacional de Apoio à Reconversão da Citricultura

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 4.648/2020** - Jaqueline Cassol – PP/RO

Altera o art. 3º, incisos IV e XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 348/2021** - Zé Silva – Solidariedade/MG

Institui linha especial de crédito rural. (Apensados: PL 2864/2021, PL 1003/2022, PL 1306/2022, PL 264/2023 e PL 2413/2022)

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 2413/2022** - Rubens Pereira Júnior - PT/MA

Cria o Programa Nacional de Agricultura Sustentável e dá outras providências.

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 3.150/2021** - Pinheirinho – PP/MG

Institui o Programa de Incentivo à Permanência no Campo (Proinp-Campo), a fim de orientar a ação do Poder Público na garantia das condições de dignidade no meio rural brasileiro.

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 715/2023** - Zé Vitor – PL/MG

Dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais.

**Aprovado em 29/11/2023** 

**PL 2.618/2023** - Pompeo de Mattos – PDT/RS

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

**Aprovado em 29/11/2023** 

**Emendas nº 1, 2, 3 e 4 do Senado ao PL 1.367/2022** - Laercio Oliveira – PP/PE

Dispõem sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências.

**Aprovado em 29/11/2023** 

 **DEZEMBRO**

**PL 3.992/2023** - Sidney Leite – PSD/AM

Aprimora os mecanismos de financiamento à atividade agropecuária. (Apensado: PL 4253/2023)

**Aprovado em 06/12/2023** 

**PL 4.253/2023** - Tião Medeiros – PP/PR

Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, para permitir que as instituições financeiras utilizem como lastro de LCA de sua emissão, título de crédito representativo de repasse interfinanceiro.

**Aprovado em 06/12/2023** 

**PL 1.242/2023** - Zé Trovão – PL/SC

Cria o Programa Nacional de Fortalecimento do Transportador Autônomo - PRONAT e dá outras providências.

**Aprovado em 20/12/2023** 

**PL 1.454/2023** - Evair Vieira de Melo – PL/ES

Institui o "Selo-Arte Café", a ser conferido ao produto obtido mediante o emprego de modo artesanal de produção e de processamento.

**Aprovado em 20/12/2023** 

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - PDL**

**SETEMBRO**
**PDL 117/2015** - Cleber Verde – MDB/MA

Susta o Capítulo III da Instrução Normativa Interministerial nº 001, dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente que exige a emissão de Guia de Trânsito de Peixes com Fins Ornamentais emitida pelo IBAMA para o transporte de peixes com essa finalidade.

**Aprovado em 13/09/2023** 


**NOVEMBRO**
**PL 266/2023** - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (MSC 208/2023)

Dispõe sobre a proibição do abate de animais equídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**MENSAGEM**

**NOVEMBRO**
**MENSAGEM Nº 400/2022** - do Poder Executivo - (OF 432/2022)

Submete à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, proposta de autorização para aquisição de imóvel rural denominado "Fazenda Granja Alvorada", localizado no Município de Água Clara, Estado do Mato Grosso do Sul, com área de 1.213,1788 hectares, e Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 912.018.002.135-1, formulada por COBB VANTRESS BRASIL LTDA, pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira, com sede em Guapiaçu, Estado de São Paulo, na Rodovia Assis

Chateaubriand, km 10, zona rural, CEP. 15110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.466.591/0001- 97, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Aprovado em 08/11/2023** 

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - PLC**

**DEZEMBRO**
**PDL 217/2023** - Heitor Schuch – PSB/RS

Veda a concessão de qualquer benefício fiscal relativo a tributos federais, ao ICMS e ao ISS para pessoas jurídicas no ramo de produtos lácteos que utilizem leite e seus derivados importados do exterior para a fabricação de seus produtos, bem como altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

**Aprovado em 20/12/2023** 



## MATÉRIAS APRECIADAS

### REJEITADAS

#### PROJETO DE LEI - PL

##### SETEMBRO

**PL 2.658/2022** - Célio Studart – PSD/CE  
Proíbe a marcação a ferro candente em animais de produção.

Rejeitado em 13/09/2023 X

**PL 347/2022** - Carlos Gomes – Republicanos/RS  
Veda a pesca de arrasto tracionada por embarcações motorizadas em águas continentais e no mar territorial e zona econômica exclusiva; altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

Rejeitado em 20/09/2023 X

**PL 1.586/2022** - Airton Faleiro – PT/PA e outros  
Altera o Art. 1º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências.

Rejeitado em 20/09/2023 X

##### NOVEMBRO

**PL 2.089/2020** - Mário Negromonte Jr.  
Suspende, por um ano, as importações de produtos derivados de coco.

Rejeitado em 29/11/2023 X

##### DEZEMBRO

**PL 5.191/2013** - Rogério Peninha Mendonça – MDB/SC  
Dispõe sobre a produção de cerveja artesanal.

Rejeitado em 20/12/2023 X

**PL 3.316/2021** - Célio Studart – PV/CE  
Altera o art. 28-A da Lei n. 8.171 para proibir a exportação de animais vivos".  
(Apensado: PL 1523/2022)

Rejeitado em 20/12/2023 X

**PL 1.523/2022** - Paulo Bengtson - PTB/PA  
Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre condições mínimas do procedimento de embarque de carga viva em portos e aeroportos brasileiros.

Rejeitado em 20/12/2023 X

**PL 3.095/2022** - Beto Rosado – PP/RN  
Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências.

Rejeitado em 20/12/2023 X

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - PLC

##### SETEMBRO

**PL 263/2019** - João Daniel – PT/SE e outros  
Modifica o art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e dá outras providências.

Rejeitado em 23/08/2023 X

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - PDL

**PL 220/2020** - Alessandro Molon – PSB/RJ e outros  
Susta o Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020. (Apensados: PDL 225/2020, PDL 228/2020 e PDL 235/2020)

Rejeitado em 20/09/2023 X

**PL 225/2020** - Fernanda Melchionna - PSOL/RS, Talíria Petrone - PSOL/RJ, Ivan Valente - PSOL/SP e outros  
Susta os efeitos do Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, da Presidência da República, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal.

Rejeitado em 20/09/2023 X

**PL 228/2020** - Nilto Tatto - PT/SP, Enio Verri - PT/PR e João Daniel - PT/SE

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, da Presidência da República.

**Rejeitado em 20/09/2023** 

**PL 235/2020** - Joenia Wapichana - REDE/RR

Susta os efeitos do Decreto no 10.347, de 13 de maio de 2020, da Presidência da República, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal.

**Rejeitado em 20/09/2023** 

**PL 819/2021** - Helder Salomão - PT/ES e outros

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.833 de 07 de outubro de 2021, da Presidência da República, altera a regulamentação da lei dos Agrotóxicos". (Apensados: PDL 821/2021 e PDL 824/2021)

**Rejeitado em 20/09/2023** 

**PL 821/2021** - Célio Studart - PV/CE e Professor Israel Batista - PV/DF

Susta o Decreto nº 10.833, de 07 de outubro de 2021, que altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, seus componentes e afins.

**Rejeitado em 20/09/2023** 

**PL 824/2021** - Marcelo Freixo - PSB/RJ

Susta os efeitos do Decreto nº 10.833, de 07 de outubro de 2021, que altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

**Rejeitado em 20/09/2023** 



## REQUERIMENTOS

### APROVADOS E IMPLEMENTADOS



**MARÇO**

**REQ Nº 1/2023** - Albuquerque

Requer a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar os projetos que visam a beneficiar a Agricultura Familiar no Brasil.

**Aprovado em 22/03/23** 

**Realizado em 17/05/2023** 

**REQ Nº 2/2023** - Albuquerque

Requer realização de audiência pública para debater a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Agronegócio e da Agricultura familiar no Estado de Roraima, em especial, a BR-174 e a estrada Boa Vista - Georgetown, BR-401.

**Aprovado em 22/03/23** 

**Realizado em 25/05/2023** 

**REQ Nº 4/2023** - Albuquerque

Requer CONVITE ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Luiz Paulo Teixeira Ferreira, com o objetivo de apresentar as diretrizes de sua pasta para o ano de 2023, em especial, os incentivos para a produção do mel no Brasil.

**Aprovado em 22/03/23** 

**Realizado em 26/04/2023** 

**REQ Nº 12/2023** - Coronel Fernanda

Requer o envio de convite ao Sr. Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária, para realização de audiência pública para informar sobre as prioridades da pasta para o ano de 2023.

**Aprovado em 22/03/23** 

**Realizado em 03/05/2023** 

**REQ Nº 13/2023** - Lula da Fonte

Requer a realização de audiência pública para discutir melhorias e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar.

**Aprovado em 29/03/23** 

**Realizado em 11/05/2023** 



**REQ Nº 15/2023** - Ana Paula Leão e outros

Requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas acerca da produção de leite no mercado nacional.

Aprovado em 29/03/23 

Realizado em 10/05/2023 

**REQ Nº 17/2023** - Gabriel Mota

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das rodovias do estado de Roraima, bem como os impactos no Agronegócio e na Agricultura Familiar.

Aprovado em 29/03/23 

Realizado em 25/05/2023 

**REQ Nº 18/2023** - Coronel Assis

Requer a realização de Audiência Pública para debater os desdobramentos da eventual revisão do Marco Temporal.

Aprovado em 29/03/23 

Realizado em 04/05/2023 

**REQ Nº 20/2023** - Thiago Flores

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações sobre a titulação e regularização fundiária no estado de Rondônia

Aprovado em 29/03/23 

Realizado em 29/06/2023 

**ABRIL****REQ Nº 23/2023** - Ana Paula Leão

Requer a realização de audiência pública para discutir melhorias e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar.

Aprovado em 12/04/23 

Realizado em 23/11/2023 

**REQ Nº 24/2023** - Albuquerque

Requer CONVITE ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, André de Paula, com o objetivo de apresentar as diretrizes de sua pasta para o ano de 2023 rumo ao fortalecimento da pesca artesanal até a pesca industrial e a aquicultura em Roraima e em todo o Brasil.

Aprovado em 12/04/23 

Realizado em 14/06/2023 

**REQ Nº 26/2023** - Márcio Honaiser

Requer realização de mesa redonda na AGROBALSAS 2023, que ocorrerá no período de 16 de maio a 20 de maio de 2023.

Aprovado em 12/04/23 

Realizado em 16/05/2023 

**REQ Nº 29/2023** - Evair Vieira de Melo

Requer a realização de audiência pública para discussão do tema do arroz enriquecido e o combate da fome oculta no Brasil.

Aprovado em 12/04/23 

Realizado em 30/11/2023 

**REQ Nº 34/2023** - Evair Vieira de Melo

Solicita que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para em audiência pública prestar informações sobre as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Aprovado em 12/04/23 

Realizado em 26/04/2023 

**REQ Nº 37/2023** - Pedro Uczai

Requer a realização de audiência pública para apresentação e discussão sobre o tema "Pecuária Regenerativa".

Aprovado em 12/04/23 

Realizado em 05/10/2023 

**MAIO****REQ Nº 22/2023** - Ana Paula Leão

Solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira, a respeito do cadastramento de beneficiários da reforma agrária em plataforma digital do INCRA, na forma que especifica.

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 14/07/2023 

**REQ Nº 46/2023** - Alceu Moreira

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser definida, para debater a posição do Brasil na 10ª Conferência das Partes (COP10), da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) que acontecerá no Panamá

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 15/02/2023 

**REQ Nº 52/2023** - Josias Gomes

Requer a realização de Audiência Pública para a discussão das dificuldades do Sistema Itaparica e seus 10 reassentamentos irrigados na Bahia e em Pernambuco.

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 11/10/2023 

**REQ Nº 53/2023** - Sergio Souza

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir questões relativas ao Plano Safra 2023/2024

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 17/05/2023 

**REQ Nº 68/2023** - Ana Paula Leão

Requer a realização de encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR no evento denominado Megaleite 2023, maior exposição de pecuária leiteira da América Latina.

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 07/05/2023 

**REQ Nº 69/2023** - Heitor Schuch

requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, para debater os impactos do Regulamento da União Europeia contra o desmatamento sobre as cadeias produtivas e exportações brasileiras.

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 11/07/2023 

**REQ Nº 71/2023** - Gabriel Mota

Requer a realização de Audiência Pública para debater a regulamentação da Lei nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PPPSA).

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 01/06/2023 

**REQ Nº 75/2023** - João Daniel

Requer de Vossa Excelência, nos termos do Regimento desta Câmara, ouvido o Plenário, a realização de Seminário, a ser realizado no município de Nossa Senhora da Glória, na região do Alto Sertão do Estado de Sergipe, para discutir as oportunidades econômicas da Bacia Leiteira do Estado.

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 26/08/2023 

**REQ Nº 76/2023** - Coronel Assis

Requer a realização de Audiência Pública para debater o sistema oficial de assistência técnica e extensão rural.

Aprovado em 10/05/23 

Realizado em 14/09/2023 

**REQ Nº 84/2023** - Zé Vitor e Tião Medeiros

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das rodovias do estado de Minas Gerais, bem como os impactos nos transportes agropecuários.

Aprovado em 24/05/23 

Realizado em 17/08/2023 


**AGOSTO**
**REQ Nº 110/2023** - Domingos Sávio

Requer o envio de Indicação à Casa Civil da Presidência da República, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aos senhores ministros: Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro da Agricultura; Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Fernando Haddad, Ministro da Fazenda e Geraldo Alckmin, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Vice-Presidente da República, a solicitação de providências IMEDIATAS em defesa dos produtores de leite do Brasil e de toda a cadeia produtiva deste alimento essencial à saúde e ao bem-estar de todos os brasileiros, em especial para que sejam imediatamente revisados os termos do acordo multilateral do Brasil com os demais países que compõem o "BLOCO MERCOSUL" para incluir na lista de produtos sujeitos a tributação para ingressarem no território Brasileiro (lista de exceção) o leite e seus derivados.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 11/08/2023 

**REQ Nº 77/2023** - Evair Vieira de Melo

Requer realização de audiência pública para debater as experiências brasileiras com polos e arranjos produtivos no setor de fruticultura.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 29/08/2023 

**REQ Nº 81/2023** - Marcel van Hattem

Requer seja encaminhado Requerimento de Informações à Mesa da Câmara dos Deputados, destinado ao Ministro da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Fávaro, sobre a atuação das instâncias de governança corporativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)".

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 19/09/2023 

### REQ Nº 82/2023 - Coronel Fernanda

Requer realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e desenvolvimento Rural; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para tratar acerca do Agroindígena e sua importância para o desenvolvimento do Brasil através da agricultura familiar indígena.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 23/08/2023 

### REQ Nº 83/2023 - Albuquerque

solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Senhor Camilo Sobreira de Santana, sobre o Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e os recursos efetivamente pagos nos últimos 5 anos por município e por estados da federação em agricultura familiar de acordo Lei nº 11.947, de 16/6/2009.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 09/10/2023 

### REQ Nº 91/2023 - Albuquerque

Requer realização de audiência pública para debater a pesca artesanal no Brasil, os aperfeiçoamentos legais, investimentos necessários e a criação da Semana Nacional da Pesca Artesanal.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 21/09/2023 

### REQ Nº 98/2023 - Tião Medeiros

Requer Moção de Pesar pelo falecimento de Alysso Paolinelli, o pai da agricultura brasileira.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 09/08/2023 

### REQ Nº 100/2023 - Raimundo Costa

Solicita realização de Audiência Pública para debater os impactos ambientais, produtivos e socioeconômicos do Projeto de Lei nº 347/2022.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 24/08/2023 

### REQ Nº 101/2023 - Zé Neto

Requer a realização de Seminário sobre as estratégias e ações para o desenvolvimento da agricultura familiar e segurança alimentar no estado da Bahia.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 24/08/2023 

### REQ Nº 102/2023 - Zé Neto

Requer a realização de audiência pública para debater os riscos diretos para a cacauicultura brasileira em razão da vigência e efeitos da instrução normativa nº 125, de 23 de março de 2021.

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 28/09/2023 

### REQ Nº 103/2023 - Gabriel Mota

Requer, nos termos regimentais, que seja realizado ENCONTRO desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na 42ª Exposição-Feira Agropecuária de Roraima EXPOFERR SHOW 2023

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 14/11/2023 

### REQ Nº 108/2023 - Alceu Moreira

Requer autorização para representação desta comissão na 46ª EXPOINTER que acontece entre os dias 26/08 a 03/09 no município de Esteio/RS

Aprovado em 09/08/23 

Realizado em 29/08/2023 

### REQ Nº 112/2023 - Tião Medeiros

Propõe a apresentação, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Projeto de Lei que “Inscreve o nome de Alysso Paolinelli no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Aprovado em 16/08/23 

Realizado em 17/08/2023 

### REQ Nº 114/2023 - Tião Medeiros

Requer a realização de Audiência Pública para debater os desafios e as oportunidades da aviação agrícola no país, frente à legislação em vigor.

Aprovado em 16/08/23 

Realizado em 30/08/2023 

### REQ Nº 93/2023 - Tenente Coronel Zucco

Requer a realização de seminário no Estado do Rio Grande do Sul, na Expointer, para discutir sobre a temática “Invasão Zero – Pelo fim das invasões de terra e promoção da paz e segurança no campo”.

Aprovado em 23/08/23 

Realizado em 26/08/2023 

**REQ Nº 104/2023 - Domingos Neto**

Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre o refinanciamento das dívidas dos pescadores e aquicultores junto às instituições financeiras Banco do Brasil e outras e sobre abertura de linha de crédito para financiamento para novas estruturas de criação de peixes e instrumentos de pesca, além de assistência técnica e outras formas de suporte para suas atividades.

Aprovado em 23/08/23 Realizado em 20/11/2023 **SETEMBRO****REQ Nº 125/2023 - Ana Paula Leão**

requer Moção de Repúdio à campanha referente ao desafio #1SemanaSemLeitedeVaca, promovida e veiculada pela Mercy For Animals no Brasil.

Aprovado em 13/09/23 Realizado em 13/09/2023 **REQ Nº 128/2023 - Marcos Pollon**

Requer audiência pública para debater os impactos causados por fauna exótica invasora na atividade agropecuária, os seus prejuízos e o controle dessas espécies.

Aprovado em 13/09/23 Realizado em 19/10/2023 **REQ Nº 131/2023 - Pezenti e Alceu Moreira**

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Mesa Redonda nesta Comissão, em data a ser definida, para debater a posição do Brasil na 10ª Conferência das Partes (COP10), da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) que acontecerá no Panamá.

Aprovado em 13/09/23 Realizado em 26/10/2023 **REQ Nº 132/2023 - Marcel van Hattem**

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir os prejuízos das enchentes do início de setembro de 2023, nas cidades mais afetadas (Muçum, Roca Sales, Lajeado e Encantado), no Rio Grande do Sul.

Aprovado em 13/09/23 Realizado em 17/10/2023 **REQ Nº 135/2023 - João Daniel**

Requer de Vossa Excelência, nos termos do Regimento desta Câmara, ouvido o Plenário, proponho a designação de representação desta Comissão para participar do X Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas, a realizar-se de 02 a 05 de outubro de 2023, em Recife/PE, promovido pelo Movimento Camponês Popular (MCP), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), naquela cidade.

Aprovado em 20/09/23 Realizado em 03/10/2023 **OUTUBRO****REQ Nº 137/2023 - Marcos Pollon**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a queda no preço da arroba do boi gordo em todo país.

Aprovado em 25/10/23 Realizado em 19/12/2023 **REQ Nº 145/2023 - Ana Paula Leão**

Solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, acerca das empresas importadoras de produtos lácteos, na forma que especifica.

Aprovado em 25/10/23 Realizado em 21/12/2023 **REQ Nº 147/2023 - Luiz Nishimori**

Requer a realização de Audiência Pública para debater as demandas e a apresentação de propostas de projetos de pesquisas a serem desenvolvidas pela EMBRAPA para aumentar a competitividade e a sustentabilidade da produção aquícola no Brasil de espécies nativas e da tilápia.

Aprovado em 25/10/23 Realizado em 12/12/2023 **NOVEMBRO****REQ Nº 149/2023 - Rodolfo Nogueira e Zé Vitor**

solicita que seja convocada Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), S. Ex.ª Marina da Silva, a prestar esclarecimentos a respeito das medidas tomadas pelo MMA, em clara perseguição a agropecuária brasileira e aos produtores rurais do Brasil.

Aprovado em 09/11/23 Realizado em 21/11/2023 

### REQ N° 152/2023 - Evair Vieira de Melo e outros

Ministro de Estado da Educação, S. Exmo. Camilo Sobreira de Santana, para comparecer ao Plenário desta comissão, para prestar esclarecimentos a respeito da politização das provas do Enem de 2023, em especial sobre a discriminação do setor agropecuário da região Centro-Oeste e seus habitantes; transformado em convite.

Aprovado em 09/11/23 

Realizado em 22/11/2023 

### REQ N° 154/2023 - Zé Trovão

Requer Moção de Repúdio às questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2023 que tratam da expansão do agronegócio na Amazônia e Cerrado (itens 70 e 89 da prova branca), bem como à que compara a corrida espacial à colonização do Brasil (item 71).

Aprovado em 22/11/23 

Realizado em 07/12/2023 

### REQ N° 155/2023 - Sergio Souza

Requer a realização de Audiência Pública para debater o teor de umidade para classificação da soja.

Aprovado em 22/11/23 

Realizado em 13/12/2023 

### REQ N° 163/2023 - Emidinho Madeira e outros

Requer autorização para representar a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Encontro Nacional de Muladeiros, que ocorrerá entre os dias 29 de novembro a 02 de dezembro em Passos - MG.

Aprovado em 22/11/23 

Realizado em 30/11/2023 

## DEZEMBRO

### REQ N° 156/2023 - Rodolfo Nogueira

Requer Moção de louvor ao município de Campo Grande/MS pelo título de "Capital do Agronegócio"

Aprovado em 20/12/23 

Realizado em 22/12/2023 



## REQUERIMENTOS

### APROVADOS (AGUARDANDO IMPLEMENTAÇÃO)



## MARÇO

### REQ N° 3/2023 - Lebrão

Requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre crédito de carbono e o desenvolvimento sustentável.

Aprovado em 22/03/23 

### REQ N° 6/2023 - Afonso Hamm

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater os impactos da estiagem que assola o Rio Grande do Sul e as soluções possíveis.

Aprovado em 22/03/23 

### REQ N° 7/2023 - Evair Vieira de Melo

Requer realização de audiência pública para debater a onda de invasões a propriedades rurais em 2023, e as preocupações do setor agropecuário com a insegurança jurídica promovida pelos referidos atos.

Aprovado em 22/03/23 

### REQ N° 10/2023 - Evair Vieira de Melo

Requer seja convidado o Presidente da Petrobras, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre os investimentos e incentivos no setor de fertilizantes.

Aprovado em 22/03/23 

### REQ N° 14/2023 - Tião Medeiros

Requer realização de audiência pública para debater a as consequências da Reforma Tributária para a agricultura e pecuária brasileira.

Aprovado em 29/03/23 

### REQ N° 16/2023 - Evair Vieira de Melo

Requer, nos termos regimentais, a criação de Sub Comissão Especial da Segurança para o Campo.

Aprovado em 29/03/23 



**ABRIL****REQ Nº 19/2023** - José Medeiros

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural- CAPADR, para discutir a situação do Assentamento de Tapurah/Itanhangá- MT.

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 30/2023** - Zé Silva

Requer a realização de Audiência Pública para discutir formas de aprimoramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Medida Provisória n. 1.166, de 2023.

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 31/2023** - João Daniel e outros

Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, para discutir os “desinvestimentos em fertilizantes na Petrobras”

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 32/2023** - Evair Vieira de Melo

Solicita que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Jorge Viana, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX -, para prestar, em audiência pública, esclarecimentos sobre as críticas ao agronegócio brasileiro na China

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 33/2023** - Coronel Fernanda

Solicita que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Jorge Viana, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX -, para prestar esclarecimentos sobre as críticas ao agronegócio brasileiro na China

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 36/2023** - Roberto Duarte

Requer, nos termos regimentais, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com produtores rurais do estado do Acre, e representante do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA); da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas; e da Assembleia Legislativa do Acre - ALEAC, para debater, na sede da ALEAC, sobre aplicação de multas e embargos nas propriedades da região amazônica por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de forma a garantir as atividades responsáveis pelas pautas de exportação e geração de renda no Acre”.

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 38/2023** - Pedro Uczai

Requer a realização de audiência pública para apresentação e discussão sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - NOVO PRONAF.

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 39/2023** - Pedro Uczai

Requer a realização de audiência pública para apresentação e discussão sobre o PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.

**Aprovado em 12/04/23**

**REQ Nº 41/2023** - Marcon e outros

Requer a realização de reunião de audiência pública para debater os efeitos esperados com a recriação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, para o fortalecimento da economia agrícola de base familiar e para o combate à pobreza nas áreas rurais e à fome no Brasil.

**Aprovado em 12/04/23**

**MAIO****REQ Nº 50/2023** - Coronel Meira

Solicita sejam convidados o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e Pecuária, o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a fim de tratar sobre a recente invasão promovida pelo Movimento Sem Terra (MST) nas terras agricultáveis e de preservação da Caatinga, incorporadas à Embrapa Semiárido, em Petrolina – PE, bem como sobre as invasões do chamado “Abril Vermelho” em todo o país.

**Aprovado em 10/05/23**

**REQ Nº 54/2023** - Pezenti

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da CAPADR, para discussão do PDL 330/2022, que susta a IN nº 125/2021, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 59/2023** - Alceu Moreira

Requer a realização de audiência pública para esclarecer dúvidas e debater sobre o aumento do percentual de biodiesel no diesel combustível, e seus impactos na sociedade, além de elucidar questões referentes à qualidade do biodiesel produzido no Brasil.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 61/2023** - Raimundo Costa

Requer implementação de um percentual mínimo obrigatório do pescado extraído pela pesca artesanal no PNAE.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 62/2023** - Coronel Meira

Solicita a realização de Encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na cidade de Caruaru – PE, em 27 de junho de 2023, com a finalidade de discutir a irrigação do semiárido nordestino, os desafios e potencialidades para o desenvolvimento agropecuário da Região Nordeste.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 63/2023** - Tião Medeiros

Solicitamos seja convidado o Senhor Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a fim de prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a política externa e sobre eventos internacionais com possíveis repercussões para o agronegócio brasileiro.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 66/2023** - João Daniel

Solicita a realização de Seminário, a ser realizado no município de Boquim, no Estado de Sergipe, para discutir as oportunidades econômicas para a fruticultura regional, em especial para a produção de cítricos, na região Centro Sul Sergipana.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 67/2023** - João Daniel

Requer a realização de Seminário, a ser realizado no município de Propriá, no Estado de Sergipe, para discutir as oportunidades econômicas da piscicultura, na região Baixo São Francisco.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 70/2023** - João Daniel

Requer a realização de Seminário, a ser realizado na cidade de Lagarto/SE, para discutir o funcionamento e as perspectivas de mercado e renda das casas de farinha.

Aprovado em 10/05/23 

**REQ Nº 74/2023** - João Daniel

Requer a inclusão de representante no Requerimento 31/2023.

Aprovado em 24/05/23 

**REQ Nº 79/2023** - Padovani

Requer Seminário para discussão do tema: “Papel do armazenamento no fortalecimento do agronegócio brasileiro”.

Aprovado em 24/05/23 

**REQ Nº 85/2023** - Alceu Moreira

Requer inclusão de convidado em Audiência Pública (Biodiesel).

Aprovado em 24/05/23 

 **AGOSTO****REQ Nº 80/2023** - Domingos Sávio

Requer realização de um Seminário para debater o Fortalecimento da Defesa Agropecuária: Riscos e Oportunidades.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 90/2023** - Coronel Fernanda e outros

Requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a fiscalização de obras para infraestrutura de escoamento da safra.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 96/2023 - Coronel Fernanda**

Requer realização de Audiência Pública para tratar acerca das estratégias do Governo Brasileiro para promover a imagem do agro brasileiro na COP 28 e o processo de regulamentação do Mercado de Carbono no setor agropecuário.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 97/2023 - Coronel Fernanda**

Requer a criação de Subcomissão Especial destinada a promover o debate das metas e estratégias brasileiras para COP30.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 105/2023 - Zé Trovão**

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os impactos da PORTARIA SDA/MAPA Nº 840, DE 07 DE JULHO DE 2023, que estabelece os calendários de semeadura de soja em nível nacional, referente à safra 2023/2024.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 106/2023 - Thiago Flores**

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico – CDE, para debater a importância da instituição de um Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Indústria de Beneficiamento Primário da Polpa do Cacau – RECAU.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 109/2023 - Emidinho Madeira**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o preço da produção do leite e as importações de leite do Mercosul.

Aprovado em 09/08/23 

**REQ Nº 111/2023 - Alberto Fraga**

Requer seja convidado o Sr. Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária, para debater propostas de alterações no modelo de seguro rural brasileiro.

Aprovado em 23/08/23 

**REQ Nº 113/2023 - Domingos Sávio**

Requer aditamento ao REQ Nº 80/2023 para que seja incluído no rol de convidados para o Seminário representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Aprovado em 23/08/23 

**REQ Nº 116/2023 - Pedro Uczai**

Requer que seja autorizada pela Comissão de Agricultura a realização de “Seminário Nacional sobre metodologias associadas ao Sistema de Plantio Direto (SPDH) e Sistemas Agroflorestais” em data a ser definida.

Aprovado em 23/08/23 


**SETEMBRO**
**REQ Nº 122/2023 - Roberta Roma**

Requer a realização de Audiência Pública para tratar da regulamentação da Lei nº 14.554, de 2023, que ampliou o prazo para a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Aprovado em 13/09/23 

**REQ Nº 124/2023 - Zé Vitor e Tião Medeiros**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a securitização, financiamento, renegociação e programas para a sustentabilidade da atividade pecuária de corte do Brasil.

Aprovado em 13/09/23 

**REQ Nº 129/2023 - Marcos Pollon**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das rodovias do estado Mato Grosso do Sul, bem como os impactos nos transportes agropecuários.

Aprovado em 13/09/23 

**REQ Nº 133/2023 - Coronel Assis**

Requer a realização de Visita Técnica dos membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sem ônus para a Câmara dos Deputados, à Fazenda Três Lagoas, situada em Sapezal/MT, com o propósito de apresentar aos parlamentares o funcionamento prático de uma biofábrica.

Aprovado em 13/09/23 

**REQ Nº 134/2023 - Roberta Roma**

Requer o aditamento ao requerimento nº 122/2023 CAPADR, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.

Aprovado em 13/09/23 



## OUTUBRO

### REQ Nº 136/2023 - Marcos Pollon

Requer a realização de Audiência Pública para debater a possibilidade de desapropriação de propriedades rurais produtivas, à luz da Constituição Federal.

Aprovado em 25/10/23

### REQ Nº 141/2023 - Ana Paula Leão e outros

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas acerca da produção de leite no mercado nacional – Subcomissão Permanente do Leite (SUBLEITE), para discutir o Programa Mais Leite Saudável – PMLS, mormente sob a ótica dos benefícios (resultados) aos produtores de leite.

Aprovado em 25/10/23

### REQ Nº 143/2023 - Pezenti e outros

Requer que seja formada comitiva para representar este colegiado em missão oficial na 10ª Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP 10), que será realizada de 20 a 25 de novembro de 2023, no Panamá.

Aprovado em 25/10/23

### REQ Nº 148/2023 - Marcos Pollon

Requer a criação da Subcomissão Especial de Caça, Pesca e Controle de Fauna.

Aprovado em 25/10/23



## NOVEMBRO

### REQ Nº 142/2023 - Bohn Gass e Carlos Veras

Requer a realização de Seminário a ser realizado no município de Itati/RS sobre as políticas públicas para o Turismo Rural para a agricultura familiar e o PL 694/2023.

Aprovado em 09/11/23

### REQ Nº 150/2023 - Romero Rodrigues

Requer a realização de Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional da Caprinocultura.

Aprovado em 09/11/23

### REQ Nº 151/2023 - Pezenti

Requer a realização de Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional do Pêssego.

Aprovado em 09/11/23

### REQ Nº 158/2023 - Pezenti

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os problemas de acionamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Aprovado em 22/11/23

### REQ Nº 161/2023 - Coronel Fernanda

Requer o envio de convite ao Sr. Luiz Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a fim de prestar esclarecimentos nesta Comissão sobre o Decreto nº 11.688, de 05 de setembro de 2023, que dispõe sobre a regularização fundiária de áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e seus impactos para o desenvolvimento da região.

Aprovado em 22/11/23

### REQ Nº 162/2023 - Marcos Pollon

Requer audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater as ações de fiscalização de sementes e insumos Estado do Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 22/11/23

### REQ Nº 165/2023 - Marcos Pollon

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das “Búfulas de Brotas”, que se encontram em situação precária no município de Brotas – SP.

Aprovado em 22/11/23

### REQ Nº 166/2023 - Coronel Fernanda

requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a Comissão da Mulher para discutir sobre o Dia Nacional da Mulher Rural.

Aprovado em 22/11/23

**REQ N° 164/2023** - Adilson Barroso

Requer a realização de Audiência Pública para debater a criação do Dia Nacional Amendoim.

Aprovado em 22/11/23 



**DEZEMBRO**

**REQ N° 168/2023** - Tião Medeiros

Requer seja aprovada a produção do Relatório anual da Comissão de Agricultura.

Aprovado em 06/12/23 





REUNIÕES

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**Tema:** Desdobramentos da eventual revisão do marco temporal

**Realizada em 04/05/2023**

**Local: Plenário 6 do Anexo II**

### Participantes

ELOY TERENA, Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas – MPI;

JUAN FELIPE NEGRET SCALIA, Coordenador de Identificação, Reconhecimento e Proteção de Quilombos e de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - CIDEN / MDA (participação presencial);

NORBERTO JUNIOR, vereador de Brasnorte – MT.

### Autores do Requerimento

Deputado Coronel Assis – União/MT (requerimento nº 18/2023)

**Tema:** Melhorias e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

**Realizada em 11/05/2023**

**Local: Plenário 6 do Anexo II**

### Participantes

SILVIO FARNESE, diretor do departamento de comercialização Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (participação virtual);

ROSE EDNA MATA VIANNA PONDÉ, diretora do departamento de apoio à aquisição e à comercialização da agricultura familiar - MDA (participação presencial);

SILVIO PORTO, diretor de política agrícola e informações - CONAB (participação presencial);

LILIAN RAHAL, secretária nacional de segurança alimentar e nutricional – MDS (participação presencial).

### Autores do Requerimento

Deputado Lula da Fonte – PP/PE (Requerimento nº 13/2023)

**Tema:** Plano Safra 2023/2024

Realizada em 04/05/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

### Participantes

PATRÍCIA VASCONCELOS LIMA, secretária de agricultura familiar e agroecologia; e ROBSON LOPES, coordenador-geral de financiamento à produção rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;

WILSON VAZ DE ARAÚJO, secretário adjunto de política agrícola; e JONATAS PULQUÉRIO, diretor do departamento de gestão de riscos / Ministério da Agricultura - MAPA;

GILSON BITTENCOURT, subsecretário de política agrícola e negócios agroambientais / Ministério da Fazenda (participou virtualmente);

BRUNO BARCELOS LUCCHI, diretor técnico da Confederação Nacional da Agricultura - CNA;

KARLA MARIA SANTOS CORTES, gerente executiva da diretoria de agronegócios do Banco do Brasil;

JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO, coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;

RAFAEL BALDI, diretor de produtos bancários da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;

VÂNIA MARQUES PINTO, secretária de política agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (participou virtualmente).

### Autores do Requerimento

Deputado Sérgio Souza - MDB/PR (requerimento nº 53/2023)

**Tema:** Impacto das rodovias de Roraima no agronegócio e agricultura familiar

Realizada em 11/05/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

### Participantes

PEDRO BARROS, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (participação presencial);

GABRIELA GUIMARÃES GAZZINELLI, chefe da Divisão de Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela, do Ministério das Relações Exteriores - MRE (participação presencial); e

EMERSON DE PAULA OLIVEIRA, secretário adjunto da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Roraima - SEINF-RR (participação virtual).

### Autores do Requerimento

Deputados Albuquerque (Republicanos/RR) e Gabriel Mota (Republicanos/RR) (Requerimentos nº 2/2023 e nº 17/2023)

**Tema:** Participação do Brasil na 10ª Conferência das Partes (COP10), da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT)

Realizada em 01/06/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

#### Participantes

MATHEUS MACHADO DE CARVALHO, chefe da divisão de saúde global do Ministério das Relações Exteriores - MRE (participação online);

CLECIIVALDO SOUSA RIBEIRO, coordenador-geral de produção vegetal do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (participação online);

MANOEL JOSÉ DINIZ MENDONÇA, Coordenador de Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA;

BENÍCIO ALBANO WERNER, presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA;

CARLOS JOEL DA SILVA, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG-RS (participação online);

GIUSEPPE LOBO, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO;

IRO SCHÜNKE, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - SINDITABACO.

#### Autores do Requerimento

Deputado Alceu Moreira – MDB/RS (requerimento nº 46/2023)

**Tema:** As rodovias do estado de Minas Gerais e o impacto no transporte agropecuário

Realizada em 17/08/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

#### Participantes

RAQUEL CORREA LACERDA DUTRA, coordenadora regional de fiscalização da infraestrutura rodoviária de Minas Gerais, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

FABRÍCIO GALVÃO, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;


RODRIGO SANTOS COLARES, assessor de gestão estratégica do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG.

#### Autores do Requerimento

Deputados Zé Vitor (PL/MG) e Tião Medeiros (PP/PR)  
(Requerimentos nº 84/2023)

**Tema:** Impactos da proibição da pesca de arrasto (PL 347/22)

**Realizada em 24/08/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

**Participantes** 

JOCEMAR TOMASINO MENDONÇA, diretor do Departamento Pesqueiros e Ordenamento, do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA;

EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO, presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores - CNPA;

JAIRO GUND, diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados - ABIPESCA;

CARLOS EDUARDO VILLAÇA, presidente do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura - CONEPE (participou online); e

LUIZ AMÉRICO PEREIRA, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina - SITRAPESCA.

**Autores do Requerimento** 

Deputado Raimundo Costa – PODE/BA (requerimento nº 100/2023)

**Tema:** As experiências brasileiras com polos e arranjos produtivos no setor de fruticultura

**Realizada em 29/08/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

**Participantes** 

DOMINGO HAROLDO RUDOLFO CONRADO REINHARDT, pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura - EMBRAPA (participou online);

LUIZ ANTONIO PALLADINI, coordenador de programa na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;

MARLON DUTRA DEGLI ESPOSTI, coordenador de produção vegetal do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, representando a Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo - SEAG/ES (participou online);

EDUARDO BRANDÃO, diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - ABRAFRUTAS;

VICTOR FERREIRA, gestor de assuntos ligados à fruticultura do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

ANDRÉ VICENTE DE SANCHES, diretor de inovação e conhecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

**Autores do Requerimento** 

Deputado Evair Vieira de Melo – PP/ES (Requerimento nº 77/2023)

**Tema:** Os desafios e as oportunidades da aviação agrícola no país, frente à legislação em vigor

**Realizada em 24/08/2023** ✓

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 📍

#### **Participantes** 👤

HOANA ALMEIDA SANTOS, presidente do conselho de administração do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola - SINDAG;

WELLINGTON PEREIRA ALENCAR DE CARVALHO, professor titular aposentado da Universidade Federal de Lavras - UFLA (participou online);

DÉCIO KARAM, pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo (presente);

LUCAS C. ZANONI, coordenador de negócios internacionais da empresa Zanoni Equipamentos Agrícolas (presente);

GUILHERME ROLIM, pesquisador da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA (participou online);

FABRÍCIO MORAIS ROSA, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil (presente);

GUILHERME LUI DE PAULA BUENO, diretor administrativo da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA (presente).

#### **Autores do Requerimento** ✍️

Deputado Tião Medeiros - PP/PR (requerimento nº 114/2023)

**Tema:** Sistema Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural

**Realizada em 14/09/2023** ✓

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 📍

#### **Participantes** 👤

MARENILSON BATISTA DA SILVA, diretor do departamento de assistência técnica e extensão rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (presente);

LOROANA COUTINHO DE SANTANA, diretora da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER (presente);

NATALINO AVANCE DE SOUZA, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária - ASBRAER e membro do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura - CONSEAGRI (presente);

RONALDO DE LIMA RAMOS, assessor de política agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG (participou online);

JOSÉ CLÁUDIO FIDELIS PEREIRA, coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil - FASER (participou online); e

OSNI ROCHA, analista técnico de desenvolvimento rural da Confederação Nacional de Municípios - CNM (presente).

#### **Autores do Requerimento** ✍️

Deputado Coronel Assis - UNIÃO/MT (Requerimento nº 76/2023)



**Tema:** Criação da Semana Nacional da Pesca Artesanal

**Realizada em 21/09/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

JOCEMAR TOMASINO MENDONÇA, diretor do departamento de territórios pesqueiros e ordenamento do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (presença confirmada);

EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO, presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA (presença confirmada);

LUIZ AMÉRICO PEREIRA, presidente da Comissão de Pesca Artesanal de Santa Catarina (presença confirmada).

#### Autores do Requerimento

Deputado Albuquerque - REPUBLICANOS/RR (requerimento nº 91/2023)

**Tema:** Sistema Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural

**Realizada em 28/09/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

EDUARDO HENRIQUE PORTO MAGALHÃES, coordenador-geral de fiscalização e certificação fitossanitária internacional, do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (participação virtual);

JADERGUDSON PEREIRA, professor do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (presente);

VANUZA LIMA BARROSO, presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC (presente);

JÚLIO CÉSAR PERRUSO, coordenador substituto de Agropecuária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (participação virtual);

MARIA GORETI DA FONSECA GOMES, coordenadora de projetos estratégicos da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA (participação virtual).

#### Autores do Requerimento

Deputado Zé Neto - PT/BA (Requerimento nº 102/2023)

**Tema:** Pecuária Regenerativa

**Realizada em 05/10/2023** ✓

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 📍

**Participantes** 👤

CLECIVALDO RIBEIRO, diretor substituto do departamento de desenvolvimento das cadeias produtivas e de indicações geográficas do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (participação virtual);

JOÃO PAULO GUIMARÃES SOARES, pesquisador da EMBRAPA Cerrados (presença confirmada);

VIVIAN LIBÓRIO DE ALMEIDA, diretora do departamento de inovação para a produção familiar e transição agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (presença confirmada).

**Autores do Requerimento** ✍️

Deputado Pedro Uczai - PT/SC (requerimento nº 37/2023)

**Tema:** Dificuldades do Sistema Itaparica e seus 10 reassentamentos na Bahia e em Pernambuco

**Realizada em 11/10/2023** ✓

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 📍

**Participantes** 👤

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA, secretário nacional de segurança hídrica do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MDIR;

ANDRÉA RACHEL RAMOS CRUZ SOUSA, secretária-executiva da área de gestão de empreendimentos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF;

MARCELO DE ALCANTARA GIRARD, superintendente de gestão patrimonial de regional, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (participou online);

JORGE DE MELO SILVA, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores de Glória - BA, representando os reassentados do Sistema Itaparica na Bahia;

JOSÉ DIONÍSIO DA SILVA, coordenador-geral do Polo Sindical PE/BA, representando os reassentados do Sistema Itaparica em Pernambuco.

**Autores do Requerimento** ✍️

Deputado Josias Gomes - PT/BA (Requerimento nº 52/2023)

**Tema:** Impactos da fauna exótica invasora na agropecuária e o controle dessas espécies

**Realizada em 19/10/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

GUILHERME TAKEDA, coordenador de prevenção e vigilância de doenças animais do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (presença confirmada);

LIVIA KARINA PASSOS MARTINS, diretora de uso sustentável da biodiversidade e florestas do Ibama (participação online confirmada);

JOÃO CARLOS CARLI, consultor da comissão ambiental do Instituto Pensar Agropecuário - FPA (participação online confirmada);

RAFAEL AUGUSTO SALERNO, presidente da Associação Brasileira de Caçadores (presença confirmada);

HUMBERTO DE MATTOS BRANDÃO, chefe da divisão nacional de controle de armas de fogo da Polícia Federal - PF (presença confirmada);

Cel. RODRIGO BORDEAUX MATTOS, chefe da divisão de regulação do Exército Brasileiro - DFPC (participação online confirmada).

#### Autores do Requerimento

Deputado Marcos Pollon - PL/MS (requerimento nº 128/2023)

**Tema:** Dívidas dos pescadores e aqüicultores junto às instituições financeiras

**Realizada em 20/11/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

CELSON GOMES CAVADOS FILHO, Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil - BB (presença confirmada);

ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS, Superintendente de Administração e Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil - BNB (presença confirmada);

HELINTON JOSÉ ROCHA, Diretor do Departamento da Indústria do Pescado, do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (presença confirmada);

EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA (participação virtual);

KEIVILANNY DIAS MOURA GONÇALVES, Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará - SFPA-CE (participação virtual);

PEDRO CARIDADE, Presidente da Federação das Colônias dos Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado do Ceará - FEPESE (participação virtual);

HERMÃO LUIZ CARVALHO DOS SANTOS, Chefe de Unidade de Recursos Pesqueiros e Aquicultura da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (participação virtual);

DIEGO SANTOS LIMA, Gerente Executivo de Gestão, Cobrança e Reestruturação (GECRE) do Banco da Amazônia - BASA (participação virtual); e

DYOGO CÉZAR AFONSO MARQUES, Gerente de Clientes e Negócios da Gerência Nacional de Agronegócios, da Caixa Econômica Federal - CEF (participação virtual).

#### Autores do Requerimento

Deputado Domingos Neto - PSD/CE (Requerimento nº 104/2023)

**Tema:** Situação da inadequada prestação energética da (CEMIG) nas áreas rurais de Minas Gerais

Realizada em 23/11/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo 

Participantes 

ERNANDO ANTUNES BRAGA, Superintendente de Serviços Comerciais, Emergenciais e Manutenção da Distribuição - Cemig Distribuição (participou virtual);

ALEXON DO PRADO CONDE, Engenheiro Líder Regional - Cemig Distribuição (participou virtual); e

ALINE DE FREITAS VELOSO, Assessora Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG (presente).

**Autores do Requerimento** 

Deputado Ana Paula Leão - PP/MG (requerimento nº 128/2023)

**Tema:** Arroz enriquecido e o combate da fome oculta no Brasil

Realizada em 30/11/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

Participantes 

BRUNA PITASE ARGUELHES, Coordenadora de Promoção da Alimentação Saudável, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (participação confirmada);

THIAGO FALDA, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação - ABBI (presença confirmada);

BEATRIZ SARTORI, Representante da Associação Brasileira da Indústria do Arroz - ABIARROZ (presença confirmada); e

JOSÉ CARLOS PIRES, Representante da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul - Federarroz (presença confirmada).

**Autores do Requerimento** 

Deputado Evair Vieira de Melo - PP/ES (Requerimento nº 29/2023)

**Tema:** Projetos de pesquisas da EMBRAPA para aumentar a produção aquícola no Brasil de espécies nativas e da tilápia

**Realizada em 12/12/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

TEREZA NELMA, secretária nacional de aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (presente);

DANIELLE DE BEM LUIZ, chefe geral da Embrapa Pesca e Aquicultura - Embrapa (presente);

FRANCISCO HIDALGO FARINA, presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA (participação virtual);

LILIAM CATUNDA, diretora de relações institucionais da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados - ABIPECA (presente);


FRANCISCO MEDEIROS, diretor-presidente da PEIXE BR (presente); e

RICARDO PEREIRA RIBEIRO, professor de zootecnia da Universidade Estadual de Maringá - UEM (participação virtual).

#### Autores do Requerimento

Deputado Luiz Nishimori - PSD/PR (requerimento nº 147/2023)

**Tema:** O teor de umidade para classificação da soja

**Realizada em 13/12/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

HUGO CARUSO, diretor da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; e FRANCISCO CARLOS KRZYZANOWSKI, pesquisador da Embrapa Soja, a convite do MAPA (presentes);

ANTONIO GALVAN, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA BRASIL (presente);

JOÃO JOSÉ PRIETO FLAVIO, coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (presente);

JOSÉ ANTÔNIO BORGHI, vice-presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas; e SINIBALDO DE SOUZA E SILVA JUNIOR, classificador de produtos de origem vegetal, ambos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (presentes);

ANDRE MELONI NASSAR, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE (presente).

#### Autores do Requerimento

Deputado Sérgio Souza - MDB/PR (Requerimento nº 155/2023)



**Tema:** A queda no preço da arroba do boi gordo em todo país

**Realizada em 19/12/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

#### Participantes

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (presente);

ALEXANDRE GUIMARÃES INÁCIO, Superintendente da Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores de Novilho Precoce - ASPNP (participou online);

JOÃO SEBBA, Especialista em Mercado de Ações e Mercado Pecuário Brasileiro (presente); e

ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA, Diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ (presente).

#### Autores do Requerimento

Deputado Marcos Pollon - PL/MS (requerimento nº 137/2023)



## REUNIÕES

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CONJUNTAS

**Tema:** Impactos do Regulamento da União Europeia contra o desmatamento sobre as cadeias produtivas e exportações brasileiras

**Realizada em 11/07/2023** 

**Local: Plenário 5 do Anexo II** 

#### Participantes

IGNACIO YBÁÑEZ  
Embaixador-Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil

FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL - Embaixador Diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores - MRE

TATIANA LACERDA PRAZERES - Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC

RENATA MIRANDA - Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO - Diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

DANIEL TRONCO - Felsberg Advogados

MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO - Gerente de Recursos Naturais da Confederação Nacional da Indústria - CNI

SUEME MORI ANDRADE - Diretora de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura - CNA

#### Autores do Requerimento

Deputado Heitor Schuch - PSB/RS  
(Requerimentos nº 12/2023/CICS e nº 69/2023/CAPADR)

**Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)** 

**Tema:** Agroindígena e sua importância para o desenvolvimento do Brasil através da agricultura familiar indígena

**Realizada em 22/08/2023** 

**Local: Plenário 12 do Anexo II** 

### Participantes



ALBERTO BRAZÃO GOES - Representante do Agro Yanomami;

ARNALDO ZUNIZAKAE - Presidente da Cooperativa Agropecuária dos povos indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki (Coopihanama);

BRUNO POTIGUARA - Diretor do Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas;

CARLITO PARESI - Presidente da Cooperativa Agropecuária Indígena Rio Verde (Coopirio);

EDINALDO ZOZOZOKEMAE - Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais da Cultura Mecanizada da etnia Paresi (Coopermatsene);

KLEBER KARIPUNA - Coordenador-executivo Articulação Povos Indígenas do Brasil (APIB);

LOSMAR TERENA - Coordenador-geral de Promoção do Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas;

LUANA KUMARUARA - doutoranda em Sociologia Indígena e antropóloga pela Universidade Federal do Pará;

LUCIENE KAYABI - Representante do Agroindígena;

LÚCIO AVELINO OZANAZOKAESE - Diretor-presidente da Cooperativa Agropecuária do Povo Indígena Haliti Paresi (Coopiparesi);

MARCELO PEREIRA - Presidente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima;

PATRICIA MELO - Assessora da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

TEREZINHA APARECIDA BORGES DIAS - Pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

### Autores do Requerimento

Deputada Sílvia Waiãpi (PL/AP), com subscrição dos deputados Airton Faleiro (PT/PA) e Stélio Dener (Republicanos/RR);

Deputada Coronel Fernanda (PL/ MT), com subscrição dos deputados Daniel Agrobom (PL/GO), Cabo Gilberto Silva (PL/PB) e Marco Brasil (PP/RR);

Deputada Coronel Fernanda (PL/ MT).

(Requerimentos nº 34/2023 CPOVOS, nº 15/2023 CINDRE e nº 82/2023 CAPADR)

**Audiência Pública Conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS) e com a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE)**



**Tema:** Os prejuízos das enchentes nas cidades mais afetadas do Rio Grande do Sul

**Realizada em 17/10/2023** 

**Local: Plenário 5 do Anexo II** 

### Participantes

PAULO PIMENTA, Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (presente);

WALDEZ GÓES, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional (presente);

MARCELO CAUMO, prefeito de Lajeado/RS (presente);

JONAS CALVI, prefeito de Encantado/RS (presente);

AMILTON FONTANA, prefeito de Roca Sales/RS (presente);

MATEUS TROJAN, prefeito de Muçum/RS (presente);

LUCIANO CHAVES BOEIRA, chefe da casa militar e coordenador estadual de proteção e defesa civil (presente);

ALICE CASTILHO, diretora de hidrologia e gestão territorial do Serviço Geológico do Brasil - SGB (presente);

LEANDRO EVALDT, diretor geral da secretaria de desenvolvimento econômico, representando o Governo do Rio Grande do Sul (presente).

### Autores do Requerimento

Deputado Marcel van Hattem - NOVO/RS

Deputado Heitor Schuch - PSB/RS

Deputado Padovani - UNIÃO/PR

(Requerimentos nº 132/2023 CAPADR, nº 43/2023 CICS e nº 30/2023 CINDRE)

**Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) e a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)**



## AUDIÊNCIAS COM MINISTROS

**Tema:** As diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar para o ano de 2023 e os incentivos para a produção do mel no Brasil.

**Realizada em 26/04/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 


### Autores do Requerimento

Deputado Albuquerque (Republicanos/RR) - Requerimento nº 4/2023  
Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES) - Requerimento nº 34/2023

### Participantes

Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Exmo. Sr. Paulo Teixeira.

**Tema:** Prioridades do Ministério da Agricultura e Pecuária para o ano de 2023

**Realizada em 03/05/2023** 

**Local: Plenário 6 do Anexo II** 

### Autores do Requerimento

Deputada Coronel Fernanda (PL/MT) - Requerimento nº 12/2023

### Participantes

Ministro da Agricultura e Pecuária, o Exmo. Sr. Carlos Fávaro.

**Tema:** Diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura para o ano de 2023.

Realizada em 14/06/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

Autores do Requerimento 

Deputado Albuquerque (Republicanos/RR) - Requerimento nº 24/2023

Participantes 

Ministro da Pesca e Aquicultura, o Exmo. Sr. André de Paula.

**Tema:** Esclarecimentos sobre os estudos de delimitação de terras indígenas

Realizada em 12/09/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

Participantes 

Ministra dos Povos Indígenas, Senhora. Sonia Guajajara

**Tema:** Prestar esclarecimentos a respeito das medidas tomadas pelo MMA, em clara perseguição a agropecuária brasileira e aos produtores rurais do Brasil.

Realizada em 21/11/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

Autores do Requerimento 

Deputado Rodolfo Nogueira (PL/MT)  
Deputado Zé Vitor (PL/MG)

Requerimento nº 149/2023

Participantes 

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva

**Tema:** Comparecimento do Ministro da Agricultura e Pecuária, mediante entendimentos com a Presidência da mesma, para expor assunto de relevância de seu ministério.

Realizada em 06/12/2023 

Local: Plenário 6 do Anexo II 

Participantes 

Ministro da Agricultura e Pecuária, o Exmo. Sr. Carlos Fávaro.



## AUDIÊNCIAS CONJUNTAS COM MINISTROS

**Tema:** Ministro da Educação expõe assuntos referentes à Educação.

Realizada em 22/11/2023

Local: Plenário 2 do Anexo II

Autores do Requerimento

Deputado Evair Vieira de Melo (PL/ES) e outros, em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e a Comissão de Educação (CE) Requerimento nº 12/2023

Participantes

Ministro da Agricultura e Pecuária, o Exmo. Sr. Camilo Santana.



## REUNIÃO DE HOMENAGEM

**Tema:** Homenagem aos 50 anos da Embrapa

Realizada em 26/04/2023

Local: Plenário 6 do Anexo II

Autores do Requerimento

Deputado Tião Medeiros (PP/PR)  
Requerimento nº 45/2023





## SEMINÁRIOS, ENCONTROS E MESAS REDONDAS

**Tema:** Encontro da Comissão de Agricultura durante a Megaleite 2023

Realizado entre 07 e 10 de junho de 2023 

Local: Parque da Gameleira, Belo Horizonte - MG 

**Autores do Requerimento** 

Deputada Ana Paula Leão (PP/MG)  
Requerimento nº 68/2023

**Tema:** Oportunidades econômicas da Bacia Leiteira do estado de Sergipe

Realizado em 26/08/2023 

Local: Povoado Lagoa do Rancho - Nossa Senhora da Glória - Sergipe 


**Autores do Requerimento** 

Deputado João Daniel (PT/SE)  
Requerimento nº 75/2023

**Participantes** 

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;  
Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar - MDAAF;  
Secretaria de Agricultura de Sergipe;  
RICARDO MARTINS SANTOS, gerente de irrigação da Superintendência Regional de Sergipe da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (presença confirmada);  
Representante do Banco do Nordeste do Brasil - BNB;  
Superintendente do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA;  
Representante do Banco do Estado de Sergipe - BANESE;  
Representante da Caixa Econômica Federal - CEF;  
Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;  
Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA;  
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória pelo Polo Sindical da Região;  
Representante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST;  
Representante dos produtores de leite da região;  
Prefeitos da Região do Baixo Francisco; e  
JOSÉ RESENDE DOS SANTOS, superintendente regional de Sergipe da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (presença confirmada).

**Tema:** Invasão Zero: Pelo fim das invasões de terra e promoção da paz e segurança no campo

Realizado em 26/08/2023 

Local: Parque de Exposições Assis Brasil, Esteio - RS 

Autores do Requerimento 

Deputado Zucco (Republicanos/RS)  
Requerimento nº 93/2023

**Tema:** Encontro da Comissão de Agricultura durante a 46ª Expointer

Realizado entre 29 e 31 de agosto de 2023 

Local: Parque Estadual de Exposições Assis Brasil - Esteio/RS 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** Reunião da Câmara Temática de Inovação Agrodigital

Realizado em 29/08/2023 

Local: Arena Agrodigital no Pavilhão Internacional  
Espaço do Governo do Estado do RS 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** Reunião da Câmara Setorial das Culturas de Inverno

Realizado em 29/08/2023 

Local: Auditório da OCERGS quadra 13 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** Reunião da Câmara Setorial do Arroz

Realizado em 30/08/2023 

Local: Auditório do IRGA – quadra 19 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** Reunião da Câmara Setorial da Carne Bovina

Realizado em 30/08/2023 

Local: Sala de reuniões da Rede Pampa de Comunicação – Quadra 13 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** Reunião da Câmara Setorial dos Caprinos e Ovinos

Realizado em 31/08/2023 

Local: Sala de reuniões da Rede Pampa de Comunicação – Quadra 13 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** Reunião da Câmara Setorial da Equideocultura

Realizado em 29/08/2023 

Local: Auditório da administração do Parque 

Autores do Requerimento 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Requerimento nº 108/2023

**Tema:** X Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas

**Realizado em 03/10/2023** 

**Local:** Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE 

**Autores do Requerimento** 

Deputado João Daniel (PT/SE)  
Requerimento nº 135/2023

**Tema:** A posição do Brasil na (COP10) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco

**Realizado em 26/10/2023** 

**Local:** Povoado Lagoa do Rancho - Nossa Senhora da Glória - Sergipe 

**Autores do Requerimento** 

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)  
Deputado Pezenti (MDB/SC)  
Requerimento nº 131/2023

**Participantes** 

VERA LUIZA DA COSTA E SILVA, secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CONICQ; e representando também o Ministério da Saúde (participou online);

RICARDO NOCERA PIRES, terceiro-secretário, subchefe da Divisão de Saúde Global do Ministério das Relações Exteriores - MRE (participou online);

GUSTAVO FIRMO, coordenador de culturas anuais do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (presente);

MANOEL JOSÉ DINIZ MENDONÇA, diretor substituto do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (presente);

MARCILIO LAURINDO DRESCHER, presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA (participou online);

CARLOS JOEL DA SILVA, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS - FETAG (participou online);

GIUSEPPE LOBO, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO (presente);

IRO SCHÜNKE, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - SINDITABACO (participou online).

**Tema:** Encontro da Comissão de Agricultura durante a 42ª EXPOFERR SHOW 2023

Realizado entre 14 e 18 de novembro de 2023 

Local: Parque de Exposições Dandãezinho, Boa Vista - RR 

**Autores do Requerimento** 

Deputado Gabriel Mota (Republicanos/RR)  
Requerimento nº 103/2023

**Tema:** Comissão de Agricultura no Encontro Nacional de Muladeiros

Realizado entre 30 de novembro a 02 de dezembro de 2023 

Local: Parque de Exposições Adolpho Coelho Lemos, Passos - MG 

**Autores do Requerimento** 

Deputado Deputado Emidinho Madeira (PL/MG)  
Requerimento nº 163/2023



## VISITAS DE AUTORIDADES

**Tema:** Visita do ministro da Pesca e Aquicultura ao presidente da CAPADR

Realizado em 11/04/2023 

Local: Gabinete do presidente da CAPADR 

**Participantes** 

Ministro da Pesca e Aquicultura, o Exmo. Sr. André de Paula.



**Tema:** Visita oficial da delegação do Parlamento da África do Sul

**Realizado em 21/06/2023** 

**Local:** Sala de Reuniões da CAPADR 

**Participantes** 

Deputado Zwelivelile Mandlesizwe Dalibhunga Mandela - Presidente da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, do Partido: Congresso Nacional Africano (ANC);

Deputada Busisiwe Tshwete - Membro da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, do Partido: Congresso Nacional Africano (ANC);

Deputado Ndumiso Capa Membro das Comissões de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural e da de Florestas, Pescas e Meio Ambiente, do Partido: Congresso Nacional Africano (ANC);

Deputado Noko Phineas Masipa - Membro da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, do Partido: Aliança Democrática (AD);

Deputado Nthako Sam Matiase - Membro da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, do Partido: Combatentes da Liberdade Econômica (EFF).

**Tema:** Reunião com parlamentares paraguaios para debater assuntos relacionados à agropecuária

**Realizado em 23/08/2023** 

**Local:** Sala de Reuniões da CAPADR 


**Participantes** 

Deputado CARLOS ARRECHEA - 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai;

Deputada BETTINA AGUILERA - Membro da Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados do Paraguai;

Deputado LUIS MARÍA GONZÁLEZ VAESKEN - Membro da Câmara dos Deputados do Paraguai

**Tema:** Políticas de cooperação entre o Brasil e Ucrânia no setor agropecuário

**Realizado em 03/10/2023** 

**Local:** Sala de Reuniões da CAPADR 

**Participantes** 

Embaixador extraordinário da Ucrânia no Brasil e Plenipotenciário, o Exmo. Dr. Andrij Melnyk



## EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

## AO PROJETO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (PLOA)

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA  
APROVADAS EM 22/11/2023**Emenda 1** Fomento ao Setor Agropecuário**Ação:** 20ZV**Valor:** 800 milhões**Emenda 2** Aquisição e Distribuição de Alimentos da  
Agricultura Familiar para Promoção da  
Segurança Alimentar e Nutricional - PAA**Ação:** 2798**Valor:** 600 milhões**Emenda 3** Pesquisa e Inovação Agropecuária**Ação:** 20Y6**Valor:** 300 milhões**Emenda 4** Assistência Técnica e Extensão Rural**Ação:** 21B6**Valor:** 300 milhõesEMENDAS AO TEXTO DA LEI  
APROVADAS EM 09/11/2022**Emenda 5**

Reestruturação remuneratória dos cargos da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF

**A comissão recebeu 87 sugestões de Emendas à LOA**, de autoria das deputadas Ana Paula Leão, Daniela Reinehr, Magda Mofatto e Marussa Boldrin, e dos deputados Alexandre Guimarães, Beto Pereira, Coronel Meira, Daniel Agrobom, Domingos Neto, Evair Vieira de Melo, Geraldo Mendes, João Daniel, José Medeiros, Lula da Fonte, Márcio Honaiser, Marcon, Pedro Uczai, Pezenti, Rafael Simões, Samuel Viana, Sérgio Souza, Tião Medeiros, Vermelho, Vicentinho Júnior, Zé Silva e Zé Vitor.



## SUBCOMISSÕES | PERMANENTES



### SUBLEITE

Subcomissão permanente, destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional

*Aprovada em 29/03/2023*

## SUBCOMISSÕES | ESPECIAIS



### SUBAFAM

Subcomissão especial, destinada a acompanhar os projetos e ações que visam beneficiar a Agricultura Familiar no Brasil

*Aprovada em 22/03/2023*



# EXPEDIENTE

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

## **IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

Gráfica da Câmara dos Deputados

## **REDAÇÃO**

Agência Câmara (com modificações)  
CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto  
CAPADR - Amaury Lemes da Silva  
CAPADR - Karoliny Santana Dilelio

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Karoliny Santana Dilelio

## **FOTOGRAFIAS**

Banco de Imagens da Câmara dos Deputados  
Banco de imagens Pexels  
Banco de imagens Pixabay  
Banco de imagens Freepik










# **COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**RELATÓRIO ANUAL - 2023  
57ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**



 CÂMARA DOS DEPUTADOS

# COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO ANUAL - 2023  
57ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA